

1
2
3 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2011, às nove horas, no plenário do Conselho Estadual da
4 Assistência Social – CEAS realizou-se a Vigésima quarta Plenária extraordinária do CEAS, coordenada
5 pelo seu presidente Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, onde estavam presentes os seguintes
6 conselheiros titulares: Adenor Martins da Silva - CMAS/ Rib. das Neves, Márcio Caldeira – ASSPROM,
7 Guilhermina Torga – SEF, Edir Pretrucelli Carayon Xavier – SEE, Nívia Soares da Silva – SEDESE,
8 Elizabeth E. Milwarde - COGEMAS, Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Maria Juanita Godinho
9 Pimenta – Sedese, Sônia Terezinha de Abreu – CMAS/O.Branco, Cristiane Nazareth da Silva –
10 ISJB/Salesiano, Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa Santa; conselheiros suplentes:
11 Volney Lopes de Araújo Costa – PSIND, José Fernando Antunes Millane – COGEMAS, Edma
12 aparecida Marinho – SEDESE, Gilvânia de Paula – SEDESE; os convidados: Fabiana Patrícia
13 Natividade-DgSuas, Maria Albanita Roberta - SEDESE e Rosilene – SEDESE; membros da Secretaria
14 Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Nilce Heloisa de Araújo Campos, Rosalice Tassar, Maria
15 Inês Veloso Corrêa, Maria Luisa Carvalho e Erika Ribeiro da Cruz. O presidente inicia a plenária:
16 “Pessoal, bom dia. Prazer. Só não é maior porque a casa não está cheia. Mas dia chuvoso, Belo
17 Horizonte não pode ver chuva. Os semáforos para, a luminosidade. O pessoal dorme até mais tarde.
18 Roberta seja bem vinda, nossa ex e eterna conselheira, em mente. É um prazer tê-la aqui conosco.
19 Vamos dar abertura então pessoal. Embora a gente está com um quorum ainda pequeno, mas já com
20 maioria. Nós devemos ter com atraso a presença de outros conselheiros, porque até então, com
21 justificativa de ausência, a gente tem o José Ismar, que está em viagem. A conselheira Soraia Regina e
22 Jansen Santana do CMAS de Montes Claros, a trabalho. E nós temos aqui, e eu já quero socializar
23 com os Senhores e Senhoras Conselheiras, que o Jansen nos encaminhou uma carta, a todos os
24 conselheiros, a todos os técnicos e a diretoria do CEAS. Como estarei ausente na última assembléia
25 deste mandato, que acontecerá amanhã dia 27, antecipo minha despedida, externando a minha
26 satisfação em tê-los conhecido e participado deste Conselho. Foi um período em que pude conviver
27 com renomados profissionais e que são também pessoas singulares num cenário de construção de
28 nossa história e cidadania. Obrigado pela cordialidade de todos, carinho e amizade que
29 estabelecemos. Esse foi o Jansen Santana, lá de Montes Claros. OK. Todos têm a pauta aí em mãos,
30 não é? E eu pergunto se a pauta satisfaz o anseio de todos? Ou se temos alguma solicitação de ponto
31 de inclusão. Informe? OK. Adenor. Ta certo. OK. Então nós temos informes do Conselheiro Adenor e
32 da Conselheira Cristiane e do Conselheiro Geraldo, por favor. O ponto B, é pontos que necessitam de
33 deliberação, e aí eu já avanço para o item 1, que é o pacto de aprimoramento de gestão. E passo
34 então a nossa Subsecretária Nívia. Vocês querem fazer o informe primeiro? Querem alterar a pauta?
35 Podemos fazer? OK. Então secretária está contigo. **Conselheira Nívia**: Bom dia a todos. Eu vou fazer
36 a apresentação sintética do Pacto de Aprimoramento a Gestão, da política de assistência social do
37 Estado, que deverá ser apreciado, se possível votado e aprovado nesta plenária, para que nós
38 possamos remeter a comissão intergestores tripartite. O prazo, teoricamente, para nós apresentarmos
39 lá aprovado pelo CEAS é dia 31 de outubro. Nós trouxemos o documento elaborado na completude,
40 que está na mão do presidente. Terminamos este pacto ontem à tarde. Com essa preparação de
41 conferência estadual, foi uma tarefa assim, muito complicada, para a SEDESE, para SUBAS. Mas nós
42 fizemos um documento e uma proposta, elaborada a todas as mãos. Tanto dos superintendentes,
43 como dos diretores da subsecretaria. Com o meu acompanhamento, com o balizamento do Secretário.
44 E contamos também com um apoio técnico. Nós contratamos um apoio técnico, para nos dar um
45 suporte, porque em função da organização da conferência, o prazo ficou um pouco curto. Nós tivemos
46 como diretriz uma matriz orientadora que foi elaborada pela CIT. Foi construída pela CIT. E então eu
47 vou apresentar de forma sintética para vocês, abrindo depois para perguntas. Eu sugiro que na
48 apresentação das metas, se alguém tiver algum questionamento que possa estar fazendo durante a
49 apresentação, acho que fica mais fácil, para a gente ir esclarecendo. E eu queria esclarecer que eu
50 convidei a Roberta, para contribuir, se for necessário, estar dando alguma explicação, porque ela é a
51 atriz principal desse processo. Eu peguei a coisa já bem avançada, mas ela participou tanto da
52 elaboração, do anterior, 2007-2008, quanto da execução das metas desse pacto 2007-2008, que na
53 maioria das ações estão ainda em continuidade, até hoje, até o presente momento. E também da
54 construção de proposta de elaboração desse pacto 2011-2014. Então eu pedi a ela que participasse.
55 Aproveito para agradecer, a Roberta, do belo trabalho que ela fez, tanto na construção quanto da
56 execução do pacto anterior. E ela também nos orientou e nos acompanhou na construção deste. E
57 caso tenha necessidade de alguma contextualização. Eu acho que ela é a pessoa mais apropriada,
58 para estar nos refrescando a memória, vamos dizer assim, porque eu não estava na SUBAS, durante a
59 construção de alguns instrumentos legais que também, compõem o documento e balizam, normatizam
60 as ações. Então os elementos considerados na elaboração deste pacto são: a matriz do FONSEAS,
61 que é a matriz orientadora, construída pelo Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social. As
62 prioridades nacionais estabelecidas para o SUAS. As deliberações deste Conselho, deste CEAS, e o
63 estado de organização em que o SUAS se encontra neste momento, no Estado. Então o quê que é o
64 pacto? É a celebração de compromissos entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a União, no
65 âmbito do Sistema Único de Assistência Social, visando o aprimoramento da gestão da política de
66 assistência social, no seu campo de competência. Ele é um conjunto de propostas objetivas. A

67 melhoria da gestão, do financiamento, da regionalização dos serviços da proteção especial, do apoio e
68 assessoramento. Em especial aos municípios com menor capacidade institucional. Dos investimentos
69 em recursos humanos, por meio de ampliação do quadro dos servidores e de um amplo planejamento
70 de capacitação para os trabalhadores do SUAS, com vistas a avançar todos os municípios mineiros,
71 por meio do plano estadual de capacitação profissional. Então qual que é a estrutura do documento?
72 Que se encontra na mão do presidente. Ele é composto pela introdução, pelo diagnóstico sócio-
73 econômico, pela apresentação institucional e administrativa da SEDESE, pela organização do SUAS
74 no Estado de Minas Gerais, pela avaliação descritiva do PAG – Plano de Aprimoramento da Gestão
75 2007-2008, e pelas metas apresentadas para este pacto 2011-2014, conclusão, informações anexas,
76 referências bibliográficas e fontes. Então eu vou passar primeiro para a avaliação do pacto 2007-2008,
77 onde a gente apresenta: as prioridades, as metas prioritárias, que foram definidas, as ações que foram
78 desenvolvidas e a situação em que hoje se encontra a execução dessas ações. Então a primeira
79 prioridade era o reordenamento institucional da SEDESE. As ações propostas foram o reordenamento
80 da Secretaria, que foi concluído, em função, tanto do reordenamento das diretorias, e aí eu destaco a
81 criação da Diretoria de Capacitação e o reordenamento estrutural. A mudança para a cidade
82 administrativa, a melhoria da estrutura física, em termos de tecnologia, em termo de espaço físico, em
83 termos de contratação de novos servidores. Então hoje a gente tem uma situação de reordenamento.
84 Em termos de acessibilidade também, do órgão gestor. A gente tem esse reordenamento concluído.
85 Outra ação proposta para o reordenamento institucional seria a realização de concurso público, que é a
86 única ação dessa meta que está ainda em andamento. Com a organização do concurso público para
87 preenchimento de vagas de assistentes sociais, tanto para a SEDESE, a Secretaria aqui, do nível
88 central, quanto para as 19 regionais da SEDESE em todo o Estado. O concurso ele está já com a
89 comissão organizadora nomeada e publicada, foi publicada no início deste mês, no Diário Oficial do
90 Estado. Eu sou a coordenadora da comissão. Nós já estamos organizando com a SEPLAG, o processo
91 de contratação da empresa executora do concurso. Já temos todas as definições, de perfil, de número
92 de vagas, de salário. Então o concurso está em plena fase de planejamento para a execução. Outra
93 ação seria firmar acordo de resultados para a SEDESE, que é outra ação concluída, pois faz parte do
94 plano de... Juanita me lembra. É porque eu ainda não faço parte ta gente. Faz parte do acordo de
95 resultados. Lembrei. O acordo de resultados, é um plano do Governo como um todo, e a SEDESE está
96 inserida. Nós temos projetos estruturadores, e o cumprimento das metas da execução desse projeto
97 estruturador, faz parte dentro desse plano. O pessoal aí já vai estar recebendo, acordo de resultados,
98 que se traduz num 14º salário, pelo cumprimento das metas, pela execução física-financeira das ações
99 dos projetos. Então essa é a ultima ação dessa primeira prioridade. A segunda prioridade é a
100 regionalização. A primeira ação que seria estudos do mapeamento do Estado, para instalação dos
101 serviços regionalizados. Da proteção social especial, também está em andamento, e aí nós podemos
102 destacar, duas resoluções, que já foram pactuadas tanto na CIB, quanto deliberadas por este
103 Conselho. A da CIB é a 07/2010. Não é isso Juanita? E a do CEAS é 366 de 2011, que define então os
104 critérios, o planejamento para a organização da implantação dos serviços regionalizados. Então é uma
105 ação que está em andamento e que vocês vão poder verificar que está inserido como continuidade
106 para esse próximo pacto. A pesquisa de avaliação e experiência dos consórcios sentinelas em Minas
107 Gerais, também foi um reordenamento dos serviços sentinela, que também é uma ação concluída.
108 Porque todos os serviços são. Quantos Juanita? Eram 14, 10 já estão reordenados e 4 estão inseridos
109 como uma meta para o próximo pacto. Outra prioridade é a capacitação. Então, também é uma ação
110 concluída, com o edital para contratação de serviços técnicos especializados para o SUAS, para o
111 curso de aperfeiçoamento para gestores do SUAS também é uma ação que já foi concluída. Mas, que
112 na verdade se torna uma ação continuada, porque nós estamos inserindo no nosso próximo plano de
113 capacitação. E o plano de capacitação, com a criação da Diretoria de Capacitação. E a elaboração e
114 execução do plano de capacitação profissional que nós apresentamos lá na conferência, fez parte da
115 minha apresentação, nós mostramos os dados, desse plano estadual de capacitação. E do curso de
116 aperfeiçoamento dos gestores. O apoio aos municípios, outra prioridade, que teve como ações: inserir
117 o SUAS no projeto estruturador do Estado, que também é uma ação que já foi concluída. A elaboração
118 da NOB Mineira, que não se aplicou no nosso caso. Era uma orientação para os pactos estaduais, mas
119 não se aplicou no nosso caso. Em função de outros instrumentos legais que o Estado já tem, que
120 contemplam a perspectiva da NOB. A implantação do sistema de recursos fundo a fundo, também, é o
121 nosso SISFAF, que a gente apresentou também como um avanço do Estado. O primeiro estado a criar
122 o seu sistema próprio de transferência de recursos fundo a fundo. E que tem também apresentado
123 resultados muito positivos, que trouxe uma eficiência, para a gestão da secretaria, nessa questão de
124 repasse de recurso, que é outra ação concluída. A outra prioridade é a informação, monitoramento e
125 avaliação. E a ação proposta foi a implantação das ferramentas gerenciais. Que também é o nosso
126 sistema de informação e monitoramento, que é um dos carros chefes aí, de ação da superintendência
127 de informação e monitoramento que a Gilvania hoje responde por ela. Que também é uma ação
128 concluída e que também trouxe mais eficiência também para a nossa gestão, no que diz respeito ao
129 monitoramento e avaliação da implantação do Sistema Único de Assistência Social nos municípios
130 mineiros. A outra prioridade, a municipalização. E a ação proposta foi elaborar e executar o plano de
131 negociação para municipalização de ações ainda executadas pelo Estado. Que é a municipalização de
132 serviços, que já estamos assim, quase que concluindo na totalidade. A municipalização - alguns ainda

133 estão, tanto em processo de municipalização, quanto alguns que a gente ainda precisa iniciar o
134 processo de municipalização. Então é uma ação que ainda não está concluída na totalidade, mas que
135 também é uma ação que a gente está desenvolvendo até hoje. **Presidente:** Alias, quando Nívia
136 começou a colocar, ela disse que já estava aberto para a gente ir questionando. Ta OK? Só lembrando.
137 **Conselheiro Marcelo:** Bom dia! Desculpem o atraso. Marcelo. Nessa municipalização, esse elaborar e
138 executar um plano de negociação seria aquela proposta que inclusive foi apresentada nesta
139 conferência de criação de uma mesa de negociação? Seria esta mesa de negociação que seria este
140 plano de negociação para municipalização de ações? **Conselheira Nívia:** Não. Eu vou pedir a Juanita
141 para explicar com mais clareza. Porque na verdade a Superintendência dela é que efetiva essa ação.
142 **Conselheiro Marcelo:** Hum, hum. E a outra questão que eu gostaria de saber, eu posso ter chegado
143 atrasado e não participei. Esse documento já passou pela CIB, já foi aprovado pela CIB. **Conselheira**
144 **Nívia:** Não. Esse nós só estamos prestando contas do último pacto. Que foi elaborado. Ah sim esse de
145 hoje. Ta. **Conselheira Juanita:** Já sim. Já foi. O plano de municipalização, Marcelo. É que a SEDESE,
146 o Estado, ele ainda executava serviços de proteção básica e proteção especial. Então nós
147 identificamos todos os municípios onde o Estado executava o serviço, nós procuramos o município e
148 criamos um plano para municipalizar aquele serviço, seguindo a lógica da política nacional e da NOB-
149 SUAS. Finalizamos este ano, todos os serviços da proteção básica. Vocês lembram, foram aqueles
150 serviços que vieram da CPCAD para a gente. Foi inclusive uma deliberação desse CEAS, que o
151 serviço de criança e adolescente viesse para a SUBAS, porque era do sistema único de assistência.
152 Nós finalizamos esse ano todos os serviços de proteção básica, que são os Curumins. O último
153 município a acordar conosco foi Contagem. E agora nós estamos iniciando o processo da proteção
154 especial. É que a gente procura o município, faz uma conversa com o prefeito, com o gestor e começa
155 a fazer esse processo de negociação. **Conselheira Nívia:** Respondeu Marcelo? **Presidente:**
156 **Conselheira Cristiane,** por favor. Só um minutinho Nívia. **Conselheira Cristiane:** Bom dia a todos e a
157 todas. Primeiro eu queria expressar uma preocupação. Na hora que Nívia falou dos tempos, que nós
158 temos até 31 de outubro, me veio uma questão assim: Nós temos conselheiros novos, que foram
159 eleitos na conferência estadual. E eu não sei até que ponto, não seria pertinente que eles também
160 passassem por essa avaliação do pacto, até porque, eles é que irão também acompanhar. Então eu
161 fiquei com essa preocupação e queria manifestar para os demais conselheiros, para ver que
162 encaminhamentos podem ser tirados em relação a isso. Se a gente pode estender esse prazo. Quer
163 dizer se hoje poderia ser uma apresentação e nós depois tivermos acesso ao documento que está com
164 o presidente e aí numa próxima plenária fazer a apreciação. Enfim, essa é a minha preocupação. Uma
165 vez que já passou pela CIB, já foi pactuado na CIB no dia 19 agora, quarta feira passada. Talvez essa
166 preocupação assim para que a gente pudesse pensar em encaminhamentos em relação a isso. Se
167 possível inclusive, estendendo o prazo para que a gente possa ter acesso ao documento. Uma outra
168 dúvida, em relação à prestação de contas, é em relação ao reordenamento da SEDESE. Se nesse
169 reordenamento, porque aí eu não vou lembrar, que eu não tenho mais os documentos aqui em mãos,
170 do quê que foi pactuado depois. Por isso que eu estou me sentindo assim muito sem pega. A gente
171 não tem o documento anterior, foi em 2009 que passou por aqui. Então tem uma série de questões que
172 me deixa bastante preocupada. Com relação a reordenamento da SEDESE, quando vocês dizem ação
173 concluída, me remeteu as diretorias regionais. Se elas não estariam incluídas nesta questão do
174 reordenamento. E se elas estão, eu entendo pelo que nós vivenciamos nos encontros regionais, que
175 esse reordenamento não está concluído. Então é um aspecto que a gente precisa esclarecer. E uma
176 outra questão, eu não sei Nívia, se já na hora que vocês forem apresentar, se você vai... que até agora
177 você apresentou a prestação de contas. Com relação a essa questão do diagnóstico, se terá uma
178 apresentação em relação a esses apontamentos também do diagnóstico. Talvez eu estou antecipando
179 alguma coisa. Mas em relação à prestação de contas, na primeira ação, eu acho que merece esse
180 destaque. **Conselheira Nívia:** Ta. Então, deixa eu já te responder algumas questões. Com relação ao
181 reordenamento da SEDESE, do órgão gestor, mas, havia sido prevista sim no outro pacto, a
182 implantação de mais cinco diretorias regionais, e aí, vocês vão ver neste pacto, que, as que não foram
183 implantadas, já estão inseridas no pacto 2011-2014. Ta. O que não foi implantado. Em termos de
184 diretorias regionais. E com relação ao diagnóstico também. Está como uma ação, uma meta prevista
185 para o próximo pacto. E que também saiu como uma deliberação da conferência. Pode. Por favor.
186 **Conselheira Juanita:** Oh Cristiane, quando a gente coloca reordenamento ali, é porque, era previsto
187 para todos os órgãos gestores estaduais, adequar a sua gestão estadual, conforme a NOB-RH falava
188 que, quais são as instâncias que deveria ter no órgão gestor para dar conta de executar o seu papel.
189 Nesse reordenamento é que a gente mostra no documento, a estrutura, o organograma da SEDESE
190 hoje, que tem, da SUBAS, que tem uma superintendência finalística, uma meio que monitora as ações,
191 as diretorias de proteção básica, especial e de gestão. A diretoria de informação é... de capacitação e
192 de gestão do SUAS. Então o reordenamento neste sentido. E que a Lei delegada agora, a 180, que a
193 Nívia falou, o pacto ele foi construído no biênio 2007-2008, porém as ações ainda estão sendo
194 concluídas. A gente vai ver que no documento. Porque este documento ele tem dois momentos. Essa
195 avaliação que na verdade você não deve estar se recordando, mas esse CEAS já fez. Inclusive a
196 comissão de política, pois é. Isso aí já foi avaliado por este Conselho. Só está constando do
197 documento, para fazer um gancho, porque nós estamos inserindo as metas novamente. E a questão
198 das diretorias regionais, que foi proposto um estudo e este estudo fez uma redivisão dos municípios,

199 para que cada regional ficasse com um número menor de município de acordo com a sua distância
200 com o município sede da regional. Com isso a Nívia vai mostrar que nós implantamos, de acordo com
201 este estudo que foi proposto, duas e agora faltam cinco. Que está sendo proposto neste documento. E
202 com relação ao diagnóstico, é que mostra o diagnóstico da gestão estadual do sistema único. Que
203 também está no documento. **Conselheira Nívia:** Juanita. Passa para a Roberta por favor! **Roberta:** Eu
204 só queria enriquecer aqui também. Cristiane é o seguinte. Primeiro bom dia a todos, queria dizer que é
205 uma alegria estar aqui, viu gente. **Conselheira Nívia:** Para nós também. **Roberta:** Ainda mais como
206 convidada, é bonito demais. Eu queria dizer o seguinte, este Conselho precisa refletir, porque a gente
207 faz uma confusão do ponto de vista das diretorias regionais, quase que entendendo que as diretorias
208 são da assistência. Então nós estamos falando por exemplo, órgão gestor da assistência, do ponto de
209 vista para execução do SUAS. Quando a gente discutiu na matriz, que foi discutido em todos os
210 estados, com o FONSEAS e nós discutimos na CIT. É porque quando a gente pautou a primeira
211 discussão para essa matriz, o quê que a gente avaliou? Os pactos anterior cada um veio de um jeito.
212 Então assim, aquele estrangulamento. Minas Gerais foi o primeiro a entregar o documento do pacto, e
213 teve inclusive muita referência dos outros estados para fazer o pacto conforme nós tínhamos feito. Aí, a
214 gente, nesse conjunto da discussão com o FONSEAS, que nós fizemos a discussão regional, a gente
215 diz o seguinte: algumas coisas, do ponto de vista do papel do Estado no SUAS, nós não vamos abrir
216 mão, para implantar o sistema único do Brasil. Quer dizer, todos os pactos têm que ter este esqueleto.
217 Que foi essa a matriz que a Nívia falou de referência. Por exemplo, quando a gente disse assim: todos
218 os pactos têm que ter o reordenamento do órgão gestor. Porque cada estado era de um jeito. Como a
219 Juanita falou, espelhando na estrutura do governo federal, para que pudesse conversar: proteção
220 básica estadual com proteção nacional, com proteção municipal. Porque não é isso que a gente puxa
221 dos municípios. Então é fazer um espelhamento das três esferas de governo na estrutura de gestão,
222 para implantar o sistema. E aí, este Conselho tem que entender assim: estas diretorias regionais não
223 são da assistência. Elas são da Secretaria de Desenvolvimento Social. Toda a luta que se quer, é que
224 a gente tenha um corpo técnico da assistência dentro da diretoria, do desenvolvimento social. Porque
225 esta diretoria ela atende todas as subsecretarias, direitos humanos, a SUPROEDES e a SUBAS. O que
226 a gente está lutando é que a gente tenha um corpo técnico dentro desta diretoria, que discuta
227 assistência. Um corpo fixo. Então aí é importante a gente lembrar desta reflexão, porque a gente
228 também não pode ter esta exigência de dizer que as diretorias vão se estruturar somente para o SUAS,
229 porque elas não são da assistência, elas são da SEDESE. Agora, na lei delegada, ela veio com essa
230 ampliação de 24, de 24 regionais. Nesse período a gente alcançou só duas, aumentou duas diretorias.
231 Uma foi Muriaé, e me parece que é Ponte Nova. Salinas. Agora a luta, a luta é para aumentar as
232 outras. A gente colocou ali como concluída, entendendo isso. Que essa reflexão precisa ser feita. As
233 diretorias regionais não são da assistência. Quer dizer, nós não temos uma diretoria da assistência lá.
234 Nós temos uma diretoria da SEDESE e que nós estamos lutando para criar um corpo técnico que
235 responda específico para a assistência. Assim como possa responder pela SUB BH e possa também
236 assessorar a SUPROEDES. Para a gente entender isso, para a gente não fazer confusão. Porque
237 senão a gente fica achando, a discussão sempre pauta por aí. Como se as diretorias da SEDESE, as
238 diretorias regionais fossem específicas da assistência. Ta. E aqui é uma discussão da estruturação do
239 órgão gestor, para implantar a assistência, a política de assistência. E aí a gente avançou, quando a
240 gente fez a primeira estrutura espelhada no SUAS, e agora nessa lei delegada com o governo
241 Anastasia, a gente avançou mais quando criou a diretoria de capacitação e a diretoria de fundo, que
242 ela não estava dentro do escopo do SUBAS. A diretoria de fundos, ela tava específica lá na prestação
243 de contas. Então isso nós pautamos lá na lei delegada, isso foi um ganho para nós. Porque hoje nós
244 temos uma diretora do Fundo Estadual de Assistência Social, que ela é gestora do Fundo Estadual.
245 Então, do ponto de vista da estrutura do sistema, ele está todo espelhado na estrutura para implantar a
246 política de assistência social. Entendeu? Então eu acho que esse é o grande avanço. Por isso de ter
247 colocado ali, que ela está concluído. **Conselheira Nívia:** Roberta, eu quero aproveitar e pedir para
248 você falar do processo de monitoramento e avaliação que a CIT fez da execução dos pactos e qual que
249 foi a situação que Minas ficou nesta avaliação. Que eu acho que é importante a gente colocar também.
250 **Roberta:** Isso também já foi motivo de divulgação aqui nesse Conselho. Porque na época das
251 avaliações dos pactos, inclusive essa discussão que o CONCEAS fez, foi exatamente por causa disso.
252 Porque teve muito estranhamento nos pactos. Além das metas, cada documento ter sido feito de um
253 jeito. O processo de monitoramento também foi bem difícil, que a gente viveu lá na CIT. Aí a gente
254 teve, para a nossa alegria e surpresa, Minas Gerais ficou em primeiro lugar em termos de cumprimento
255 de meta. Isso não é eu que estou dizendo não, ta Marcelo. Foi dito lá, foi publicado, foi espelhado. A
256 gente, quer dizer, e isso é fruto, com certeza, de um trabalho árduo do gestor e mais árduo do controle
257 social, que balizou e que pautou. Esse conselho aqui, que cobrou o tempo inteiro aqui. Nos infernizou
258 no bom sentido. De estar ali vigilante da gente poder cumprir. E nessa perspectiva, ficou muito claro
259 para nós. Nós só não conseguimos cumprir a meta do concurso e essa meta da ampliação das
260 regionais. Porque as demais que foram colocadas neste documento que está aí, a gente fez uma
261 avaliação, vamos dizer aí de 80% de cumprimento das metas. E que também já foi alvo de avaliação e
262 discussão aqui neste conselho. **Conselheira Juanita:** Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Eu quero dizer,
263 viu Roberta, que na época desse documento, a gente também compunha a CIT, compunha o CNAS, e
264 a gente, Minas Gerais bateu bem. A gente, Minas Gerais foi o primeiro e foi o modelo para os demais.

265 E também a SEDESE cumpriu de fato aquilo tudo que estava no documento. Eu gostaria só de fazer
266 uma... porque eu fiquei... já que a representante da CIB está aqui, do COGEMAS. Como é que foi? O
267 Beth, você sabe me informar como é que foi a discussão na CIB deste documento do pacto de
268 aprimoramento e gestão. Como é que foi feito isso lá? **Conselheira Elizabeth:** Primeiro o seguinte.
269 Acho que o documento foi bem recebido. Mas as únicas alterações, inclusive eu perguntei para a
270 Juanita, que a gente fez. Foi em relação aos serviços regionalizados, e a ampliação e o diagnóstico de
271 necessidade. Então isso já está contemplado. Ta. Então assim, a gente aprovou com essas alterações
272 que foram incorporadas. Um é o diagnóstico de necessidade e outra é a questão da, a partir daí de
273 uma meta de implantação. Ta. **Conselheira Nívia:** Que é o que eu vou apresentar agora Marcelo.
274 Agora é que eu vou passar para a apresentação propriamente dita, deste documento, que a gente traz
275 para apresentação hoje pro Conselho. Que foi a nossa pauta central, da reunião da CIB, do dia 19,
276 onde nós fizemos essa mesma apresentação. Foi discutido e pactuado, com algumas alterações que
277 estão aqui no conjunto aqui das propostas que eu vou começar apresentar para vocês. Então este é o
278 documento que a gente apresenta hoje, entrega aí na pessoa do Geraldo, para apreciação do
279 Conselho. Que tem toda aquela composição que eu li no início, mas que, principalmente, se traduz em
280 oito prioridades, conforme a lógica da matriz orientadora e que se desdobram em ações que nós
281 vamos apresentar separadamente, a seguir. Então as prioridades são: de adequação organizacional e
282 programática do órgão gestor estadual para adequação ao SUAS, que se desdobram em três ações. E
283 aí depois eu vou apresentar uma a uma, ta gente, separadamente. Em organização do território em
284 regiões, microrregiões de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços
285 de caráter regional, nos municípios sede ou pólo e municípios de abrangência, que se desdobram em
286 cinco ações: Prestação de apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus
287 sistemas municipais de assistência social; na gestão do CAD-ÚNICO e do Bolsa Família, que se traduz
288 em três ações. Coordenação, gerenciamento, execução e co-financiamento de programas de
289 capacitação para gestores, trabalhadores e conselheiros, que se desdobram em uma ação.
290 Implantação e implementação do sistema estadual de informação, monitoramento e avaliação, que se
291 desdobram em duas ações. Municipalização da execução direta dos serviços da proteção social
292 básica, contendo metas responsáveis e prazos, que se desdobram em duas ações. Cofinanciamento
293 da proteção social básica e da proteção social especial, que se desdobram em quatro ações. E apoio
294 ao exercício da participação e do controle social, que se desdobram em três ações. E agora nós vamos
295 passar então, de forma separada, a cada prioridade, detalhando as ações definidas para aquela
296 prioridade. Então a prioridade um, que é a adequação organizacional e programática do órgão gestor
297 estadual da assistência social, para adequação ao SUAS. Tem como proposta, da primeira ação, de
298 instituição de órgão gestor responsável pela política de assistência social, considerando as áreas
299 previstas na NOB-SUAS e NOB-RH, com a conseqüente implantação e/ou revisão de regimento
300 interno, contemplando as seguintes áreas ou setores essenciais, abaixo relacionadas e outras
301 condições, como regionalização e nomenclatura. Então as ações são. Na verdade algumas já estão
302 cumpridas ou ainda em execução. E aí, eu vou lendo conforme a situação daquela ação. Então dentro
303 dessa prioridade essa ação, foi cumprida no quesito, reordenamento da SEDESE. Que foi o que a
304 Roberta acabou de explicar para a gente. E conforme também a definição da lei delegada 180 de 2011,
305 que tem o organograma definido, da forma como hoje está estruturada a Secretaria. Então, exatamente
306 isso que a Roberta acabou de dizer, nós tivemos como avanço a criação da diretoria de capacitação
307 e da diretoria do fundo estadual de assistência social. Aqui ó, o Fundo Estadual, que a diretora é a
308 Cláudia Falabella e que tem uma equipe também, que trabalha com ela. E a diretoria de capacitação
309 de gestores e conselheiros de assistência social, que é a Mayra que está aqui, que é a diretora e que
310 faz o acompanhamento e execução do plano estadual. Dentro da prioridade um, adequação
311 organizacional e programática do órgão gestor estadual da assistência para adequação do SUAS. A
312 ação dois: Quadro de pessoal efetivo correspondente nos setores do órgão gestor. Nos equipamentos
313 públicos, se houver, e nas unidades descentralizadas regionais, a partir de estudos de necessidades.
314 Então, se traduz no concurso público, com a meta de 80 assistentes sociais. O produto será, 80
315 assistentes sociais concursados e empossados. O prazo até 2013 e também está na situação que eu já
316 disse para vocês, em fase inicial de organização da efetivação do concurso. Juntamente com a
317 Secretaria de Planejamento e Gestão. A ação três, é o cumprimento da lei 10098/2000 que estabelece
318 a sensibilidade norma e gestão estadual nas unidades de atendimentos governamentais e não
319 governamentais e neste último com condição de repasse de recursos. Então essa ação também está
320 cumprida. Que a Roberta também já detalhou para vocês, que é a mudança da nova sede da SEDESE
321 para o Centro Administrativo, que é um espaço que está totalmente acessível conforme as normas
322 definidas para esta situação. Ainda dentro da prioridade um, a nova meta e aí a proposta que a gente
323 traz neste documento, é a nova meta para expansão das diretorias regionais, que foi uma parte da
324 previsão do ultimo pacto, que não foi cumprida, na totalidade, que é de ampliarmos para mais cinco,
325 criarmos mais cinco diretorias regionais da SEDESE até dezembro de 2014. Aí passando para a
326 prioridade dois. **Conselheiro Marcelo:** Porque já foram criadas duas. E aí você está dizendo cinco.
327 **Conselheira Nívia:** Na verdade eram sete. Nós criamos duas, faltam cinco. **Conselheiro Marcelo:**
328 Então faltam cinco. Ta OK. **Conselheira Nívia:** Já tem todo um estudo. A definição de onde são essas
329 diretorias regionais. A prioridade dois é a organização do território estadual em regiões e micro-regiões
330 de assistência social, com identificação para orientar a implantação dos serviços de caráter regional

331 nos municípios sede ou pólo e município de abrangência. Então a ação um, que é a realização de
332 diagnóstico das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Com a utilização de instrumento
333 padrão, próprio da rede SUAS ou por meio de realização de pesquisa nacional ou de leitura das
334 pesquisas já realizadas, com co-financiamento da união e dos estados. Esta ação foi cumprida com a
335 criação do índice de desenvolvimento social, o IDS, desenvolvido e mantido pelo observatório de
336 desenvolvimento social da SEDESE. A ação dois, é a delimitação das regiões e micro-regiões de
337 assistência social do Estado, para orientar a implantação de serviços regionalizados de média e alta
338 complexidade no SUAS, devidamente pactuado na CIB. Esta ação foi cumprida parcialmente, a partir
339 da instituição da câmara técnica da CIB e da resolução do CEAS número 366 de junho de 2011, que
340 aprova as diretrizes para a organização dos serviços regionalizados da proteção social especial de
341 média e alta complexidade, no âmbito do SUAS, que orienta a implantação dos serviços regionalizados
342 de média e alta complexidade, cria critérios e estabelece normas para a organização dos serviços.
343 Então esta prioridade e esta ação também estão em plena fase de estruturação, tendo sido pactuado e
344 deliberado até o momento, estes dois instrumentos que regulam o processo de implantação. A
345 prioridade dois é. **Presidente:** Conselheira Nívia, só um minuto, por favor, que tem a intervenção da
346 Roberta. **Roberta:** Volta lá Nívia, por favor. Eu quero trazer uma discussão aqui, só para a gente
347 enriquecer o debate. Porque este documento, ele é muito importante. Importante para o Estado,
348 importante para os senhores conselheiros, para poder acompanhar. Quando nós estamos trabalhando
349 estas prioridades aí. Nívia só para eu entender na lógica do documento. Isso aí já são as prioridades
350 que vão ser estabelecidas pelo pacto, não é isso? **Conselheira Nívia:** Sim, que estão estabelecidos
351 pelo pacto e pactuados na CIB. **Roberta:** Volta para mim, por favor, Mayra, aí. Aí o quê que eu quero
352 colocar aqui, que eu acho que a gente precisa debater isso aqui. Que, por exemplo, quando nós
353 estamos colocando a prioridade nessa questão da regionalização. Isso foi discutido na CIB. De colocar,
354 criar uma instância, uma câmara técnica para discutir isso. Eu estou entendendo e gostaria que os
355 senhores fizessem essa reflexão, se este é o melhor caminho. Por exemplo: quando nós fizemos a
356 resolução que regula os serviços regionalizados. Ele foi fruto, de uma câmara técnica da CIB, que
357 passou um tempo discutindo. Inclusive Belo Horizonte foi convidado várias vezes, nessa câmara
358 técnica, para nos subsidiar nesta discussão. Então, considerando uma série de coisas que estava
359 pautado. Se vocês pegarem a resolução do CEAS aqui, vocês vão ver. Considerando o que determina
360 a NOB, parará, parará, parará e considerando o trabalho da câmara técnica feita na CIB. Aí nós
361 discutimos na CIB uma resolução, que regula o serviço regionalizado. Aí veio para cá. Aqui foi
362 discutido. E aqui foi deliberada uma resolução, que regula. Aí eu estou entendendo, quando vem essa
363 proposta de instituir novamente, câmara técnica de CIB. Não... **Conselheira Nívia:** Na verdade,
364 Roberta. Esta câmara técnica instituída é que antecede a resolução 366. **Roberta:** Por isso que eu fiz a
365 pergunta antes assim: Se essas prioridades aí, são as que vão. Porque o que eu estou tentando
366 entender é isso. Porque às vezes vem assim: uma ação cumprida e uma ação não cumprida.
367 **Conselheira Nívia:** Exatamente, nós ainda temos um desdobramento disso aqui, que eu vou falar.
368 **Roberta:** Ah... ta. Não entendi. Entendi. **Conselheira Nívia:** Nós estamos falando do que foi cumprido
369 e aí logo em seguida. E aí você vai ver o quê que a CIB, o quê que está previsto em cima disto.
370 **Roberta:** Desculpa viu gente. Aí que vêm as propostas. Então vocês me desculpam. **Conselheira**
371 **Nívia:** Então, dentro da prioridade dois. Na verdade essa ação foi cumprida parcialmente. E aí dando
372 continuidade. A ação três, que estava prevista para essa prioridade dois. Seria a pactuação na CIB, da
373 delimitação das regiões de assistência social. E aí a meta física, é uma, uma pactuação. A meta
374 financeira ou produto seria a resolução publicada. Até dezembro de 2012, o prazo previsto. A ação
375 quatro seria a elaboração e pactuação de planos regionais de assistência social. A meta física seria:
376 quatro planos elaborados. O prazo, até dezembro de 2012. **Presidente:** Pessoal. Podem manifestar à
377 vontade. Só quero colocar que tem que ser no gravador, senão depois a gente não consegue a
378 degravação. E identificando conforme já foi deliberado nesta plenária. Então quem quiser, por favor, vai
379 levantar a mão e aí eu vou fazer a inscrição. Senão nós não vamos conseguir vencer. Beth você está
380 se inscrevendo para falar? **Conselheira Nívia:** Oh gente eu sugiro que a gente leia a prioridade toda,
381 porque às vezes o que você pensa agora que não, ah! Não está citando, está mais abaixo. Ta. Isto foi
382 amplamente discutido na CIB. Então aí, dando continuidade. A ação cinco, seria a implantação de
383 serviços de caráter regional ou de unidades regionais da proteção social especial de média e alta
384 complexidade. Podendo ter como referência, a existência de comarcas, micro-regiões e o mapa do
385 risco social. Então qual que foi a meta prevista para essa ação? Seriam quatro serviços regionais
386 implantados. Cumprindo a resolução da CIB número 07/2011 e a resolução 366 do CEAS de 2011. O
387 prazo para a implantação desses quatro serviços regionalizados, que na verdade serão reordenados.
388 Dezembro de 2013. Vocês lembram lá, que a gente falou no início, que nós tínhamos quatorze serviços
389 a serem reordenados. Conseguimos reordenar dez. Então, os 4 foram incluídos aqui nessa próxima
390 meta. A próxima meta física: Instituir câmara técnica da CIB, para diagnóstico e levantamento de
391 demanda de serviços regionalizados de média e alta complexidade, a serem implantados até junho de
392 2012. Esta foi uma pactuação que a CIB fez, isso não estava inserido no pacto. Foi uma proposta e
393 uma pactuação da CIB. A outra meta física, que também foi... já estava no plano, foi pactuada. A
394 implantação de uma central de vagas, para gestão da oferta do atendimento dos serviços de alta
395 complexidade. O prazo até dezembro de 2014. A outra meta física, que foi inserida a partir da reunião
396 da CIB, seria atender até 60%, a demanda de serviços de média complexidade, conforme estudo da

397 câmara técnica da CIB. Instituída em cima. E o prazo para execução até dezembro de 2014. Então isso
398 é que foi inserido, foi acrescentado, a partir da pactuação da CIB. OK. **Presidente:** A secretária, Beth.
399 OK Roberta, ta inscrita, logo em seguida a Conselheira Beth. **Roberta:** Eu, embora eu falei na hora
400 errada. Mas é a mesma pauta que eu quero trazer aqui. A mesma pauta. Porque assim, se os
401 conselheiros não lembram da resolução, que foi aprovada para serviços regionalizados, aí é
402 importantíssimo rever. Como diz a minha colega Beth, re-visitá-la, porque a Beth gosta desta palavra. É
403 importante revisitar a construção deste documento, porque esse documento, ele foi fruto de muita
404 discussão técnica. E eu assim, como técnica agora falando, e acho que foi um ganho que nós fizemos
405 de regular serviço regionalizado. E quando a gente regulou lá, a gente disse: como é que ia ser a
406 implantação de CREAS regionalizado, de média complexidade, a gente disse: como é que vai ser o
407 serviço regionalizado de alta complexidade. A gente disse às condições que o município sede vai ter
408 que ter para abarcar o serviço regionalizado. A gente disse as condições dos municípios consorciados
409 tem que ter do ponto de vista do sistema, para ser consorciado. E a gente ainda disse mais, que era
410 preciso instalar uma central de vaga, e essa central de vaga, a gente bebeu numa experiência de Belo
411 Horizonte, e nós sentamos com a saúde do Estado, para entender como é que o SUS criou a sua
412 central de vagas, o SUS- FÁCIL, para poder instalar serviço regionalizado do SUS. Então assim, a
413 forma como nós regulamos, eu acho que ele não cabe essa proposta aí, por exemplo, começa assim,
414 de instituir na CIB uma câmara para fazer diagnóstico. Pelo amor de Deus, primeiro que não é papel da
415 CIB fazer diagnóstico. Primeiro não é papel da CIB. A câmara técnica, a câmara de vaga que a gente
416 instala, é ela que demanda no sistema, onde estão as necessidades e ela aponta igualzinho ao SUS
417 gente. A pessoa vai lá, por exemplo: no CRAS ou no CREAS existente, porque são condições básicas.
418 Ela entra no sistema, no sistema único e diz assim: eu estou com essa violação. Isso é registrado pelo
419 trabalhador do SUAS no sistema. O sistema indica onde tem a vaga para aquela situação e se não
420 tiver a vaga, ele aponta pro gestor estadual a necessidade de criar essa vaga. Então não cabe essa
421 questão, de instituir uma câmara técnica para discutir vaga. Entendeu? Porque não é essa a proposta.
422 Segunda questão: dizer de 60 ou 10 ou 20%, isso é no chute. Quer dizer, do ponto de vista para
423 implantar serviço regionalizado, nós não podemos apontar um percentual de 60, de 10, de 20 de 100%,
424 porque nós estamos entendendo que a perspectiva do ponto de vista do direito, inclusive é abranger
425 100%. Agora como que nós vamos fazer isso gradativo? Porque ninguém pode falar assim: você vai
426 implantar 60% de CRAS. Uai, CRAS é um serviço essencial. Que nós vamos dizer: nós vamos
427 implantar 100%. Agora a luta para implantar, ela vai ser gradativa e ela vai se espelhar nisso. Agora
428 colocar 60%, e colocar, instituir câmara técnica da CIB para fazer diagnóstico. Aí assim, com toda
429 discussão e militância que eu tenho nessa área, eu acho que vocês têm que repensar essa questão.
430 **Presidente:** Conselheira Beth. **Conselheira Elizabeth:** Primeiro essa discussão. Gente na hora que
431 eu falei a primeira vez, eu não falei bom dia para vocês. Me desculpem o atraso, porque eu tive outras
432 questões. Mas a questão que foi amplamente discutida lá na CIB, inclusive com a presença do
433 COGEMAS, todo representado, é a seguinte questão: Quando você, inclusive na hora você estava lá e
434 depois você sugeriu que a gente visitasse, re-visitasse, tri visitasse a resolução. Nós entendemos que a
435 resolução é um instrumento importantíssimo fundamental porque ele vem fazer a regulação.
436 Entretanto, nós temos outros elementos de diagnóstico, assim, de fazer um... quando a gente fala em
437 diagnóstico, fazer a vigilância sócio-assistencial mesmo. Qual que é o tamanho da demanda no Estado
438 de Minas Gerais. Contando mais de 657 municípios que não têm o serviço de CREAS média
439 complexidade. E tem uma demanda de média e de alta complexidade. Então como é que nós vamos
440 fazer isso? Então só a resolução, por mais que, ela não dá este horizonte. Então por isso, nós
441 aprovamos que a gente vai fazer. Se não faz na CIB, se faz não sei aonde. Esta é uma câmara de
442 estudo, ela é datada, ela é até junho de 2012, para a gente ver exatamente o tamanho, mais ou menos
443 da nossa demanda, conciliando documentos de regulação, conciliando documentos de diagnóstico do
444 Estado, para a gente ver esta questão da demanda. A questão de 60% não é que você vai atender. A
445 universalização é a nossa meta. Até 2014, como pacto de aprimoramento, face a esta demanda que
446 pelo menos se garanta 60%, na gradualidade até 60%. Então essa foi a proposta aprovada, com
447 discussão, árdua discussão. Então a câmara aqui fez a regulação. Por exemplo, a central de vagas. A
448 central de vagas é um instrumento importante de regulação. Eu acho até que ali, foi meio voto vencido,
449 eu acho que a central de vagas tinha que ser. 2013, no máximo 2013, gastar um ano na
450 implementação da central de vagas. Por quê? Porque a central de vagas, ela é um instrumento de
451 diagnóstico importante. Mas ao mesmo tempo ela opera. Viu gente. Ela é muito complicada, porque ela
452 opera imediatamente, quando você coloca uma central de vagas, o juiz chega e fala: cumpra-se.
453 Porque ele tem clareza de qual que é a nossa rede e a nossa demanda. Então a discussão aí, ela é
454 importantíssima. Pode reescrever, mas os parâmetros têm que ser constituir uma comissão que vá
455 fazer este trabalho. Porque só a regulação não é suficiente. E na minha avaliação se a gente quisesse
456 aumentar e este conselho. É colocar a central de vagas não para 2014, mas para 2013. Porque aí,
457 você agiliza e tem clareza de quê que você vai implementar. Ta? Então é nesse sentido. **Presidente:**
458 Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Bom. Eu queria colocar uma questão. A gente tem claro
459 aqui que a resolução 366 do CEAS, é o que vai nos dar norte para implantar os serviços. Isso aí é fato.
460 Ela é a regulação. Agora a implantação dos serviços, a proposta da implantação dos serviços, ela é
461 apresentada pelo órgão gestor, na mesma lógica aqui. Pactuada na CIB e deliberada por este
462 Conselho Estadual. Agora eu penso que a gente não pode ser iniciante, no sentido de: colocar a

463 instituição de uma câmara técnica para fazer um diagnóstico, com a realidade que nós tínhamos dos
464 quatorze CREAS regional, que foi implantado numa lógica completamente aversa ao sistema único. E
465 nós estamos custando a dar conta deste embrôlo. O SUAS tem seis anos, nós estamos até hoje,
466 custurando quatro. Então, esse serviço, pela complexidade que ele tem, ele não pode ser feito de
467 qualquer forma, à escura. Tem que ser feita com toda a especialidade que ele requer. Então eu penso
468 assim. É óbvio que o órgão gestor, imediatamente, quando da aprovação da resolução 366, nós já
469 dentro da diretoria de proteção especial, separamos uma equipe que já está trabalhando nessa
470 apresentação das regiões de assistência social, buscando inclusive com a Dra. Andréia Careli,
471 juntamente com o Ministério Público, com o CAL da infância e da juventude, as 310 comarcas. Nós não
472 estamos de braço cruzado. Nós é que vamos apresentar para a CIB e para este CEAS, no mapa do
473 Estado, onde estão as regiões de assistência com possibilidade de implantar este serviço. Agora o
474 Estado não pode ir lá e falar: olha municípios, nessa região. E este Conselho antes de entrar na outra
475 parte que ia falar. Esse Conselho já construiu a parte de participação e controle social, porque nós que
476 tivemos nas conferências regionais, fizemos essa discussão com os municípios de pequeno porte 1
477 onde este serviço vai chegar. Falamos: hoje existe essa regulação. O quê que o Estado está fazendo e
478 de que forma que o município vai apresentar essa demanda do Estado. Que eu tecnicamente falando,
479 aí eu vou copiar a Roberta. Eu não consigo enxergar outro modelo. Porque veja bem. Se a gente já
480 identificou, com esses instrumentos que a gente tem, onde não tem CREAS municipal, onde tem as
481 comarcas da infância e da juventude, que é um dos critérios da resolução. A gente já está mapeando, o
482 quê que nós vamos apresentar para a CIB? Esse mapa, esse diagnóstico. No estado, nós temos
483 possibilidades de 100 regiões de assistência. É o que essa prioridade está falando. Nessas regiões de
484 assistência CIB, o Estado vai organizar o serviço quando os municípios apresentarem a demanda. A
485 gente não pode chegar para os municípios daquela região e falar: vamos implantar um serviço de
486 média complexidade. Porque aí que vem o complicador da organização desse serviço. Sentar com
487 todo mundo, construir conjuntamente, de que forma que esse serviço vai ser ofertado? De que forma
488 que vai ter uma capacitação continuada para município vinculado e município sede? Financiamento de
489 todos os municípios do estado e do governo federal. Isso é pacto gente. Demora-se construir acordo e
490 pacto. Não pode ser como a gente imagina. Quem dera, a gente gostaria de estar no topo de linha aí
491 ano que vem. Mas a gente tem que ter clareza dessas dificuldades. E eu acho ser iniciante propor uma
492 meta para implantar um serviço na lógica do sentinela. Aí eu pedir aos conselheiros para fazer essa
493 reflexão. É claro que nós tivemos que atender a proposta da CIB e adequamos a proposta. Agora cabe
494 a este Conselho aqui avaliar. Inclusive se vocês se recordam, na nossa conferência, uma das
495 deliberações da conferência estadual, que vai ser encaminhada para o órgão gestor e vai para a
496 conferência nacional. É expandir serviços, CREAS municipal para os municípios. Então assim, a
497 excepcionalidade que a resolução traz. Se for deliberado nacional, os dois entes vão ter que atender
498 essa deliberação. **Presidente:** Bom, segundo os critérios de inscrição sou eu, não é Marcelo? Ta. Eu
499 não quero delongar não. Mas acho que é importante aqui, a gente rememorar, o trabalho que nós
500 levamos como apresentação, pactuação e discussão nas nossas regionais. Foi isso que nós fizemos
501 nas regionais. Levar os serviços, a maneira, a metodologia. E lá foi muito claro o que a gente colocou,
502 o que a gente discutiu com as regionais. E tinha presente, pessoas, delegados que representavam os
503 municípios. Assim sendo, nós levamos exatamente o que a gente deliberou nessa plenária que foi a
504 resolução 366. E aí se os conselheiros quiserem re-inaugurar, podemos buscá-la, de volta. Mas só que
505 aquela resolução, ela traz toda a diretriz do trabalho que a gente deveria fazer. E aí eu quero
506 rememorar mais uma vez, que na lâmina anterior, foi de muito bom tamanho, ter trazido a situação de
507 que nós tínhamos quatorze regionais de série histórica. E que dez delas foi apoiado num primeiro
508 momento, para cumprir o serviço regionalizado. E que ficaram as 4, que já está com meta física, para
509 cumprir, para fazer as 4. Entrar num certo padrão de acordo com o que foi pensado, e aí a gente ter as
510 14. Então aquela série histórica está sendo beneficiada. A segunda situação que eu coloco é que:
511 quando fizemos a discussão, tem pré-requisitos para o município que vai se candidatar a ser sede do
512 serviço regionalizado e tem pré-requisitos para os municípios que vão vincular o serviço regionalizado.
513 Os conselheiros haverão de lembrar disso aí. E lá a gente privilegiou as comarcas onde tinha
514 delegacia, e inclusive o sistema de garantia de direito. O conselho tutelar, conselho de direito.
515 Operação do CRAS, no que diz respeito a proteção básica e inclusive a situação de, colocamos muito
516 e pedimos encarecidamente que eles tivessem a compreensão. Os técnicos dos CRAS e dos CREAS,
517 da necessária interlocução, intermediação e proximidade, no que diz respeito a cumprir esse serviço.
518 Sendo assim, o que eu observo ali agora, está sendo trazido agora, essa situação, é o seguinte que:
519 quando a gente... Volta para mim, por favor, aí. É esta difícil. Quando a gente coloca essa situação, o
520 que eu entendo é que... volta no gráfico. Aí. O que eu entendo é o seguinte: no que diz respeito à
521 câmara. Eu penso o seguinte: para se chegar à resolução que nós discutimos, que nós
522 complementamos, que nós deliberamos neste conselho. Houve sim uma instituição, houve sim o pacto,
523 a discussão, por parte de uma câmara técnica. Senão não teria chegado aqui. Primeiro isso. Mas
524 ainda, se quiser instituir uma outra. Eu penso que é outra. No meu pensamento. Eu posso estar
525 equivocado, quem achar o contrário, por favor me corrija. Se quiser instituir tudo bem. Agora nós
526 traçamos percentual em cima do que a gente não conhece. Desculpa, mas eu acho, eu,
527 particularmente, acho uma irresponsabilidade. E vou falar. É desse tipo de situação, é que está
528 colocando em frangalhos, a situação de implementação do sistema único de assistência social. E eu

529 coloco isso, porque? Esse negócio de querer dar passo maior do que a perna, está levando a gente
530 para uma situação, que não vai fazer acontecer a solidificação, que foi diretriz nacional para a gente
531 solidificar o SUAS, consolidar o SUAS. Então eu não entendo que vai ser dessa forma. Penso que, no
532 momento que a gente a promotória pública do nosso lado. No momento que a gente tem, a gente
533 pegou a experiência da saúde, no momento que a gente pactua com os municípios, a gente consegue
534 fazer com muita clareza, eu diria com a competência e inclusive, competência essa, com clareza essa,
535 a três mãos, nós vamos ter uma experiência, correta. Ou quase que próximo daquilo é necessário para
536 a gente avançar. Agora você estabelecer uma meta, sem ter o diagnóstico, sem a gente ter uma
537 demanda dos municípios, eu acho temerário. Eu acho temerário. E mesmo porque, eu quero
538 concomitantemente agora, até em parte a Juanita colocou que é lembrar, que tem uma diretriz sim.
539 Porque foi reclamo lá na conferência estadual nossa. Vocês se lembram, o reclamo maior que eu
540 observei, foi por serviço regionalizado municipal. Porque a gente sabe da questão da drogatização. A
541 gente sabe das questões que estão havendo. E se assim é, tanto é assim e a compreensão foi essa
542 que nós deliberamos para a nacional. Se a nacional deliberar que vai ser, então OK. Vamos fazer
543 cumprir. Mas até lá, a gente tem que ter a responsabilidade, de primeiro, fazer aquilo que está previsto,
544 que está previsto sim na nossa resolução, que foi o entendimento nosso. Mas percentual em cima de
545 não diagnóstico, desculpa, mas não é o caso. E essa câmara não vai fazer diagnóstico, não é papel
546 dela. No meu entendimento é isso. O próximo inscrito é Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Eu queria
547 retomar uma preocupação que eu coloquei e não me senti respondida. Se o prazo é esse mesmo? É
548 31 de outubro? Ou se nós temos a possibilidade de ampliar essa discussão em relação ao pacto de
549 aprimoramento e gestão. Principalmente considerando que novos conselheiros serão incorporados a
550 esse grupo. Considerando aquilo que a gente sabe, da importância desse documento. Que nós, este
551 Conselho, deverá fazer um monitoramento desse pacto. É uma das ações que é de nossa
552 responsabilidade. Então assim, eu estou bastante preocupada com isso. Me sinto muito incomodada
553 com essa situação, de ter que discutir, buscar. Eu estou com o pacto de 2007, rememorando. Estou
554 com a avaliação que nós fizemos em 2009, tentando buscar informações, para poder ter subsídio para
555 dizer se ação é válida ou não é. E esse é o papel nosso aqui como conselheiro. Então eu gostaria de
556 compartilhar com os outros conselheiros, essa preocupação. **Presidente:** OK. Cris. Nesse quesito,
557 deixa eu só colocar para você o quê que eu penso a respeito. Eu penso que é. Eu entendo quando
558 você fala assim: não é importante os outros conselheiros tomarem conhecimento? Sim. Só um
559 minutinho. Sim, no momento em que eles realmente tomam conhecimento. No momento em que eles
560 realmente tomarem posse e efetivamente for estar como Conselho, estabelecendo o controle social. A
561 segunda situação é: se por um lado privilegia, por outro eu acho que seria uma irresponsabilidade
562 muito grande, imputar aos novatos que chegarão sem essa experiência. Então é mais cômodo para
563 nós, que já estamos aqui com essa expertise fazer a aprovação. O conhecimento eles tomam depois. E
564 a terceira situação que eu quero colocar, é que na plenária anterior, foi dado ciência a este Conselho
565 de que a gente já tinha previsto um prazo de prorrogação de 60 dias. Então eu penso que nós não
566 podemos correr risco de estar numa nacional, sem estar com isso aqui aprovado e de que, aí Minas
567 que é precursor em várias situações, tomou bomba, porque nós fomos esperar de uma situação que
568 eu, eu não vejo fundamentação para esperar, pelo fato simples de alguns conselheiros novatos chegar
569 a este conselho. Por essa decisão que eu já coloquei. Não sei se me fiz entender para os demais
570 conselheiros e para você. **Conselheira Cristiane:** Cristiane. Fez sim Geraldo. Agora a segunda é se
571 nós temos elementos aqui. Eu sou a única que estou com o pacto anterior e com a avaliação. A minha
572 preocupação é essa aqui. Se a gente tem condições dessa plenária, dessa única plenária fazer essa
573 apreciação. Mesmo considerando estas questões. Enfim. E aí voltando pra... **Presidente:** Só um
574 minutinho Cristiane. Para vencer isso aí. Você tem alguma proposta nesse quesito? **Conselheira**
575 **Cristiane:** A proposta era... **Conselheira Nívia:** Deixa eu fazer um esclarecimento primeiro, Cristiane,
576 com relação ao prazo. Tá. E aí eu acho que baliza a sua resposta à pergunta do Geraldo. O prazo
577 teoricamente foi até 31 de agosto. Nós estávamos com o pacto em construção, não nos sentimos à
578 vontade, para estar trazendo ele ainda não totalmente definido para este plenário. E pedimos a
579 prorrogação de prazo para mais 60 dias, que encerra agora dia 31. E qual que é a orientação da CIT?
580 É que todos os pactos estejam entregues, analisados pela CIT, na próxima reunião da CIT, para
581 avaliação, apresentação e avaliação de todos os pactos dos estados. Para compor o material da
582 conferência nacional. Tá. Então eu não tenho como te falar, que nós somos obrigados, entre aspas. A
583 votar, a aprovar esse pacto aqui hoje. Se for uma coisa que a plenária, for uma situação que a plenária
584 peça mais um prazo, nós vamos ter que passar isso para a CIT. Nós vamos informar para a CIT, e aí
585 esse plenário é que tem decidir então, o quê que vai ser feito, que proposta que será feita para
586 avaliação então, posterior. **Conselheira Juanita:** Secretária, só uma questão de ordem. Mas eu acho,
587 eu penso assim. Eu estou entendendo o zelo e o cuidado da Cristiane. Mas eu penso assim, que este
588 conselho aqui, nós somos soberanos. Se este conselho entender, que não estar à vontade e nem apto,
589 a avaliar e aprovar ou propor, alterações para esta proposta, que o órgão gestor esta apresentando,
590 cabe a nós solicitar a CIT um novo prazo. Mas eu penso é que este Conselho aqui é que tem que votar
591 e se a gente leva para outro ou se vai agora. Igual a Secretária falou, o prazo é esse, pronto. Agora se
592 nós não sentirmos a vontade para, não é secretária? **Conselheira Nívia:** Eu quero registrar que eu
593 pedi 90 dias, em função disso. Até porque eu estava chegando na secretaria, eu não tinha
594 conhecimento nem da construção e execução do outro pacto com propriedade. Eu estava participando,

595 eu passei a coordenar a elaboração deste. Então eu precisava me apropriar também, dessas
596 propostas, das conseqüências dessas propostas, que são pactos que nós estamos dando um
597 compromisso de que nós vamos executar. E aí eu entendo que compete a mim e ao Secretário e a
598 toda a equipe. Então nós não podemos fazer um compromisso de uma coisa que nós não vamos dar
599 conta de executar. E tínhamos também questões que, politicamente tinham que ser costuradas com o
600 Secretário. Também não poderíamos incluir aqui, uma proposta, que o Secretário ia ver o documento
601 pronto, fala: não para quê que vocês pactuaram isso aqui, se eu não tenho essa autorização política,
602 vamos dizer assim. Porque tudo requer recurso gente. Nós temos que pensar que isso tudo aqui tem
603 um desdobramento não só para a nacional, mas financeiro. Então é com muita responsabilidade que a
604 gente apresenta estas propostas. Então eu pedi 90 dias na CIT, não foi concedido. Foram três estados
605 que pediram prorrogação e aí foi consensuado 60 dias. E aí nós estamos nesses quase 60 dias,
606 trabalhando arduamente, para trazer isso que a gente apresenta aqui hoje. E aí a outra questão. Então
607 considerando que, a discussão, ela é para ser feita. Eu queria que, voltasse, para eu entender quais
608 são as ações da prioridade dois. Então a ação um da prioridade dois. Espera aí. Da dois. Então a ação
609 um é a realização do diagnóstico da situação de vulnerabilidade de risco, é isso? Então essa é uma
610 ação que vai ... Isso é orientação que veio da CIT. Não fomos nós que criamos. Nós estamos
611 acompanhando as diretrizes definidas pela CIT. **Conselheira Cristiane:** A delimitação das regiões bem
612 como o de assistência do Estado, que é essa questão das regionais. É só para eu entender porque
613 ... **Conselheira Nívia:** Não, não para orientação e implantação dos serviços regionalizados de média e
614 alta complexidade. **Conselheira Cristiane:** Que tem haver com a terceira ação também. É só para eu
615 entender as ações gente, porque eu não estou com o papel na mão. **Conselheira Nívia:** Sim, sim, sim.
616 **Conselheira Cristiane:** A terceira ação então. É a pactuação então da delimitação das regionais. Ta.
617 Essa pactuação dessas delimitações, também não seria aprovada aqui por este Conselho? Porque na
618 ação não contempla. Então não deveriam estar na ação? Pactuação e aprovação no Conselho
619 Estadual? Essa é a minha dúvida. Pois é. E depois, em que momento em que está a aprovação deste
620 Conselho Estadual? A implantação dos serviços de caráter regionais, a mesma coisa. Não deveria
621 estar a aprovação deste Conselho. **Conselheira Nívia:** Mas é isso que a gente está trazendo.
622 **Conselheira Cristiane:** Não está escrito. Não está escrito na ação. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo –
623 parece-me que ela já foi cumprida quando do estudo da UFMG, que já delimitou quais são as regiões
624 que irão e comarcas que serão as... parece-me que é isto. **Conselheira Nívia:** O Cristiane desculpa.
625 Nós não citamos aqui, parece que era implícito, mas já há um estudo que foi contratado pela SEDESE
626 a UFMG, eu vou pedir a Roberta para explicar, porque foi ela que participou desse processo.
627 **Presidente:** Só um minutinho. OK. É porque a Juanita inscreveu nesta questão aí. E aí eu passo para
628 você. Pode ser? **Conselheira Cristiane:** Posso então completar a minha... **Presidente:** Pode, por
629 favor. **Conselheira Cristiane:** É porque ali está colocado. Uma resolução publicada até dezembro de
630 2012. Aí eu fiquei na dúvida, que resolução é essa? Se a gente já tem uma resolução de
631 regionalização de serviços aprovada por este Conselho. **Presidente:** É a 366. **Conselheira Cristiane:**
632 Pois é. Por isso que eu estou perguntando. A resolução é prazo dezembro de 2012. Dúvida, ta. Outra
633 coisa é, esse estudo da UFMG, este Conselho tem conhecimento? Ele já foi apresentado? Eu não me
634 lembro. **Presidente:** Deixa a Roberta então falar para ver se clareia. **Roberta:** Bom só para os
635 conselheiros entender. A matriz, quando foi feita a matriz lá, nas regionais do Brasil com o FONCEAS, a
636 gente escreveu na matriz assim: Todo pacto tem que vir com, por exemplo: chegamos tantas
637 prioridades. Nessa prioridade dois, aí tem que ter, tem que ter uma ação, que faça um diagnóstico das
638 situações. Isso é a matriz. A matriz está dizendo assim ó: todos os estados têm que fazer um
639 diagnóstico que mostra a situação de vulnerabilidade e risco social e padrão - nanaram... da rede
640 SUAS, no ponto de vista da regionalização. Aí tem que fazer pesquisa, parará, tem que entender. A
641 matriz está lá. Todos os estados estão trabalhando com isso aqui. A matriz fala. Aí nós estamos
642 dizendo isso aqui. Dessa ação, nós estamos dizendo que nós cumprimos, nós cumprimos isso aqui.
643 Por quê? Nós já temos o índice de desenvolvimento social e quando fala assim: ação dois, a matriz lá,
644 todos os estados estão trabalhando com isso. Tem que delimitar as regiões de assistência social para
645 implantar. Nós já fizemos isso. Nós chamamos a UFMG, a UFMG fez um estudo, não só foi
646 apresentado a este Conselho, como foi apresentado na conferência estadual. A Lola apresentou esse
647 estudo pontual. Onde tinha comarca, onde tinha violação. Aquele programa que a UFMG coordena, o
648 PAIR. O PAIR subsidiou. Porque o PAIR mostra onde tem abuso, exploração sexual, parara, parara.
649 Então todo esse estudo já foi feito. Para apontar quais os possíveis locais, que a gente podia implantar
650 serviços regionalizados. E numa primeira inexperiência, imaturidade do sistema, que a gente apontava
651 somente para CREAS. Somente para CREAS. E aí o quê que fez? Transformou sentinela em CREAS,
652 foi isso que nós fizemos, do ponto de vista nacional. Nós avaliamos aqui que os quatorze CREAS
653 nosso gente, estava um horror. Foi avaliado. Tanto que nós municipalizamos 10. Por quê? Porque não
654 estava funcionando. Nós estávamos pagando um serviço caro e não estava funcionando como deveria.
655 E não estava funcionando só por culpa do Estado e nem dos municípios não. O sistema único de
656 assistência social ainda não está maduro o suficiente para poder implantar serviço de média
657 complexidade. Regional. E muito mais de alta complexidade. Porque o grande risco do SUAS,
658 implantar serviço de média complexidade, simplesmente para cumprir meta e para implantar. Nós
659 vamos quebrar vínculo familiar. Como é que você tira um adolescente de um município e interna ele em
660 um outro município, se você não tem um sistema de onde ele saiu o SUAS, que subsidia, para você

661 garantir vínculo familiar, retorno. Se a gente não tomar cuidado. Por isso que eu estou falando. Revisite
662 a resolução, por que ela está lá claro, dizendo assim: que o SUAS, a maturidade do SUAS, tem que ter
663 o seguinte: para implantar serviço regionalizado, tem que ser em caso excepcional, porque? Porque
664 nós vamos quebrar vínculo familiar, nós vamos implantar serviço de média complexidade como o
665 CREAS, que não funcionou, não funcionou. E não funcionou em Minas Gerais não, é no Brasil inteiro.
666 Agora eu acho que essa discussão, ela é boa, tecnicamente. Porque a gente precisa dizer o quê que
667 nós apostamos aqui em Minas Gerais. Porque que a gente não compra uma bandeira para trabalhar
668 CREAS, em todos os municípios, aonde é necessário. Agora, vamos trabalhar média complexidade
669 que é CREAS, que nós estamos chamando no SUAS, regional. Não está dando certo gente, a gente
670 teve que municipalizar 10. Porque era fato. Fato, os municípios diziam assim: Roberta. Claro que se a
671 gente for avaliar, teve falha do gestor? Teve. Nós tivemos imaturidade, nós não estávamos preparados.
672 E vou dizer pro senhores. O SUS, o SUS hoje, em Minas Gerais e no Brasil, ele está mais sólido com o
673 serviço regional, porque ele tem duas coisas básicas que a gente não tem. Ele tem vinculação de
674 receita e ele paga procedimento. Nós estamos implantando serviço regionalizado sem pagar
675 procedimento. Quem paga a passagem para essa dona? Que paga, quem leva? Quem que, entendeu?
676 Isso a gente não está conseguindo raciocinalizar não. A gente está só querendo assim: vamos
677 implantar, porque precisa, é meta, vamos por. A gente não está raciocinando devidamente, na
678 maturidade do SUAS. Em que ponto? Não, e do SUAS. Em que ponto que o SUAS está para poder
679 avançar nisso? Pega o SUS e vê lá, o SUS está implantando serviço. Implantou essa câmara agora de
680 vaga, isso é recente. O SUS tem quantos anos? E nós estamos saindo afoito. Afoito, porque tem que
681 por em meta, tem que por isso. E mais afoito. Passa lá para mim. E aí eu já termino, viu presidente.
682 Com a minha veemência. E mais afoito gente, vocês vão me desculpar. Quando propõe uma câmara
683 da CIB que é papel do gestor. Pelo amor de Deus, isso aqui é do gestor. É como a Juanita colocou. O
684 gestor tem que apresentar na CIB e dizer assim: Olha, cumpri a resolução. Nós vamos implantar aqui,
685 nós estamos propondo aqui e propondo ali. E aí, se a CIB entender que é isso, aí vem para cá e aqui
686 delibera. Porque eu quero saber, essa câmara técnica da CIB para fazer diagnóstico, gente. Aí senta
687 os gestores de outros municípios para fazer diagnóstico. Com que ferramenta? Vai ficar quantos dias
688 aqui, pelo amor de Deus, está confundindo os papéis. Está escrito aqui Beth. Não estou viajando não.
689 Está escrito aqui. **Presidente:** Pessoal, só um minutinho. Aqui ó. Só um minutinho. **Roberta:** E aqui eu
690 já encerro com toda a minha paixão e a minha veemência que eu tenho pelo SUAS. Muito obrigado,
691 senhores. **Presidente:** Obrigado, Roberta. Eu só quero chamar a atenção dos conselheiros, o
692 seguinte: a fala da Roberta agora, é a gente fazer a tradução literal do que está escrito ali. Vamos fazer
693 a tradução literal. Porque ela acabou de falar, é o que está contemplado ali. Então não vamos ter
694 interpretação outras não, porque não é. Tem três inscrições, e a gente espera nas três, ter esse
695 quesito. Porque eu acho que é o mais complexo de todos. E aí para a gente fazer uma reavaliação.
696 Mas aí nós vamos. Marcelo que está inscrito agora. **Conselheiro Marcelo:** Pois é. E aí vai na
697 literalidade mesmo, do que está escrito. Bom, pois não. E aí a gente vai na literalidade. Nós estamos
698 discutindo metas, nós estamos discutindo prazos. O quê que fala a primeira meta física: quatro. Quatro
699 serviços regionalizados implantados. E o quê que está escrito embaixo? Cumprir a resolução CIB e
700 CEAS, até dezembro de 2013. Se nós vamos cumprir até 2013, a resolução CIB e CEAS, então nós
701 vamos ter que já ter implantado as centrais de vaga, nós vamos ter que implantar tudo daqui para
702 baixo. Ta certo? Então, essa discussão toda que agente está fazendo para baixo, ela morre, na medida
703 em que a primeira, ela absorve todas as demais. **Conselheira Nívia:** Porque na verdade, foi essa que
704 nós apresentamos para a CIB. Foi essa a primeira proposta que foi apresentada pelo órgão gestor.
705 **Presidente:** A inscrição agora é da Conselheira Beth e no término da fala dela, a gente tenta encerrar
706 as inscrições, ta. Para este quesito. **Conselheira Elizabeth:** Bom, gente. A questão é a seguinte: por
707 exemplo. Desde o início nós estamos falando aqui que o pacto de aprimoramento de Minas Gerais,
708 saiu na frente sobre todos os outros estados. Muito que bem. Isso nós concordamos. Todos nós
709 concordamos com isso. Mas eu acho que, o mais desafiador pro Estado de Minas Gerais, é a
710 universalização da implantação do sistema. Ou seja, nós temos 853 municípios. Então o entendimento,
711 é o seguinte: a regulação é como nós vamos fazer? Como nós vamos fazer, está escrito na regulação.
712 E principalmente colegiados e gestores. Porque nós estamos falando dos municípios, e o município
713 quando a gente faz conferencia, e que a gente faz grupo de trabalho, e que a gente vê a falta de
714 conhecimento entre relacionar, os serviços de média complexidade e alta complexidade com a
715 demanda. Porque o município pode ser grande, pode ser pequeno, porte 1. Ele tem violência
716 intradoméstica? Tem. Ele tem violência familiar? Tem. Tem mulher morrendo, assassinada por marido?
717 Tem. Olha, para a minha surpresa os municípios não relacionavam isso com o CREAS. Com a média
718 complexidade. Então esta vigilância, quando nós estamos falando ali, é o seguinte: Nós, na literalidade,
719 lá a CIB, a questão de ter uma câmara técnica. Nós já tivemos uma câmara técnica para fazer a
720 resolução. Então, esse caso de a CIB ter uma câmara técnica, já teve uma câmara técnica para fazer
721 a, a, ... Então esta câmara técnica, ela não vai fazer muito não. Ela vai estar acompanhando o gestor e
722 o gestor vai apresentar. O conjunto de diagnóstico que ele tem. O diagnóstico pronto. Aí você fala
723 Roberta: eu vi a apresentação do diagnóstico da UFMG e li. Aquilo ali não estava para fazer a
724 demanda. Estava para ir atrás, principalmente de uma coisa que a gente implantou no Governo
725 Federal, que foi a matriz de exploração sexual, que orienta o PAIR, que coordena o que está no PAIR,
726 esta é uma participação que eu particularmente, que foi fruto do meu trabalho lá. Então, você não tem

727 um diagnóstico da demanda, você tem um diagnóstico da denúncia. É diferente. A denúncia você vai
728 correr da denúncia. E você fala: é uma fonte. Mas então eu estou colocando o seguinte: o índice de
729 desenvolvimento, ele é um instrumento para fazer classificar, o índice de desenvolvimento. O gente,
730 mas é porque vocês estão conversando aí. Então o que eu acho que é necessário para avançar no
731 modelo, a novidade de Minas Gerais, eu falo: é ela ter, a universalização. Não custa o órgão gestor
732 sentar com a CIB e fazer a apresentação. O que nós estamos querendo fazer a partir dali. Aí você está
733 falando o seguinte: tem uma, é obrigação, é obrigação do órgão gestor. Então nesse sentido, é
734 reafirmar, é chover no molhado, mas é reafirmar para os municípios representantes, que nós vamos
735 fazer isso no pacto de aprimoramento de gestão. Nós vamos conhecer, detalhar, informar, estudar, ver
736 o tamanho da nossa demanda. A partir dali, pactuamos um X. Se vocês acham, é necessário algo mais
737 moderno, o mais avançado é a universalização, nós podemos tirar 60% ali. Vocês estão com medo dos
738 60%, vamos para uma universalização. Como medo assim, a minha expressão não foi feliz. Estão no
739 vazio, então vamos partir para a universalização. Então até 2014, que todas as situações de violência
740 contra violação que implique, na implantação, quer regionalizado, quer municipal de CREAS, que a
741 gente vai fazer. É isso que nós estamos querendo. Sabe então o seguinte: ali não é a CIB, eu volto a
742 insistir. Ter uma comissão na CIB, a gente já teve para fazer a regulação. O que nós estamos
743 querendo? Fazer parcialmente foi feito. Porque nós temos, hoje o instrumento de regulação, nós
744 avançamos muito na clareza, nós temos hoje, como fazer a implantação dos serviços. Nós temos todos
745 os indicadores ali, é apenas dizer o seguinte: qual que é o tamanho da demanda. Não é, somos nós
746 que vamos dar o diagnóstico. O diagnóstico já está pronto? Então nós vamos sentar, é só isso.
747 Revisitar os documentos, e tal. E ter clareza. Para os municípios de Minas Gerais, qual é a nossa real
748 demanda? A partir daí, universalizar a implantação. Quer com pactuação com o município, quer com
749 pactuação com o Governo Federal, quer com o Estado. Quando a gente coloca 60% é na gradualidade
750 era apenas um menos. Se esse número incomoda, no sentido de que ele foi tirado detrás da orelha.
751 Ele não foi tirado detrás da orelha. Ele está circunscrito à demanda. Nós queremos saber a demanda e
752 depois ter o serviço implantado. Com todos os problemas que tem. E todos os desafios, aliás.
753 **Presidente:** Eu coloquei que a fala da Beth encerrou. Então sobre esse quesito a gente não tem mais
754 inscrições. Não pode haver mais. Mas tem inscrito aqui: Conselheira Cristiane, Conselheiro Marcio,
755 Conselheira Juanita, Conselheiro Volney, Conselheiro Marcelo e eu. E aí está encerrada esta questão.
756 Ta. OK. **Conselheiro Marcelo:** Gente, eu quero trazer uma questão de ordem. É porque, e aí eu. Olha,
757 nós já historicamente aqui, a gente presenciado. Quando vem, instrumentos de gestão para ser
758 apreciado aqui pelo Conselho. E geralmente quando é discutido na CIB. Aí trás aqui para o conselho,
759 para que a gente seja árbitro das discussões que governo e sociedade civil, discutem. Eu fico
760 pensando o seguinte. Olha, um documento igual a este. Nós aqui estamos. O nosso olhar, é o olhar de
761 controle social. O olhar técnico de gestão, ele perpassa pela CIB, onde que tem, gestão municipal e
762 gestão estadual. E pelo que eu estou sentindo aqui das falas. É que não houve pactuação de fato. Lá
763 na CIB. Não houve pactuação de fato. Porque estou vendo o governo fazendo uma fala, eu digo o
764 Estado. É o Estado fazendo uma fala diferentemente do que o município está defendendo aqui. Então,
765 portanto, eu acho que o documento não foi pactuado. E sendo assim presidente, eu acho que a gente
766 não tem condições de deliberar sobre ele. Essa que é a minha questão de ordem. **Conselheira Nívia:**
767 Eu queria fazer uma defesa. Uma justificativa em cima da fala do Marcelo. Deixa eu ver qual que é o
768 momento. **Presidente:** OK. E eu também quero fazer. Por questão de ordem. Pode fazer. **Conselheira**
769 **Nívia:** Eu quero justificar aqui. Que no dia dessa pactuação, no momento dessa pactuação na CIB. Eu
770 não pude contar com a presença da Roberta, que conhece todo esse processo de construção. Para
771 chegarmos até aqui. Então, eu não tinha argumentos, propriedade, eu não participei da construção
772 desse processo. Eu vou confessar para vocês, eu não tinha argumentos legítimos. Eu não estava na
773 SEDESE, na SUBAS. Eu não fiz toda essa trajetória de estudos, de pactuação, de construção de
774 resolução. Para que eu pudesse contrapor a proposta dos gestores municipais. E infelizmente, naquele
775 momento também, eu não pude contar com a Juanita. Que também participou desse processo. Porque
776 a gente já estava no final da tarde. A Roberta como ela não está mais na SUBAS, ela tinha outro
777 compromisso. Ela ficou enquanto pode. No momento desta discussão, a gente já estava quase que no
778 final do prazo para encerrar a reunião. E eu fiquei praticamente sozinha enquanto gestora. E eu
779 infelizmente eu não tive argumento para contrapor. Por eu não ter propriedade e participação do
780 processo de construção, desse processo. **Presidente:** OK. Veja bem. É legal, é bacana a Conselheira
781 Nívia, trazer essa fala aqui. Para que clareie as nossas mentes. Agora, eu falei que era questão de
782 ordem, agora, porque a minha inscrição é depois. Para colocar pra em cima da fala do Marcelo. Do
783 Conselheiro Marcelo. É o seguinte, eu penso que, está sendo trazido aqui, embora pactuado. Se não
784 houve uma defesa lá, mais veemente ou não. Foi pactuado. Foi trazido para cá. Isso aí só mostra para
785 a gente o tamanho da nossa responsabilidade, em ter como missão princípio, estabelecer o controle
786 social. Eu vou aguardar aqui. Porque a gente está fazendo uma fala, que eu acho que interessa a
787 todos. O momento aqui é da gente ter essa compreensão. Então o que eu quero dizer é o seguinte.
788 Aumenta a nossa responsabilidade estabelecer o controle social. E aí, o que eu vejo é seguinte: os
789 temas e o item específico que a gente está discutindo, é de conhecimento sim, de todos os
790 conselheiros. Nós fizemos essa discussão na plenária, nós fizemos essa discussão em cima da nossa
791 resolução 366. Nós fizemos a discussão levando isso para a regionalizada. Essa situação de
792 fragilidade que a Conselheira Nívia, assumiu aqui agora. Ainda assim, veio para cá pactuada. Agora

793 quem vai estabelecer o controle social, somos nós. E nós não vamos abrir mão. Eu, no meu
794 entendimento, nós não podemos abrir mão do controle social, para quem quer que seja. Ainda que seja
795 uma câmara. Isso nós não vamos fazer. Então, sendo assim, dentro do meu pensamento. O que o
796 Marcelo coloca, eu quero. Porque ele coloca o seguinte: pela colocação dele é suspender. E eu, pelo
797 menos, quero defender o contrário. Que pelo menos as pessoas inscritas eu quero ouvir. Eu gostaria
798 de ouvir. Porque é uma caminhada. Todos estão por dentro do assunto. E aí a gente pode ouvir.
799 Assim, Marcelo. Assim sendo, assim que essas inscrições terminarem. Aí a gente coloca em votação se
800 suspende ou não. Ou se a plenária tem condições de votar. Porque o assunto é muito sério. E aí a
801 gente passa então para a Cristiane. Conselheira Cristiane, por favor. **Conselheira Cristiane:** É
802 Cristiane. Na verdade, eu. Em relação a essa questão dos CREAS. Uma vez que a gente está o tempo
803 todo falando deste diagnóstico que já foi feito. Deste diagnóstico que já é de conhecimento deste
804 Conselho. De todo esse processo que já aconteceu. Eu até peguei aqui o documento. Para ver então.
805 Em que ação, em que ação deste pacto, então, está prevista a implantação de CREAS, nos
806 municípios, de acordo com a demanda. Então, eu não identifiquei aqui nas ações. É claro a conselheira
807 Nívia, ainda não acabou a apresentação. Mas uma vez que nós estamos discutindo este diagnóstico,
808 essa informação. E que os conselheiros aqui, pronunciaram, inclusive concordam, com essa situação
809 de que os CREAS devem ser implantados então nos seus municípios, para não quebrar essa
810 fragilidade. Em qual ação, essa implantação está prevista. Essa é a minha dúvida. E uma segunda
811 questão. Geraldo, apesar do seu encaminhamento. Eu acredito que a gente precisa discutir, essa
812 questão de ordem colocada pela Marcelo. Porque senão inviabiliza o encaminhamento da discussão.
813 Só... **Presidente:** Se você observou bem. Eu coloquei que assim eu ouvir os inscritos, nós vamos
814 deliberar sobre isso. Tá. Só um minutinho Cris. No questionamento que você coloca anteriormente.
815 Você repete aí para mim, por favor. É porque é o seguinte. Sabe o quê que às vezes me atrapalha.
816 Nós temos uma situação aqui, que toda a fala. Principalmente quando é para deliberar, é importante.
817 Mas nós temos conselheiros que, lamentavelmente, não fica atento as colocações. Então fica
818 parecendo que é o seguinte: que eu sou o dono da verdade e que eu já conheço a minha posição e
819 pouco interessa, a posição dos outros. E aí isso me deixa assim, bastante fora do normal. Porque isso
820 aqui é um coletivo. Só isso, é um coletivo, a discussão é séria. Eu gostaria que você repetisse para
821 mim, por favor Cris. **Conselheira Cristiane:** A minha questão é. Uma vez que nós aqui, temos esse
822 diagnóstico, esse reconhecimento da necessidade da implantação de CREAS nos municípios. Isso foi
823 muito discutido na conferência estadual. O tempo todo, a fala dos representantes, dos delegados. É
824 exatamente dessa necessidade de implantação de serviços de média complexidade no município.
825 Então isso está colocado? A minha pergunta é: Neste pacto de aprimoramento, aonde que tem essa
826 ação? Ou se não tem? **Presidente:** OK. Juanita. Questão de ordem tá. Para a resposta dela.
827 **Conselheira Juanita:** Ô Cristiane, ela está na ação cinco. Onde fala. A meta física. Quatro serviços
828 regionalizados e cumprir a resolução 366. Porque cumprindo a resolução 366 é que nós vamos saber
829 da demanda. O que nós temos. Então quatro é a demanda atual que nós temos. É a realidade atual.
830 Que são os quatro que a gente vai reordenar. E qualificar a oferta de serviço. Cumprir a resolução 66,
831 significa, identificou as situações de assistência, apresentou a demanda, instala-se o serviço. Como
832 nós não tínhamos como colocar meta, nós colocamos cumprir a resolução 366. Porque se a meta for 1,
833 se meta for 10, se a meta for 50, vai ser cumprir a resolução 366. Porque que nós. Municipal. Porque
834 nós. Não regional Cris. Serviço regionalizado, CREAS. Porque que nós não tivemos como colocar meta
835 física? Aquela ação dois. Nós temos um diagnóstico, o que foi feito pela UFMG. Que é aquela
836 fotografia das situações de violação de direito. Esse diagnóstico que nós já trabalhamos na outra
837 conferência regional. Que vocês se recordam. Que nós apresentamos esse diagnóstico. Só que ele
838 está desatualizado. Porque? Depois deste diagnóstico, houve expansão de CREAS municipal. O quê
839 que a SEDESE está fazendo agora? Pegando aquele diagnóstico, tirando os municípios que houve
840 expansão, para re-ordenar as áreas de assistência social. É isso que nós vamos levar para a CIB, para
841 publicar a resolução, das áreas de assistência social. Aí é que está lá. Uma resolução publicada. Que é
842 a fotografia, de onde pode ser instalado o serviço regionalizado. Agora, aonde ele pode, é a
843 potencialidade. A instalação vai depender da demanda. Que é a resolução que está na ação cinco.
844 Que é no item quatro. O quatro já é a nossa realidade. Ademais é cumprir a resolução 366. Eu não sei
845 se ficou claro para você agora Cris? **Presidente:** Um minutinho Roberta. Só um minutinho. Está dentro
846 do contexto. Porque a Cris indagou. O semblante dela mostrou que ela não ficou satisfeita com a
847 resposta. E eu vou voltar então para ela. Eu estou observando aqui, cada um. **Roberta:** Não aqui. É só
848 para responder você. É só para te responder Cristiane. Na meta sete, do documento. No novo. Você
849 está com ele, o novo. 39. Na meta sete, está lá. Co-financiamento de proteção básica e da proteção
850 especial. Entendeu? Porque aqui nós estamos parados no regionalizado. Aí quando vem na meta sete.
851 Diz que: nós temos que regular no sistema SISFAF, e nós temos que co-financiar. Se isto não está
852 claro nessa meta, o que você pergunta, ele tem que entrar aqui. Porque é nessa meta que a gente. O
853 básico nós já estamos financiando. A proteção especial, de alta complexidade, também estamos
854 cofinanciando. A de media complexidade. Que está no foco do CREAS. Ainda, esse ano foi colocado
855 no orçamento, não conseguimos co-financiar. Então isso que você pergunta, ele encaixa na prioridade
856 sete. Cofinanciamento da básica e da proteção especial. **Presidente:** E aí Cris. Só acrescentando.
857 Quando você fez o questionamento e eu vi que você ficou assim sem resposta. Eu pelo menos estou
858 entendendo. Nessa questão de ordem. Eu estou entendendo que é quando, da demanda por parte dos

859 municípios na central de vaga, aí nós vamos ter o atendimento municipal, ainda que, demandado por
860 eles mesmos. Não é municipalizado, mas é regionalizado. Então por favor. Está satisfeita? Você quer.
861 OK. Conselheiro Márcio, por favor. **Conselheiro Márcio:** Bom dia a todos. A minha preocupação é
862 com relação a discussão dessa matéria, que é realmente muito, pertinente, complexa. E trazendo aqui
863 a minha fala. Já fui muito contemplado aí pela fala da Cristiane. Que eu traria aqui para essa mesa, a
864 discussão dos grupos na conferência, em relação a essa demanda, da municipalização. E é uma
865 discussão que, acho que, acredito que, passou em todos os grupos. E a grande dificuldade de
866 implementação desses serviços, nos municípios. Então era um grande desafio que já foi pontuado nos
867 grupos. Para que fosse implementado. Então, acho que a discussão ela é extremamente pertinente,
868 porque vai de encontro, com os anseios dos municípios que foram externados na conferência.
869 **Presidente:** Conselheira Juanita. **Conselheira Juanita:** Então. Eu vou ficar até em pé, porque eu vou
870 fazer uma defesa técnica. Na verdade, eu concordo em parte, quando o Marcelo coloca, que esse
871 documento. Na verdade ele veio pactuado na CIB. Só que, ganhou dessa forma. A defesa do
872 município, a gente viu que ganhou tanto, que nós colocamos aqui, para ser deliberado nesse Conselho.
873 Agora, eu estou fazendo a defesa aqui, como conselheira. Então me compete propor uma outra ação
874 para essa meta. Então eu acho que está corretíssimo, o nosso papel aqui. Quando nós sentamos e foi
875 a justificativa da Nívia, da demora de apresentar esse documento. Porque não é simplesmente sentar
876 na ação e ir sapecando as metas para cumprir. Porque quando a gente vai identificar essa situação
877 para fazer uma propositura. E conforme a Roberta falou, não colocando o SUAS em cheque. E
878 expondo uma fragilidade pra município. Aí eu já vou descordar da minha colega, gestora Beth. Porque
879 vamos buscar lá na norma operacional básica do SUAS. A vigilância sócio-assistencial, ela se estrutura
880 em âmbito estadual e em âmbito municipal, em dois eixos. Primeiro. Identificação das violações de
881 direito. É o estudo que a UFMG fez. Ele mostrou para a gente, quais os municípios tem violação de
882 direito e qual violação que é. Se é mulher, se é idoso, se é criança e adolescente. Então esse eixo da
883 vigilância sócio-assistencial, não tem como não ser por meio de diagnóstico de situação de violação de
884 direito. O outro eixo da vigilância sócio-assistencial é, possibilitar naquele território, onde há
885 potencialidade de violação de direito. Isso nem na básica, a gente deu conta de fazer ainda. Nem na
886 básica. Então como que a gente pode pegar os municípios, aleatoriamente, todos de porte 1. Que se
887 fosse cumprir isso aí, seria isso. Todos de porte 1, sem serviço de proteção especial. Regionalizar eles,
888 por proximidade. E a partir daí, da demanda que o município apresentar, a gente apresentar uma
889 proposta de organização de um serviço. Então assim, a organização, do serviço de proteção de média
890 complexidade. Porque a alta já está clara. Não tem jeito de não ser de outra forma. A de média
891 complexidade tem que ser nesta lógica. E aí, Beth, quando eu cito você. Porque você colocou para a
892 Secretária Roberta, a questão do diagnóstico. Então não tem como fazer uma propositura desse porte,
893 se não for, como um dos eixos, baseada num diagnóstico de violação de direito. E onde que ele está?
894 É nos conselhos tutelares, é na polícia. Infelizmente a gente sabe onde que está esse diagnóstico, que
895 quem foi lá e denunciou. Agora, quem não denuncia, cabe às equipes, de busca ativa do CRAS,
896 procurar no território. Isto é outro. Este da vigilância sócio assistencial. E que a gente sabe, a gente
897 que é gestor, está longe de acontecer. **Presidente:** Veja bem. Eu acho riquíssimo esse debate, de
898 forma ordenada e serena. Obviamente, que o respeito sempre foi peculiar a esses conselheiros. E
899 como a Beth, foi citada nominalmente por Juanita. Eu tenho que dar para ela a fala. Agora por favor
900 Beth, em função do que ela colocou aí, citou seu nome. Não vamos delongar para mais do que isso.
901 Por favor. **Conselheira Elizabeth:** Quê que foi? Já tinha encerrado. Ô gente, o calor da discussão não
902 implica na falta de serenidade. Eu acho que, nós temos sempre serenidade para discutir. Olha, a
903 questão. Porque eu fico pensando o seguinte: para operacionalizar isso não é complicado. Porque nós
904 temos já levantamentos. Eu, quando eu falei com ela a questão da demanda. Eu acho que a discussão
905 de demanda é mais complicada. Porque quando a gente implantou, o disque denúncia, no governo
906 federal, o um, zero, zero. E fez a matriz. A gente falou o seguinte, eu não sei quantos, mas eu sei onde.
907 Porque a denúncia me indicava aonde. Então em cima disso, a gente fez um levantamento e rastreou
908 onde acontecia. O dimensionamento, se era muito, se era pouco, era outro momento. Era outro
909 momento do município sim. Viu. A vigilância sócio-assistencial, você pode começar de algum ponto.
910 Então quando a gente fez a matriz, que deu a implantação, que iluminou, a implantação com definição
911 da CIT. Onde se implantava os CREAS, em Minas Gerais, foi encima deste instrumento. Por isso que
912 eu estou falando com tranquilidade. Não sabia quantos, mas a gente sabia onde. Porque existia um
913 sistema de denúncia, o registro da polícia rodoviária federal, o registro dos conselhos tutelares. Cibia,
914 o município, a partir dali, fazer. Inclusive eu deixei pronto no realizado, porque foi outro problema. Mas
915 assim, deixei pronto uma matriz de colocar, o município, colocar a sua verdadeira situação de
916 demanda. Ta. Isso aí é uma questão. Então o que a gente pode e eu acho que a gente deve fazer,
917 primeiro: Ali, a minha proposta, já que é proposta. Posso falar disso, ou não? Já está esgotado? A
918 central de vagas 2013. Seria para 2013. Cumprir a resolução. Só que a resolução gente, insisto, a
919 questão é muito simples. A resolução já está iluminada. Ela ilumina como? Sabe, os critérios, está tudo
920 pronto. Só que ela não me ajuda a dimensionar a demanda no Estado de Minas Gerais. Entendeu?
921 Então a gente precisa, pegar todos os diagnósticos, sentar, estudar, e fazer entrar num acordo, nesse
922 momento. Mesmo que ele seja imperfeito, de qual é a demanda que nós temos. Que a gente está
923 chamando a demanda de implantação dos serviços especializados de assistência social, de alta
924 complexidade. De acordo com a pactuação com os municípios, de acordo com o avanço do SUAS.

925 Então a nossa proposta é essa. **Presidente:** Conselheiro Volney, por favor. **Conselheiro Volney:**
926 Volney. Só para esse plenário refletir. É, as propostas do gestor, tanto a nível municipal, como a nível
927 de estado, são maravilhosas, são fantásticas, ta. Não falo em nome do meu conselho que é regulador
928 da profissão. Ta. Mas eu venho percebendo, a cada dia. Porque eu tenho um contato muito próximo,
929 com o meu conselho de classe, ta. A dificuldade, e esse não saber fazer, da categoria de psicólogos,
930 nas suas atuações, junto aos CRAS e junto aos CREAS. Então eu acho que é necessário. Sabe Nívia,
931 vocês gestores. Porque vocês pedem para mim um estudo da UFMG. Tudo bem. Foi lá e diagnosticou.
932 Só que nós temos em Belo Horizonte, quinze escolas de psicologia. E são linhas filosóficas, totalmente
933 diferentes. Nós temos 30.000 profissionais, em Minas Gerais, dos quais 65%, inseridos nas políticas
934 públicas. Ta. Gente, o pessoal da psicologia, eles não sabem o que fazer dentro de um CREAS. Então
935 nós temos lá hoje, grupos de estudos, nós temos grupos de estudos dentro do nosso conselho. Tanto,
936 a nível do federal, como do regional, tentando estudar, pra alimentar esses jovens profissionais. Para
937 eles fazer. Então propõe, algo assim, que é formulado por PHDs da psicologia, do serviço social. Mas
938 quem presta o serviço lá, que está saindo das escolas. Não sabe, como que é este fazer, gente. Então
939 nós temos aí, uma associação brasileira de ensino da psicologia, que esta, porque ta, dando
940 indicativos, para onde, nessas escolas devem ensinar, o quê que deve fazer. Então eu acho que é
941 necessário ter esse diálogo, com os conselhos de classe. Eu não sei se acontece o mesmo, no serviço
942 social. Sabe Marcelo? Mas é necessário ter essa conversa com estes conselhos de classe, porque a
943 categoria está buscando. E o próprio conselho não está sabendo responder. Eu estou indo para um
944 encontro agora dia quatro, lá em Ipatinga, para trabalhar o leste aqui, porque a demanda, do leste de
945 Minas Gerais, está todo mundo perdido. Ninguém sabe o que fazer. Eu acho que é necessário, ... para
946 reflexão. Não resolve. A gente está pedindo diagnóstico de UFMG. Porque UFMG, quer dizer, ela não
947 fala com essas outras escolas. E quem está formando os profissionais, são as outras escolas também.
948 Porque são linhas filosóficas diferentes. Para colocar esses profissionais, no mercado de trabalho. Era
949 só essa reflexão só. **Presidente:** Conselheiro Marcelo, por favor. **Conselheiro Marcelo:** Só
950 respondendo ao Volney. É, os assistentes sociais, como até mesmo protagonistas neste processo aí
951 de construção de sistema. A gente já está mais tranquilo, quanto ao sistema, como é o funcionamento
952 e tal. Então, a gente não tem tido, grandes dificuldades, como o colega está passando. Mas eu gostaria
953 de, eu gostaria só de dizer o seguinte: nós estamos parados na, nós estamos parados na questão do
954 prazo e na questão da demanda. Não é isso? Eu já insisto na primeira questão. Quanto a gente
955 colocou lá. Na meta, quatro metas físicas. De quatro serviços regionais implantados. Até dezembro de
956 2013. Isso quer dizer que, a central de vagas vai ter que ser implantada, até 2013. Querendo, ou não.
957 Porque ela, os quatro serviços regionais implantados, eles terão que já estar executando os serviços.
958 Se eles vão executar serviço. As demandas que forem surgindo, naquelas quatro regiões. Não é? As
959 demandas que surgirem naquelas quatro regiões, vão ter que passar pela central de vagas. Ta certo?
960 Então eu acho assim, que resolveria a nossa questão. Eu coloquei uma questão de ordem mesmo,
961 como dificultador, parece-me do processo. Mas eu acho que já está aclarando, as nossas mentes aqui,
962 em cima das falas. Não é? E eu sugiro também, que aquela meta, a terceira meta ali, aonde está o
963 ponto 1. Que caia também para 2013. **Presidente:** Comenta Marcelo, por favor identifica. **Conselheiro**
964 **Marcelo:** A implantação da... **Presidente:** A implantação da central de vagas. OK. Agora é o
965 Conselheiro Geraldo. E as inscrições sobre esse tema, nós dissemos que iria encerrar. Na fala da
966 Beth. Lá atrás. Foi só um direito de resposta. Eu queria chamar um. A questão que eu queria levantar é
967 o seguinte: veja bem, esse Conselho, é bom esse Conselho debruçar, sobre a situação que foi trazido,
968 aqui agora, nas falas anteriores. Que é o seguinte: ainda temos, mesmo trabalhador do SUAS, sem
969 saber fazer muita coisa. Ainda temos. Esse é um processo de crescimento. Nós estamos fazendo uma
970 discussão conjunta. E eu diria mais, nós enquanto conselho, temos buscado, OAB. Que a OAB, salvo
971 raríssimas exceções, não estão sabendo. Está conosco. Eles não entendem o papel deles de estar
972 conosco. Nós buscamos agora a parceria do Ministério Público, não é a primeira vez. E aí eu quero
973 citar a Consolidação, para que eles estejam conosco. Que é um excelente parceiro. E agora nós fizemos
974 isso valer na conferência estadual. E terceiro, eu queria dizer que até a defensoria pública, já
975 manifestou, para o Conselho. A importância e a necessidade de a gente estar, com eles no encontro da
976 associação municipal, estadual dos defensores públicos e na nacional, falando sobre o papel dos
977 CRAS e dos CREAS. Então você vê que é uma busca e uma caminhada muito grande, de crescimento
978 conjunto. Mas nós temos que estar fazendo isso aqui, para gente ter mais clareza do que a gente está
979 fazendo. A outra situação é, a outra situação é que esse Conselho gente, ele está dando resposta.
980 Penso eu, até onde eu estou sabendo, nós estamos dando respaldo. Essas discussões que a gente
981 tem feito nas regionais. Eu para mim, foi talvez o maior aprendizado que nós tivemos, e a maior
982 consciência de estabelecer uma demanda do Estado. De uma forma bacana. Porque para mim, o que
983 foi pensado para a resolução, e a nossa resolução da maneira que está, talvez tenha sido um dos
984 negócios mais bacana, dos últimos anos, que eu tenha visto. Então, eu não tenho nenhuma dúvida de
985 trazer isso. E agora eu quero voltar na seguinte situação: veio isso para nossa apreciação. Penso, que
986 vocês estão vendo aqui agora, que é muito melhor, para esse colegiado aqui, aprovar do que deixar
987 para quem vai entrar novato, sem conhecimento de causa. Segunda situação é que: eu também
988 compartilho de que, algumas situações aí, estão ligadas, a central de vagas. E aí, diferentemente, eu
989 penso que vai ser muito trabalhoso sim. Porque na hora que começar a operar essa central de vagas.
990 E aí eu penso, que ela, também sou a favor, que ela venha para 2013. Porque nós vamos começar

991 determinação das comarcas, de juizes e promotores, que não tem a caminhada. E aí nós vamos ver o
992 barulho que vai dar. Então, e outra coisa. Que agora eu quero reafirmar só. Não sou a favor, de que a
993 gente vote, um percentual. Não sou a favor, sou contrário. Acho que não é. Vou tornar a repetir. Acho
994 que não é responsabilidade nossa estabelecer esse percentual. Quando a gente não tem um
995 diagnóstico. E acho que ele virá com mais propriedade, através da demanda, nas centrais de vagas. E
996 muito menos demandar esse percentual, para uma comissão. Ainda que seja uma comissão já
997 instituída. Eu penso que esse papel de continuidade, tudo bem. Mas é a minha fala final. O Marcelo
998 aqui, ele pediu uma questão de ordem, para falar, se a gente deveria demandar para outro momento,
999 ou não? Ele mesmo recuou dela, para dizer que: pensa que está claro a situação para que a gente
1000 possa deliberar. E aí, sobre esse quesito, nós encerramos as inscrições. Eu penso que foi, calorosa a
1001 discussão. Houveram várias contribuições e a gente pode avançar. No documento. E aí no final, então
1002 a gente vai ter a oportunidade de fazer uma avaliação como um todo, e aí a gente delibera ou não.
1003 Com algumas recomendações. A Juanita em questão de ordem está falando em encaminhamento.
1004 **Conselheira Juanita:** Então, é porque seguindo a sua sugestão, a gente vai avançar nas prioridades.
1005 Mas eu queria dar um encaminhamento para essa prioridade dois, ação cinco. Aí eu queria saber com
1006 o presidente, que hora que eu faço o encaminhamento? Se é nesta hora, ou se é outra hora? Porque
1007 nós chegamos numa polêmica na ação cinco. Nós temos essa situação que a CIB apresentou,
1008 pactuou. Eu tenho uma proposta de alterar esta meta, conforme o órgão gestor apresentou a CIB. Aí
1009 eu não sei que hora que a gente faz esse encaminhamento, porque nós vamos ter duas discussões aí,
1010 no meu entendimento. **Presidente:** Eu quero. Eu coloquei aqui, que a gente deveria apreciar no final,
1011 para ver o restante do documento. Assim sendo, a colocação de Juanita, eu penso se os conselheiros
1012 preferem fazer a deliberação desse quesito agora. Eu acho que a gente acabou de clarear, acho que é
1013 melhor. É isso? A plenária está de acordo com isso? OK. Então vamos ouvir a sugestão de Juanita e a
1014 gente então passa a deliberação. **Conselheira Juanita:** Ta. Pegando o nome da ação cinco. Nós
1015 propomos duas metas. Que é a primeira, Quatro serviços regionalizados de média complexidade, que
1016 é cumprir a resolução da CIB, sete, do CEAS 366, dezembro 2003. E a segunda meta, que é uma
1017 câmara central de vaga implantada, cumprindo a resolução sete e resolução 366, em dezembro de
1018 2014. Essa que é a proposta para manter, do governo. Não é isso secretária? A ação cinco, nós
1019 estamos dando um outro encaminhamento à proposta, que ficam duas metas. A primeira, quatro
1020 serviços regionalizados implantados de média complexidade, dezembro de 2003. Treze. Desculpa.
1021 Que é em cumprimento a resolução 366 e a 7. E a outra meta, é uma meta, implantar uma central de
1022 vagas, para a alta complexidade, em dezembro de 2014, que é cumprindo a resolução 366.
1023 Lembrando, só para esclarecer e rememorar, trazer a memória aos conselheiros. A central de vagas, é
1024 para atender os municípios que estão, com determinação judicial de medida protetiva. Então é alta
1025 complexidade. E aí nós ficaríamos com as duas metas, que foi a proposta encaminhada para a CIB, e
1026 perdemos na CIB. Não, os quatro vai manter. Alá ele lá. Quatro serviços regionalizados, dezembro de
1027 2013. Não, porque lá não tem determinação judicial não. Determinação judicial acontece na central de
1028 vaga. Lá teve a violação de direito, mas ainda mantém vínculo familiar. É CREAS, regional. Supressão
1029 de duas ações. Na verdade é isso. Obrigada, Consolação. É retirar a instituição da câmara técnica da
1030 CIB, e a outra que é a meta de 60%. Essa é a proposta do governo. **Presidentes:** OK. E aí eu
1031 pergunto o seguinte. Os conselheiros estão devidamente esclarecidos para a gente votar? Estão? OK,
1032 pode falar da dúvida então. Precisamos clarear. **Conselheira Cristiane:** Uma dúvida que eu fiquei,
1033 Juanita. É porque, até vocês mesmos chamaram atenção, que na meta, a quatro física, tem: cumprir a
1034 resolução CIB 07, CEAS 366. Quer dizer, o próprio cumprimento dessa resolução. Me pareceu, na
1035 defesa que foi feita anteriormente, ela vai garantir, as outras questões também. A implantação da
1036 central e tal. Então espera aí. Então responde, É só a minha dúvida. Quando você faz a sua proposta.
1037 Se você está tirando cumprir a resolução CIB 07 e CEAS. Porque eu estou entendendo que cumprir a
1038 resolução, é cumprir a resolução na íntegra. **Conselheira Juanita:** A gente não está tirando Cris. Mas
1039 a gente ainda não tem número da demanda. Esse número da demanda vai vir no decorrer do processo.
1040 Essa demanda aparecendo no decorrer do processo, por isso que a gente manteve cumprir a
1041 resolução 366. Porque a realidade hoje que a gente tem, é só os quatro. Que precisam ser
1042 reordenados e qualificados. **Presidente:** OK pessoal. A plenária se considera devidamente escla...
1043 **Conselheiro Marcelo:** Pôs para dezembro de 2013 a implantação de central vagas, foi isso que você
1044 falou. Que a implantação da central de vagas é em dezembro de 2014, é isso mesmo? Porque você
1045 parece-me que falou isso. 2013. E eu entendi dezembro de 2013 também, considerando o
1046 cumprimento da resolução, foi isso que... **Presidente:** Pessoal, então está aí. Nós temos um
1047 documento que veio da CIB. Já foi clareado inclusive, como é que ele foi é que ele aconteceu lá, e a
1048 maneira como ele foi trazido. E uma sugestão de encaminhamento de Juanita. Que é para retirada de
1049 dois itens e o cumprimento do primeiro e do terceiro lá. Esta que é a sugestão de encaminhamento.
1050 OK. Então nós temos duas situações: o documento tal qual está ou pós a nossa discussão se é esse
1051 encaminhamento da Juanita. Pode ser assim? OK. Como é nominal, eu gostaria que cada um
1052 colocasse: Proposta apresentada ou o encaminhamento da Juanita. OK. Pode ser? Então podemos
1053 começar o processo eleitoral. Cada um, por favor, se identifica e coloca a situação. Posso aproveitar
1054 aqui o momento e colocar meu voto? OK, então: Geraldo, sou a favor da proposta de encaminhamento
1055 da Conselheira Juanita. **Conselheiro Marcelo:** Eu mantenho a posição da CIB, Marcelo. **Conselheira
1056 Juanita:** Eu fico na segunda proposta apresentada por mim. **Conselheira Elizabeth:** Mantenho a CIB.

1057 **Conselheira Guilhermina:** Guilhermina, Secretária de Fazenda. Eu vou a favor da proposta de
1058 encaminhamento feito pela Juanita. **Conselheira (???)** Fico com a proposta de encaminhamento feito
1059 pela Juanita. **Conselheiro Adenor:** Adenor. Fico com a proposta da Juanita. **Conselheira Maria de**
1060 **Lourdes:** Maria de Lourdes, com a proposta da Juanita. **Conselheira Cristiane:** Cristiane. Eu me
1061 abstenho. **Conselheira Nívia:** Nívia. Voto com a proposta da Juanita, que é o compromisso que o
1062 Governo considera que dá conta de executar. **Conselheiro Luis George:** George. Voto pela proposta
1063 da Juanita. **Conselheiro Márcio:** Márcio. Voto com a proposta de Juanita. **Conselheira Sônia:** Sônia.
1064 Proposta da Juanita. **Presidente:** OK. Nós tivemos uma abstenção. Duas propostas a favor da
1065 apresentação trazida, pactuada na CIB e quantos? E dez votos na sugestão de encaminhamento, que
1066 é a retirada dos dois itens. Então passamos, por favor, secretária, pode continuar por favor.
1067 **Conselheira Nívia:** Então nós vamos passar para a prioridade três. **Presidente:** OK. Secretária só um
1068 minutinho, por favor. É porque nossa querida ex-conselheira, Roberta, vai nos deixar agora e a gente
1069 gostaria que você levasse o nosso abraço, desse Conselho. Obrigado! Oi. Por favor. **Roberta:** Eu
1070 prometo não ser. Eu só gostaria de agradecer a oportunidade, e assim, e realmente, eu vim com esse
1071 intuito da gente defender esta proposta, contribuir pra que este colegiado pudesse entender essa
1072 proposta que a gente construiu de serviço regionalizado. Que no meu entendimento, o documento, o
1073 documento está muito bom. Porque ele teve toda uma discussão na sua matriz para ser orientado.
1074 Para que os estados o fizessem. E assim, com certeza, assim, eu acho que o conjunto dos 27 estados
1075 trabalhando nesta estrutura, eu acho que o ganho do SUAS no Brasil, a gente vai avançar muito mais.
1076 Quer dizer, quando a gente estiver aqui avaliando este pacto daqui a quatro anos, eu acho que a gente
1077 vai ter saldos muito positivos. E aí, eu queria dizer que o documento está muito bom, do ponto de vista
1078 das propostas como um todo, da matriz. E também assim, o mais polêmico da estrutura é realmente o
1079 serviço regionalizado, entendendo que isso é também polêmico no SUS como um todo. Isso ainda é
1080 algo que a gente vai ter que avançar muito. E ele culmina também, com a discussão de proteção de
1081 alta complexidade, que é um grande desafio no SUAS. Quer dizer: a básica a gente avançou, muito
1082 nesta construção do centro de referência, de identificar os serviços da básica, regular os serviços da
1083 básica. Agora, implantar o especial, o serviço especial, ele é complexo, ele é caro, e ainda mais de
1084 forma regionalizada. Então realmente essa era a maior polêmica. E queria parabenizar este conselho e
1085 dizer que a gente aqui deliberou vocês deliberaram por algo que é possível construir com muita
1086 maturidade, viu presidente. De dizer assim: a gente pode não agradar o ansejo de todos os municípios,
1087 do ponto de vista de dizer assim: gostaríamos de 100, de 80, de não sei o que, por cento. Mas acredito
1088 que se a gente conseguir, enquanto Estado, enquanto Conselho, cumprir o que está ali. Eu te diria que
1089 isso que está ali, vai vir muito sólido, para a gente poder dar passos, mais largos e mais sólidos no
1090 SUAS. Porque hoje, para além do desafio de universalizar, o SUAS tem um grande desafio que é
1091 solidificar gente. Ele pode estar universalizado, mas se ele não estiver sólido, ele fica muito frágil. Ele
1092 deixa a credibilidade do usuário, o usuário não acredita o gestor não acredita. As nossas correlações
1093 políticas, que a gente vai ter que brigar em orçamento, fica muito frágil. Então mais do que buscar
1094 universalizar, é importante também batalhar para solidificar. Aquilo que a gente vem entregando de
1095 concreto e real para a população, ele seja sólido, porque senão, com um soprar, ele acaba. A própria
1096 população não cria referência por ele. Quer dizer, o nosso sonho no SUAS, é que o usuário esteja junto
1097 conosco, defendendo esta política. E ele só vai fazer isso, o dia que realmente, nós tiver entregando
1098 serviço de qualidade. Porque caso contrário, não adianta ter muitos, é importante universalizar, mas
1099 também é importante ter de qualidade e solidificar. Muito obrigado, e foi um prazer passar a manhã
1100 com vocês. Estou a disposição para essas discussões polêmica. Muito obrigado os senhores!
1101 **Conselheira Nívia:** Roberta, eu também quero registrar o meu agradecimento. Não só por esta
1102 participação, mas pelo apoio que você tem dado pra SUBAS, até que eu consiga caminhar sozinha.
1103 Muito obrigada! **Presidente:** A Beth. A conselheira Beth pediu para manifestar antes da sua retirada
1104 também. **Conselheira Elizabeth:** O que eu acho. O que eu lamento é que esse Conselho não tenha
1105 entendido que a questão dos municípios é urgente. E a saída de emergência, que a gente precisa ter,
1106 para esta população, em situação de vulnerabilidade social, nos nossos municípios. Ela não pode se
1107 restringir apenas à questão da qualidade ou não da gestão. A qualidade da gestão implantada, nós
1108 não, em nenhum momento nós estamos colocando em questão. Mas que existe uma demanda, que
1109 até 2014, nós vamos fazer burocraticamente, dentro da gestão do Estado, sabe, ficar verificando e
1110 sem, e dar uma resposta. Eu lamento que este Conselho, não tenha entendido que como controle
1111 social e nós podíamos, eu sou, eu fui lá. Agora até perdi a serenidade. Mas a questão de falar. Eu falei
1112 muito às vezes com a Nívia. Nós podemos fazer isso junto. Belo Horizonte pode ajudar. A questão de
1113 central de vagas, não é só. Nós hoje, nós temos um instrumento, que foi feito pela Fundação João
1114 Pinheiro, sobre a quantidade de abrigos em Minas Gerais. Nós teríamos a questão de implantar, seria
1115 comprar vagas. Isso significa recurso sim, mas este Conselho tem que forçar, tem que forçar a gente a
1116 implantar uma proteção social de qualidade. Então seria comprar vagas, para fazer o encaminhamento.
1117 Quando Belo Horizonte colocou a central de vagas. Sabe o quê que nós tivemos que fazer, presidente?
1118 Nós tivemos que estender o cofinanciamento, o financiamento para todas as entidades de abrigo de
1119 crianças e adolescentes em Belo Horizonte. Então a questão, quando se coloca uma central de vagas,
1120 então nós vamos fazer uma central de vagas, 2014 a gente vai ter uma central de vagas implantada,
1121 sem qualificar essa demanda e sem dar resposta. A votação aqui, sinceramente, eu acho que a defesa
1122 da gestão tem que ser feita. Porque a gente tem pernas e não tem pernas. Eu nesse momento. Mas

1123 em termos de, a relação do município com o estado de Minas Gerais. Eu simplesmente com esta
1124 votação colocada pelo Conselho significa burocratizar um processo e não dar a proteção social que
1125 nós temos que ter. No média e alta complexidade. É isto que significa. **Presidente:** Ok, antes de voltar
1126 à secretária, agora eu enquanto presidente deste Conselho me sinto na obrigação de fazer uma
1127 colocação. Eu não entendo que não houve entendimento do Conselho não. Tanto é fato, que a votação
1128 foi expressiva. Tanto é fato que a discussão foi acalorada. Tivemos contribuição da maioria dos
1129 conselheiros. Então, os conselheiros têm sim, consciência do quê que acabou de deliberar. E isso só
1130 aumenta a nossa responsabilidade no momento de estabelecer a vigilância social e o controle social.
1131 Agora, que vai ficar por esta deliberação a desproteção, isso aí é um entendimento da Conselheira
1132 Beth, que nós respeitamos qualquer que seja. Mas não concordamos, porque foi à vontade de maioria
1133 maciça, a deliberação que acabou de ocorrer. Por favor, Nívia, continue. **Conselheira Nívia:** Vamos
1134 passar então para a prioridade três. Que é a prestação de apoio técnico aos municípios na
1135 estruturação e implantação de seus serviços municipais de assistência social. Sistemas municipais de
1136 assistência social, desculpem. Na gestão do CAD-ÚNICO e do Programa Bolsa Família. Então a
1137 primeira ação que foi proposta é a implantação de sistemática de assessoramento e apoio técnico e de
1138 monitoramento aos municípios, na implantação do SUAS. No que se refere a: estrutura organizacional,
1139 aos instrumentos de planejamento e de monitoramento, aos planos e relatórios de gestão, a gestão dos
1140 serviços e benefícios, a gestão do fundo, a instância de controle social, a gestão do trabalho, a rede
1141 sócio assistencial, a efetivação do vínculo SUAS, ao alcance de metas de pactuação nacional e na
1142 observância das normativas do SUAS. Essa ação, ela está em cumprimento, ela já foi cumprida, dentro
1143 do prazo pactuado no outro plano. Que o plano de ação anual pactuado pela CIB e deliberado pelo
1144 CEAS. Que na verdade tornou-se uma ação continuada. A ação dois. É, com relação do CAD-ÚNICO,
1145 considerando a coordenação, capacitação dos operadores, capacitação de gestores, assessoramento
1146 técnico e monitoramento aos municípios, também uma ação cumprida. E aí uma, que também se
1147 tornou uma ação continuada. Mas aí que a gente faz um demonstrativo, que em 2011 foram realizadas
1148 19 capacitações regionalizadas dos novos formulários do CAD-ÚNICO e 20 capacitações sobre o novo
1149 sistema operacional da versão 7.0 do CAD-ÚNICO. Em 2012, as ações serão incorporadas no plano
1150 estadual de capacitação e que já está totalmente inserida a esta proposta e o planejamento da
1151 execução dessas ações de capacitação especificamente para estas temáticas. Dentro da prioridade
1152 três ainda, a ação três, ela é de fortalecimento da intersetorialidade na gestão do programa Bolsa
1153 Família. Monitoramento das condicionalidades, capacitação de gestores de assistência social, saúde e
1154 educação. Assessoramento técnico e monitoramento aos municípios quanto à aplicação do protocolo
1155 de gestão integrada de benefícios e serviços. Articulação com os demais programas de transferência
1156 de renda do Estado ou dos municípios. Também uma ação cumprida, a partir da instituição do plano de
1157 ação anual do grupo intergestor do programa Bolsa Família do Estado. E que também é uma ação
1158 continuada. Aí a nova meta para o plano de assessoramento aos municípios, é o plano de
1159 assessoramento elaborado até dezembro de 2012. Então nós iríamos aprimorar e elaborar um plano
1160 de assessoramento, mais complexo, mais amadurecido, até dezembro de 2012. Pode passar. Agora
1161 passando para a prioridade quatro. Que propõe a coordenação, o gerenciamento e a execução e co-
1162 financiamento de programas de capacitação, para gestores, trabalhadores e conselheiros. A primeira
1163 ação seria a elaboração e execução do plano estadual de capacitação, contendo as diversas
1164 modalidades, formatos, temático e público, na perspectiva da educação permanente, sistemática e
1165 continuada. E da capacitação em serviço, em conformidade com a NOB-RH, compatíveis com as
1166 necessidades locais e regionais. Também uma ação cumprida, a partir da ação específica que foi
1167 criada, que é o PPA e a LOA ANUAL, com dotação orçamentária específica para essa ação. Do plano
1168 estadual de capacitação. E aí inserimos como nova meta para este plano estadual de capacitação, um
1169 aprimoramento também, uma ampliação de alcance, deste plano estadual de capacitação, com
1170 previsão de destinação orçamentária no valor de R\$ 4.749.185,00 até 2014. E também que o prazo nós
1171 nem determinamos porque é uma ação que já é uma ação continuada. E que, a intenção é até que a
1172 gente vá ampliando, a cada ano, tanto as metas, quanto o público a ser alcançado. **Presidente:**
1173 Conselheira Nívia, e/ou Conselheira Juanita, se for o caso. Eu gostaria de saber, porque já é uma
1174 demanda, se nos apresentada em várias instancias e principalmente eu, particularmente como
1175 Conselheiro Estadual, tenho feito essa apresentação, a cobrança com veemência do Governo Federal.
1176 Se os empregados das entidades que faz parte da rede sócio-assistencial, se os trabalhadores que
1177 trabalham no SUAS, desenvolvendo o sistema único de assistência social, se estes trabalhadores, que
1178 são das entidades, que são co-responsáveis, pelos trabalhos do SUAS, que são co-responsáveis na
1179 gestão do Estado. Se eles estão sendo contemplados? Porque em vários momentos, aqui não é nem
1180 um desabafo, vários momentos que a gente vê, é os trabalhadores do SUAS, dentro desta lógica que
1181 eu acabei de dizer. Está sempre relegado a segundo plano. Então que qualidade a gente quer na
1182 ponta, se realmente a gente quer. No momento que a gente exclui, quem precisa estar. E aí
1183 concomitantemente, eu já faço essa pergunta, até manifestada aqui pelo Conselheiro Volney. Gostaria
1184 que, por favor, vocês duas, quem quiser manifestar, ficasse a vontade. **Conselheira Nívia:** Sim, este
1185 público já está previsto, já para as ações de 2012, Geraldo. E também, para os conselheiros.
1186 Capacitações específicas, para os conselheiros municipais de assistência social. E nós temos também,
1187 uma modalidade, que é a partir da demanda espontânea. Então a gente tem uma previsão, de atender
1188 demanda espontânea tanto de municípios, como de públicos específicos. A partir daquela demanda,

1189 nós vamos organizar, nós vamos elaborar, a capacitação que está sendo demandada, dentro daquela
1190 temática específica. E eu quero acrescentar, que na conferência nacional, vai ser apresentado o plano
1191 nacional de capacitação, para o qual nós também, já estamos nós já temos esse. A proposta do plano
1192 nacional, ele vai ser votado, referendado na conferência nacional. Mas na última reunião da CIT, nós já
1193 recebemos um esboço desse plano nacional, e a diretoria de capacitação já está fazendo uma
1194 adequação, da nossa proposta, já para 2012, as diretrizes do plano nacional de capacitação. Que
1195 prevê inclusive presidente, mestrado. Então nós já estamos fazendo alguns levantamentos. Ontem
1196 mesmo, nós tivemos uma reunião com uma empresa, que nós já temos parceria. Mas que a gente
1197 pretende ampliar e renovar essa parceria, se for possível. Já fazendo um orçamento, vamos dizer
1198 assim, uma avaliação, de quanto custaria para o Estado, inclusive curso de pós-graduação e mestrado.
1199 Estamos conversando também já outras entidades de educação, de ensino superior. Inclusive a
1200 Fundação João Pinheiro, para que a gente possa já estar adequando para as ações de 2012, do nosso
1201 plano de capacitação profissional. Mas com certeza, a gente está pensando na ampliação e no foco de
1202 todos os públicos ligados a execução da política. **Presidente:** Me permite aqui, Conselheira Nívia, só
1203 fazer uma complementação. É uma réplica, não é, acaba sendo. Mas é o seguinte: eu tenho uma
1204 preocupação também quando, quando você coloca essa situação do mundo acadêmico. Nada contra.
1205 Mas eu gostaria muito de ver também um foco aí, na praticidade. Porque o que a gente viu nas
1206 regionais. Os conselheiros que está aí, que tiveram, podem manifestar a respeito. É a carência, da
1207 aplicabilidade, da operacionalização, da prática, do que está desenhado na normativa para a realidade
1208 dos fatos. E quando a gente pensa conforme a sua manifestação, fazer em nível de pós-graduação e
1209 mestrado, seja bem vindo. Porém concomitantemente, nós precisamos fazer isso. E aí eu deixo até
1210 como sugestão, que a gente pudesse utilizar os espaços e os momentos das uniões de conselhos
1211 municipais. Que é um espaço excepcional. Este conselho já manifestou que quer fortalecer o espaço.
1212 De repente, a gente levava temas, dentro da qualificação e capacitação habituada para esses espaços.
1213 E a gente podia fazer uma coisa, bem dentro da linguagem mais operacional. Só isso, obrigado!
1214 **Conselheira Nívia:** Que eu quero voltar a registrar. Vai de encontro com uma modalidade que é, de
1215 demanda espontânea. Atender demanda espontânea. Nós fizemos uma enquête, na conferência
1216 estadual, que nos parece, foi respondida até, pra mais de 100% do número de participantes. E essa
1217 enquête presidente, já previa também esse levantamento de demanda. A gente está em fase de
1218 conclusão da análise da enquête. Que vai nos apontar também, eu acredito, que este tipo de
1219 expectativa que o senhor sugeriu aí agora. **Presidente:** OK. Conselheira Nívia. A Conselheira Cristiane
1220 se inscreveu e a Conselheira Juanita. Por favor, passa o microfone para ela por favor. **Conselheira**
1221 **Cristiane:** É Cristiane. Eu estou com uma dúvida e aí eu gostaria que pudesse me esclarecer.
1222 Questões como essa colocada pelo Conselheiro Geraldo, que deve contemplar capacitação. A minha
1223 dúvida é se isso a gente não poderia incorporar ao documento. Assim como a Juanita fez a proposta
1224 de excluir. Quando aparece uma situação como esta, se isso não precisaria estar claro no documento,
1225 até considerando aquilo que eu já falei. Há conselheiros que não estão aqui, e que irão participar
1226 depois do monitoramento deste plano. Então, se esta questão, da capacitação dos trabalhadores da
1227 rede privada do SUAS, se não haveria uma forma de incorporar isso. Essa é a primeira questão. A
1228 segunda questão, eu fiquei numa dúvida. Quando fala assim: elaborar o plano estadual de capacitação.
1229 Este plano já não está elaborado? Inclusive ele não foi implementado este ano. Não fica redundante
1230 colocar, novamente, elaborar o plano, quando na verdade, seria já implantar essa capacitação,
1231 considerando inclusive, que ela é permanente e continuada. Então são essas as questões que me
1232 vieram aqui, eu gostaria de esclarecimento, por favor. **Presidente:** Conselheira Juanita, está inscrita,
1233 Nívia. E aí se você quiser já dar a resposta, se for o caso, volta para a Secretária. **Conselheira**
1234 **Juanita:** Bom. É porque a gente tem dois instrumentos de gestão Cris. A gente tem o plano estadual
1235 de capacitação, que ele é plurianual. Ele é mais amplo, tem recursos financeiros, envolve todas as
1236 ações que vão ser feitas durante quatro anos. Esse plano estadual de capacitação que a gente está
1237 trabalhando hoje. É este do pacto 2007-2008. Quando na meta anterior, que a gente coloca plano de
1238 ação. Plano de ação pactuado na CIB e deliberado no CEAS. Não sei se vocês se recordam? É
1239 quando a gente, desde o ano passado, conseguiu identificar municípios prioritários, para
1240 acompanhamento. Entendendo acompanhamento, inclusive um processo, que entre uma das
1241 atividades do acompanhamento, a capacitação. Então, um é o plano estadual, o outro é o plano anual,
1242 que o estadual se desdobra em quatro anuais. E que esse CEAS, já conhece esta metodologia e este
1243 conselho, através da comissão de apoio a conselho. Copiou esta metodologia e conseguiu identificar
1244 os conselhos municipais prioritários para acompanhamento. Que foi aquela oficina que a gente fez.
1245 Então, esse plano, que ele está em processo de elaboração e que vai vir para este conselho para
1246 deliberação. É dos próximos quatro anos. Na verdade ele já está, não é Nívia, praticamente pronto. Só
1247 que a gente, agora a gente vai incluir aquela enquête que foi apresentada lá, está terminando a
1248 consolidação dos dados, para tratamento das informações. E ver o quê que foi pleiteado pelos
1249 municípios que ainda não estão lá. Porque inclusive ele vai para consulta pública, para depois ele ir
1250 para a CIB e para este CEAS. A outra questão. Aí já vou respondendo também a questão do Geraldo.
1251 Que quando você vai lá na prioridade. Coordenação, gerenciamento, execução e co-financiamento de
1252 programa de capacitação para gestores, trabalhadores. Entendendo trabalhadores como da rede
1253 privada, porque é sociedade civil. Então, com relação a essa reunião que a Nívia fez. Inclusive uma
1254 metodologia de capacitação pro ano que vem, que a gente vai fazer. É utilizando as antenas

1255 parabólicas que foi, para os CRAS e para os CREAS. Porque a gente sabe que, trabalhador da rede
1256 privada, o gestor vai ter dificuldade para trazer eles aqui, nos pólos. Então é fazer essa capacitação, o
1257 primeiro módulo já está até desenhado, com a ementa que a gente vai começar pela proteção básica.
1258 Aí os três serviços da proteção básica. Vai chegar nos CRAS e no CREAS. Aí vai nos caber, a nós
1259 gestores e a este Conselho, presidente. Fazer uma intervenção, no órgão gestor e no conselho
1260 municipal, para não deixar os trabalhadores da rede privada fora. Porque são 180 horas, são seis
1261 meses de curso. E vai ser lá próximo, vai ter certificação. Então assim. Aí Cris, porque a gente está
1262 cumprindo na íntegra, a prioridade. Entendendo que trabalhador ali é da sociedade civil e é da rede
1263 privada. Aí eu não sei, porque a meta, é um plano estadual. Dentro do plano é que vai ter essas
1264 modalidades que a Nívia falou. E que a gente está. O **plus** deste plano aí, é a capacitação pra rede
1265 privada in-loco, a pós-graduação e o mestrado, que é diretriz do plano nacional de capacitação.
1266 **Conselheira Nívia:** OK? Cristiane. Então vamos lá. Prioridade cinco. Implantação e implementação do
1267 sistema estadual de informação e monitoramento e avaliação. E aí, as ações são: implantação do
1268 sistema estadual de informação e monitoramento e avaliação, com aplicativos básicos e homogêneos a
1269 serem utilizados. Plano municipal, relatório de gestão, repasse fundo a fundo, CADSUAS e CAD-
1270 ÚNICO. Considerando protocolo de referência elaborado pelos estados e MDS. Essa ação, ela está em
1271 cumprimento também, tornou-se uma ação continuada. O sistema de informação e monitoramento do
1272 Estado, está implantado e implementado. O que falta na efetivação dessa ação é a vinculação da rede
1273 SUAS, pelo gestor federal, que nos deu notícia na última reunião da CIT, que está em processo de
1274 construção ainda. Há esse reconhecimento pelo MDS, Minas, foi o primeiro estado a implantar. E
1275 outros estados já implantaram também, depois da gente. E houve esse reconhecimento do MDS, que
1276 na verdade eles estão atrasados com essa execução. A ação dois, é a elaboração do plano estadual
1277 de monitoramento e avaliação do SUAS. E aí nós apresentamos a meta, de ter um plano de
1278 monitoramento elaborado até 2014. No valor de R\$ 400.000,00. Ah, desculpe gente. Até 2014 é o
1279 financiamento. A meta. O prazo da meta é para até 2012, este plano elaborado. A prioridade seis. Ela é
1280 da municipalização da execução direta dos serviços da proteção social básica. Contendo metas,
1281 responsáveis e prazos. E a primeira ação proposta, foi a elaboração e execução do plano de transição
1282 para a proteção social básica, com especificação das responsabilidades dos órgãos envolvidos. Do
1283 cronograma de execução e da forma de co-financiamento. A ação foi cumprida. Foi negociado e
1284 municipalizado, todos os serviços da proteção social básica que eram executados pelo Estado. A ação
1285 dois que está proposta. É a elaboração do plano de transição para municipalização e/ou regionalização
1286 dos serviços da especial de alta e média complexidade. Ainda desenvolvidos, pelos estados, nos
1287 municípios de grande porte, metrópole, em gestão plena. Cumprindo a portaria 460 de 2007. Esta
1288 ação, ela está em andamento, o processo de construção do plano de transição dos serviços da
1289 especial, executados pelo Estado, está em fase de andamento, está em fase de construção. De fazer
1290 essa municipalização então, desse serviço da proteção social especial. A meta então, é para até
1291 dezembro de 2013, que nós tenhamos esse plano de transição já completamente elaborado. A
1292 prioridade sete. É o co-financiamento da proteção social básica e da proteção social especial. E a
1293 primeira ação proposta, foi a regulamentação no Estado, do repasse automático fundo a fundo,
1294 conforme normatização nacional. Nós cumprimos esta ação. Que foi a implantação e implementação
1295 do SISFAF, o sistema fundo a fundo, que está em funcionamento e muito bem. A ação dois foi,
1296 estabelecer dotação orçamentária e financeira para o co-financiamento estadual dos serviços sócio-
1297 assistenciais, nacionalmente tipificados de proteção social básica, especial e de benefícios eventuais.
1298 Também uma ação que foi cumprida, a partir da implantação, da criação e implantação do piso mineiro
1299 de assistência social, com a previsão de cobertura dos 853 municípios até 2014. A ação três foi a
1300 adequação de ferramenta informacional disponibilizada pelo MDS, para operacionalização do repasse
1301 fundo a fundo, nos casos que se fizessem necessários. E no nosso caso, não se aplicou porque nós
1302 criamos o nosso sistema próprio. A ação quatro seria: A pactuação na CIB, de critérios de partilha dos
1303 recursos de co-financiamento estadual dos serviços sócio-assistenciais tipificados, na básica, na
1304 especial e nos benefícios eventuais. A ação também foi cumprida. Porque os critérios de partilha, foi e
1305 são pactuados na CIB anualmente. A prioridade oito, apoio ao exercício da participação e do controle
1306 social. A ação um proposta, foi, apoio técnico e financeiro ao pleno funcionamento do Conselho
1307 Estadual, visando fortalecimento de suas funções normativas e do controle social do SUAS, que
1308 também foi uma ação cumprida e em cumprimento. O Conselho teve, nós apresentamos lá na
1309 conferência um investimento. Um aumento, um aumento de investimento, de dotação orçamentária.
1310 Hoje nós temos uma dotação orçamentária própria e com uma projeção, de cada ano, de ampliação
1311 deste investimento. E também com a criação da nova sede, que está em processo. Então o órgão
1312 gestor entende que essa ação também foi cumprida e está em processo também. A ação dois proposta
1313 foi a incorporação das deliberações, em conformidade com o SUAS, das conferências no plano
1314 estadual de assistência, com monitoramento das deliberações contempladas no plano estadual.
1315 Também consideramos uma ação cumprida, porque o planejamento anual é elaborado de acordo com
1316 as ações deliberadas por este Conselho. A ação três seria o incentivo a realização de reuniões
1317 ampliadas. Como estratégia de fortalecimento do controle social. Também uma ação cumprida, porque
1318 nós realizamos cinco reuniões ampliadas. Quer dizer este Conselho realizou cinco reuniões ampliadas
1319 no ano de 2011. E a gente tem uma meta proposta neste plano, de ampliar para nove reuniões até
1320 dezembro de 2014. **Conselheiro Marcelo:** Nós temos três inscrições. Adenor, Cristiane e Marcelo.

1321 **Conselheiro Adenor:** Nívia, eu queria só. Talvez eu só lembrar aqui. Porque esse. Talvez eu
1322 esteja enganado. Mas aí se refere esses cinco encontros regionais, de quando a quando? Por favor.
1323 **Conselheira Nívia:** Aí eu vou pedir a Juanita para me ajudar, porque eu não participei deste processo.
1324 **Conselheira Juanita:** Foi desde o processo do finalizar do primeiro PAGUE de 2008 até 2011. Porque
1325 o primeiro pacto foi 2007-2008, ficamos sem cobertura esse período, mas a Nívia justificou. Que
1326 mesmo sem cobertura de pacto, as ações foram sendo desenvolvidas, mesmo sem ter sido pactuadas.
1327 Então entram aí, ações inclusive, que foram realizadas, anterior há este ano. Mas se claro, se não
1328 existir cinco reuniões é só colocar a realidade. E aí tem uma meta proposta, que aí vai ter que ser de
1329 acordo com este Conselho, o número de reuniões ampliadas que a gente está sugerindo até 2014, aí
1330 tem que ver com este Conselho. **Conselheira Nívia:** Aí nós entendemos que é uma execução, que
1331 compete de forma conjunta. Este Conselho também tem que está se comprometendo conosco a
1332 realizar essa meta que está sendo proposta. **Conselheiro Adenor:** Eu ainda continuo perguntando. Só
1333 para me esclarecer. Não está em discussão. Onde e quando aconteceu os cinco encontros. Eu só
1334 lembro de dois. **Conselheiro Marcelo:** Oh Adenor. Só uma questão. A Consolação, ela foi buscar onde
1335 que, dos cinco. Pois não. É Cristiane e depois Marcelo. **Conselheira Cristiane:** Considerando então
1336 esses esclarecimentos, eu acho que é importante, então, no documento, fazer essa correção. Porque
1337 no documento está escrito assim: no ano de 2011 foram realizadas cinco reuniões ampliadas. Essa
1338 informação está incorreta, então o documento precisa ser corrigido. O documento escrito. Eu acho
1339 importante corrigir, no documento escrito. Outra situação, é que no documento escrito também. Que eu
1340 recebi agora viu gente. Eu quero só esclarecer, esse documento não foi encaminhado para mim
1341 anteriormente. Eu peguei agora aqui, puxei do pessoal da técnica aqui e estou olhando. Também na
1342 ação cumprida, eu acho que a gente precisa melhorar a questão do texto, porque na verdade. Eu não
1343 sei. Eu tenho o entendimento, que este Conselho Estadual, ele incentiva, ele fortalece, a criação das
1344 uniões regionais, mas ele não instala. Não somos nós que instalamos. Nós incentivamos, nós
1345 contribuimos com o fortalecimento, mas não é o Conselho Estadual. E aqui está assim: o próprio
1346 Conselho Estadual instala a união regional. Não. Nós incentivamos e acompanhamos. Ta. Então, para
1347 corrigir isso no documento. **Conselheiro Marcelo:** É, pois não. Eu também, no que diz respeito a esta
1348 meta. Quando fala na meta um, de que a ação foi cumprida, de conselho apoiado. Ta aqui ó. Ação um
1349 apoio técnico e financeiro e pleno funcionamento dos conselhos estaduais, visando o fortalecimento de
1350 suas funções normativas. Ação cumprida. Conselho apoiado, com orçamento incluído na lei
1351 orçamentária, OK. Seção de dois carros, pois é, é isso aqui que eu não estou vendo. Equipamentos e
1352 recursos humanos, aí os equipamentos estão chegando. E recursos humanos eu não sei se ainda já
1353 está. Estão chegando, ne. Mas no texto também, lá na página 21 do documento, fala que houve, no
1354 documento já está dizendo, que houve revitalização da sede do CEAS, a compra de dois carros e de
1355 equipamentos de informática e mobiliário. O que ainda não é uma realidade. Está certo? **Conselheira**
1356 **Juanita:** Bom. Quando a gente fala que houve apoio técnico e financeiro, é porque, não pode ter o
1357 necessário. Mas já foi comprado computadores para este Conselho, já foi comprado, não sei se vocês
1358 se recordam? Da demanda do ex-conselheiro da fazenda, do Salviano. Foi máquina? Não me recordo,
1359 Consolação. Aí eu não lembro do que foi colocado não. Com relação à revitalização da sede, é porque,
1360 na verdade o Conselho ele não vai ficar aqui. Ele vai para lá. O que aconteceu na verdade foi um
1361 planejamento que não foi cumprido, mas aí este conselho. Não tudo bem. Ai, mudança de redação.
1362 Tudo bem. E os dois carros, é o FIAT e a caminhonete. É a caminhonete Consolação? Está em
1363 processo de compra. Mas já. Não pois é, o FIAT já tinha, o que aconteceu foi o uso, desgastou, o carro
1364 estragou e está em manutenção. Agora é a aquisição da caminhonete. Que foi feito o processo de
1365 compra já, não é Consolação? Eu pelo menos já assinei o processo de compra. **Presidente:** O
1366 segundo carro que é uma caminhonete, já está licitando. O FIAT já está conosco. Todo mundo
1367 conhece. A situação é só de, eu penso, é de colocar a adequação das palavras que ali estão
1368 colocadas. E a minha fala é no sentido. Cadê aquela. Volta lá, por favor, nas nove ampliadas. Aí. Nove
1369 reuniões ampliadas realizadas. A meta física. Então nós estamos falando de próxima. Veja bem, o que
1370 a gente observou de demanda, e aí os conselheiros podem avaliar. É uma necessidade muito grande
1371 da descentralização, e não só da ampliada. É descentralização. Os municípios têm essa necessidade,
1372 eles se sentem valorizados, e este Conselho, em função dos municípios que a gente tem, a gente
1373 deveria ter um conjunto de 100 conselheiros. Essa que é a verdade, porque o nosso Estado é muito
1374 grande. Agora nós também não podemos pagar pelo pato. Essa que é a verdade. Porque o pato não é
1375 nosso. Mas secretária, eu penso que, a gente podia primeiro, torná-las descentralizadas, e não só
1376 ampliadas. E eu gostaria mais do que isso. Eu sei que tem orçamento nisso aí, mas eu gostaria
1377 inclusive que passássemos para 12. Nestes dois, porque nós temos 12, 13 e 14. Então, ampliadas e
1378 descentralizadas. É a minha sugestão. **Conselheira Nívia:** Ó Geraldo. Eu queria só esclarecer. Volta
1379 aí Mayra, por favor. Que esta redação aqui, é a redação da matriz orientadora. Então quando a gente
1380 fala de reuniões ampliadas é o que vem na matriz orientadora. E aí eu acho que a gente poderia mudar
1381 a redação aqui, na proposta. É na proposta da meta, porque na matriz a gente não pode mexer. Não
1382 na proposta, na meta, na meta que está sendo proposta neste pacto. Próxima. Então aqui nesta
1383 redação, aí sim. Não é Juanita? Eu entendo que é aqui que a gente pode fazer. **Presidente:** Eu quero
1384 compartilhar isso com os conselheiros, que estão me ouvindo. Se é isso mesmo a demanda, se for a
1385 gente faz a proposta. OK. **Conselheira Nívia:** Presidente então esta é a apresentação, estamos
1386 abertos então, se tiver mais alguma... Algum questionamento. Eu entendo que ficou. Aqui ficou

1387 decidido presidente? É consenso da plenária? **Presidente:** Eu estou entendendo que sim. A gente leva
1388 em consideração custo, a gente sabe disso. Que o custo é alto, que a mobilização é alta, mas aí é
1389 muito mais comprometimento também dos conselheiros. Mas eu penso que é uma demanda mesmo,
1390 deste Estado. Não é? Como foi dado a oportunidade de todos, nós fazermos referência, à medida da
1391 apresentação, eu pergunto se nós estamos devidamente esclarecidos para poder aprovar o documento
1392 como um todo. Levando em consideração as situações que ocorreram em alguns quesitos. Estamos?
1393 OK. Podemos então partir para a aprovação do documento como um todo? Então, Geraldo – sou a
1394 favor da aprovar o documento apresentado, com as situações que foram colocadas já devidamente
1395 alteradas. **Conselheira Juanita:** Juanita – para aprovação. **Conselheira Elizabeth:** Beth, Cogemas.
1396 Contra a aprovação. Uma vez que nós tivemos alteração da decisão da CIB. **Conselheira**
1397 **Guilhermina:** Guilhermina, secretaria de fazenda – aprovando com as ressalvas já levantadas e
1398 aprovadas. **Conselheiro Adenor:** Adenor – CMAS Ribeirão das Neves, com os acréscimos e
1399 alterações feitas, pela aprovação. **Conselheira Maria de Lourdes:** Maria de Lourdes – pela
1400 aprovação. **Conselheira Cristiane:** Cristiane – pela aprovação, mas com uma declaração de voto de
1401 que o documento não seja mais apresentado com um tempo tão exíguo para análise. **Conselheira**
1402 **Nívia:** Nívia – pela aprovação. **Conselheiro Luis George:** George – pela aprovação. **Conselheiro**
1403 **Márcio:** Márcio – pela aprovação, com as devidas ressalvas no documento. **Conselheira Sônia:** Sônia
1404 – pena aprovação, com ressalvas. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo – com as ressalvas no documento,
1405 e com as contribuições finais apresentadas por Cristiane. **Presidente:** OK. Alguém da secretaria
1406 contou os votos? OK, então uma não aprovação, onze aprovações. E eu gostaria de agradecer aos
1407 conselheiros, até então, neste momento. Como são meio dia e quinze. Nós sairemos então para
1408 almoçar. E podemos retornar treze e quinze, para a gente terminar mais cedo? OK. Muito obrigado,
1409 então. Treze e quinze. OK Eu pergunto se dá tempo? Pode ser? Ou treze e trinta? Treze e trinta então,
1410 o retorno. Obrigado! **Presidente:** Os conselheiros vão chegando aí. **Secretária Executiva:** Obrigado,
1411 presidente! Consolação. O prazo que a gente tem para estar, não somente enviando em papel, o
1412 relatório. É amanhã. Como também a inserção dos dados no sistema, que agora existe um sistema que
1413 a gente tem que fazer. Ele foi aberto no dia 25. Mas aí, terminada a conferência, a gente, a secretaria
1414 executiva trabalhou para apresentar este relatório seguindo o modelo que dispõe a orientação do
1415 conselho nacional, para a conferência, já ratificado por eles mesmos. No dia 25 eles mandaram uma
1416 nova informação. Dali, eles têm tópicos de participação, municípios que participaram da conferência,
1417 programação, pontos fortes e fracos, avaliação, resultados alcançados e esperados e as deliberações
1418 que são as propostas também que nós trabalhamos lá. Então ele ficou da seguinte forma: em relação à
1419 conferência, da data a gente fechou em 281 municípios presentes. Só que colocar esse número, seria
1420 frio, e eles não entenderiam a lógica do Estado, no que se refere aos encontros regionalizados. Aí
1421 então, achamos por bem colocar: há de se considerar que tivemos a participação de 489 municípios
1422 em encontros regionais, dos 649 inscritos previamente. Foi porte 1 e porte 2 dos 789 municípios
1423 mineiros, dentro dos portes 1 e 2. Desses, 229 municípios foram eleitos para participar da conferência
1424 estadual. Então que dá uma diferença, na hora que eu falo, dos 281, considerando que 229
1425 representam os setecentos e tantos municípios, devido à etapa regional. Então se a gente colocasse
1426 só isso aqui, fica complicado. Se a gente, fala assim: o Estado tem 853 municípios, aí ficaria
1427 complicado. Então acreditamos que essa informação logo aqui, ela teria que ser feita para que não aja
1428 este tipo de questionamento. O número total de participantes, nós tivemos 895 pessoas credenciadas.
1429 Em relação à representação, 112 usuários, 83 trabalhadores, 125 entidades. O CMAS não separa
1430 gestor de outras, como fazemos aqui no Estado, então ficou em 370. E outras representações que se
1431 inclui os convidados teve adolescentes do programa Poupança Jovem, alunos da UFMG, alguns que a
1432 gente permitiu, acompanhantes com pessoas de deficiência, diretorias regionais, URCMAS e outros
1433 conselhos. Não esse aqui não teve aqui no lugar é URCMA, de Minas não tem. Teve de outros
1434 conselhos estaduais de Minas também. Teve do CEDCA, teve outros. Devido a mulher que a pessoa
1435 também procura. Está certo. Nós contamos isso. Comissão organizadora, colaboradores e ainda, teve
1436 mais aproximadamente, nós chegamos a conclusão, pegando por crachás ou pegando por, fizemos um
1437 levantamento, porque não tem isso em lista, porque nem todo mundo convidado assinou a lista, foi
1438 dado em crachá sem assinatura. Então nós tivemos que fazer muitos cálculos para chegar a este
1439 número. E mais ou menos umas cinquenta pessoas, que foram como observadores. Chegaram lá, e eu
1440 vou ficar aqui. Então a gente fez um levantamento mais ou menos disso. Os municípios que não
1441 realizaram. Aí vai ter depois uma relação de municípios que participaram da conferência, a gente vai
1442 chegar neles como anexo. E outra relação de municípios que não realizaram conferência municipal
1443 também. Então a gente tem isso aqui, na seqüência. Delegados da conferência nacional. Então é o que
1444 saiu na normativa, a distribuição. Só que houve uma alteração, em virtude da falta de trabalhador. Que
1445 realmente era da sociedade civil, a gente teria um número maior de trabalhadores. E saiu sete ao todo,
1446 realmente da sociedade civil. Nós temos 27 representantes de entidades, 36 de usuários. Lembrando
1447 que nós temos 140 vagas para os municípios estarem na conferência estadual e oito vagas delegados
1448 estaduais. Então está aqui essa distribuição. E também no anexo, a gente vai ter nominalmente essas
1449 pessoas, por categoria, tem uma relação específica disso. E a maioria de nossos delegados não tem
1450 suplência. Nós estamos com muita falta de suplência também. A programação a que vocês conhecem.
1451 Colocamos a programação inclusive mais detalhada. Com, já as participações que tivemos na plenária.
1452 Em relação a pontos fortes e fracos, como não houve avaliação aqui prévia, até para que a gente

1453 pudesse estar sistematizando. Então a secretaria executiva, tomou a liberdade de avaliar, até
1454 comparativamente, com as conferências anteriores e apresentar uma sugestão de pontos fortes e
1455 fracos aqui. Em relação a pontos fortes, a gente colocou uma avaliação pormenorizada das
1456 deliberações da oitava conferência. Que isso foi um elogio geral na conferência, na apresentação feita,
1457 no primeiro painel, que tudo foi apresentado passo a passo, daquilo que tinha sido deliberado, o que
1458 ajudou os municípios nos trabalhos também de grupo. Atendimento personalizado, para as pessoas
1459 com deficiência, inclusive com disponibilidade de: leitor e acompanhante. Técnicos da subsecretaria,
1460 que fez toda a diferença. Porque não era uma pessoa que não tivesse uma formação. E por ser
1461 técnico, até para discutir com essas pessoas com deficiência e o conteúdo da conferência. Então isso
1462 também foi um elogio, foi um corte marcante aí. Aqui teve o processo de escolha, para compor o
1463 CEAS, dentro da programação da conferência, sob a fiscalização do Ministério Público. Deu maior
1464 visibilidade, comprometendo mais os candidatos. Óbvio, que eles falaram, então fica. Oficinas
1465 temáticas, abrangendo os quatro temas, com participação também, do Ministério Público. Isso também
1466 foi um avanço, que a gente conseguiu então essa parceria, mostrar que o Ministério Público estava em
1467 tudo na conferência. Isso é um *plus* realmente para o Estado. Tiragem de delegados por porte, do
1468 município, por categoria, visando maior representatividade. Até o Geraldo fez comentário hoje, quando,
1469 assinava as fichas desses delegados, falou: Nossa realmente está bem diversificado, a gente tem
1470 representação das várias regiões desse Estado. Ta? Então isso aqui também foi um ponto forte. Como
1471 ponto fraco, a gente também discutiu um pouco, a gente achou esses dois: É o atraso na abertura e
1472 consequentemente dos trabalhos no dia 20, porque isso comprometeu muito, a programação no
1473 primeiro dia. E a falta de local. Em Belo Horizonte, seja totalmente adaptada e com a sensibilidade,
1474 para eventos do porte da conferência estadual, considerando, a metodologia que a gente utiliza. Então
1475 a gente tem que fazer muita adaptação para dar conta naquele espaço. Então a gente apontou esses
1476 dois pontos, não sei, se. Eu acho que depois a gente, na hora da avaliação, se houver a necessidade,
1477 a secretaria executiva incorpora alguma ou outra questão que assim achar devida. Que a plenária
1478 achar devida. Síntese do processo de mobilização. Aí nós colocamos aqui, que fizemos 19 encontros
1479 regionalizados, envolvendo 1601 pessoas, representando 483 municípios. Também tem um anexo
1480 disso tudo. Em relação a entraves encontrados, entendimento equivocado em relação à representação
1481 do trabalhador da área da sociedade civil. E a dificuldade do gestor municipal, em custear o
1482 deslocamento de seus delegados, que às vezes comprometia bastante também a participação. Em
1483 relação aos avanços, estamos colocando critérios para a participação na conferência estadual,
1484 propiciar uma maior participação de usuários. Então a gente está verificando melhor isso. Não é bom
1485 apresentar e depois aí discute e faz, Geraldo? Não, pois só estou falando é... as outras são é mais são
1486 anexos. Dois. Da realização de uma aula tele presencial, sobre realizar conferência, foi feita com o
1487 Geraldo. Que envolveu todo o Estado, ela aconteceu em janeiro e deu maior divulgação sobre a
1488 realização da conferência. Participação em conferências municipais, nós participamos em 50
1489 conferências, foi de junho a agosto. Dificuldade que tivemos, foi a marcação de conferências em
1490 mesma data e em mesmo período, dificultando inclusive uma maior participação, porque todo mundo
1491 deixou para o mesmo período. E o que a gente vê também de avanço. É a maior disponibilidade por
1492 parte de alguns conselheiros. Porque aí a gente pode estar participando dessas 50. Utilização das
1493 URCMAS também como mobilização, repasse de informação e capacitação. Nós temos, aí falando,
1494 são 23, de janeiro a setembro, em todas elas quem iria a gente conversava e falava e dava orientações
1495 não só sobre a conferência, sobre os temas dela também. E aí também, como um avanço, é o
1496 reconhecimento por meio de resolução, das URCMAS. Resolução do CEAS. Vou corrigir ali. De que a
1497 existência das URCMAS e fortalecimento dessas nas regionais. Encaminhamento da palestra, através
1498 de DVD, para as conferências municipais. A palestra do presidente e da vice-presidente. Encaminhada
1499 a 61 municípios e ainda disponibilizado no *site* para quem quisesse acessar. Então isso otimizou,
1500 otimização, um avanço, a otimização dos recursos de informação porque ele realmente foi muito
1501 acessado. Mas a gente não tem como saber o negócio, porque não estava ligado. Disse que tem um
1502 negócio que você liga, para você saber o número de acesso. A gente não soube. Divulgação através
1503 de mala direta e convite e isso aqui, tudo que a gente tentou informar, por meio de normativas e
1504 repasses inclusive por e-mail. Tivemos alguma dificuldade, em função da atualização de dados. Porque
1505 o tempo inteiro que volta um e-mail a gente liga para o município, e aí já muda. E muda o presidente e
1506 muda para outro. Ele fala: ah, aquele meu já não está funcionando mais, eu mudei de e-mail. Então
1507 nós lidamos muito com esta falta de atualização, por parte dele, mas tentamos fazer isso. As
1508 propostas, eu não vou ler, logicamente. Mas estão todas aqui seguidas. Do jeitinho que saiu. Vou
1509 passar para todo mundo, por e-mail, para todos os conselheiros terem acesso. Estão todas aqui,
1510 seguidas das moções. Aí estão todas aqui. Do jeitinho que estava a única coisa que eu fiz foi, o
1511 português. Aonde saiu vermelho assim, separando palavra. Inclusive, aqui a proposta do CEAS e do
1512 FONACEAS, colocando que foi referendado, inclusive na plenária final, estas propostas. Coloca ainda
1513 as moções. As moções a gente coloca uma observação no início dela. Que elas foram transcritas, na
1514 forma que apareceram, por quê? Senão a gente vai ter que mudar a moção, porque tem muito erro.
1515 Então a gente fala que ela foi transcrita na forma que teve. Ta. E seguido a isso. Aqui os municípios
1516 presentes na conferência. Então estão todos aqui listados. E. 280 né? É, porque vai do outro ali. Eu
1517 tenho que checar aí. É, melhor 281. É porque nós estamos fazendo assim, o tempo inteiro. Gente isso
1518 não é muito fácil não, de toda hora você pegar essas listas. Mas eu vou. Olha ali. Gente vai contar de

1519 novo aqui, está faltando um mesmo. Não, está certo. Acho que tem que falar. Aqui em baixo, a gente
1520 tem. Espera aí, espera aí. Porque está passando. Aqui é um painel de realização. A gente pegou este
1521 painel do Estado. Só que eu vou ter, infelizmente, vou ter que substituir esse por um outro. Mas eu
1522 deixei aqui, só para vocês verem que, a SEDESE fez um trabalho muito legal, em relação a quem não,
1523 os municípios que realizaram conferência, porque a correspondência que eles encaminharam, têm a
1524 data do evento, o local e a quantidade das pessoas que participaram. Só que aqui, não tem todos que
1525 a gente tem informação, então para ficar com a informação de um e outros não, a gente. No finalzinho.
1526 Eu vou só apresentar, aí depois você. Pois é. Você. Ta. **Presidente:** Pessoal, o Marcelo está
1527 inscrevendo. Quem quiser, por favor marca a página no local, para após a apresentação, a gente estar
1528 fazendo o questionamento. **Secretária Executiva:** Então a gente vai incluir, que outros. Tem mais uns
1529 cem municípios aqui, que realizaram para além desses. Então por isso, nós vamos colocar só a relação
1530 também dos municípios. Que não realizaram. A gente vai fazer uma separação. Mas eu achei, só para
1531 trazer isso. Foi muito legal esse trabalho que foi feito lá. Por que aí eles contar de todo mundo. Porque
1532 para eles, é 604. Para a gente, deu 714 que realizaram conferência. Ta, que informaram ai. Aí no outro,
1533 a programação e já preenchida aqui, quem participou de cada local. Porque é aquilo que já havia dito.
1534 Eu já estou terminando. Aqui. Anexos, os encontros regionais. Então inclusive aqui tem: quantos
1535 inscritos por regional, presentes, porte 1 e 2 separados, ausência. Quer dizer, dá uma visão geral
1536 nesse relatório também dos encontros regionais que tivemos. Foi a Rosa que fez esse. Ela está
1537 falando aqui para registrar o nome dela. Relação dos delegados à conferência, no modelo do conselho
1538 nacional. Então é desse jeito. Vocês podem ver que muitos estão assim: não houve suplência, não
1539 houve suplência. A maioria. Tem o titular e o suplente. Esta é a relação. E depois a do conselho,
1540 seguida a essa, tem a do conselho estadual. Que também não tem nenhuma suplência. A Fátima
1541 preencheu ficha. Então eu acredito que ela vai entrar ou como suplente da Cristiane ou do Márcio. Mas
1542 lá na hora, ninguém mais preencheu ficha. E acabou. **Presidente:** O Marcelo anotou todas
1543 as pessoas que estão inscritas, para falar a respeito. A minha inscrição já está feita também. Mas eu
1544 queria fazer dois comentários, apenas, antes de passar para os senhores. A primeira delas é
1545 literalmente, a gente bolou uma estratégia de como realizar na conferência. Nós tínhamos feito um
1546 ensaio, inclusive de fazer na abertura, a gente estar, os conselheiros, num corredor, não polonês, mas
1547 num mesmo modelo do corredor polonês. Para que recebermos as autoridades, e a gente pudesse
1548 então fazer a apresentação. Logo em seguida pensamos. Aí foi tirada uma estratégia de que eu
1549 deveria falar o mínimo possível, na abertura, para que desse exemplo, para a composição de mesa e a
1550 gente não delongasse. Porque a gente não tem autoridade sobre a fala, principalmente parlamentar. E
1551 aí eu fiquei sofrendo uma pressão de tempo, contra aquilo que faz parte da minha filosofia de atuação.
1552 E assim, sendo. Eu só estou justificando. E assim sendo, eu queria fazer dois reparos, antes até da
1553 avaliação. A minha avaliação eu vou deixar para o final. Uma delas é assim: colocar para vocês que,
1554 estar neste conselho, é muito bom e tem sido muito gratificante, em minha opinião. A capacitação que
1555 a gente recebe aqui, no desenrolar da função de conselheiro. Eu penso que nem curso de
1556 especialização e nem pós-graduação me daria, nos daria. E diria que temos um privilégio muito grande,
1557 dentre vários outros, mas eu quero citar. Que é ter uma secretaria executiva muito comprometida com
1558 os trabalhos. E na pessoa da Consolação, eu estendo a todos os outros. A competência que a
1559 Consolação traz neste Conselho. Conforme foi apresentado aí agora. Não só por isso. Mas pelo próprio
1560 desenho, da operacionalização da conferência. Cuidando de todos os detalhes, no que diz respeito a
1561 cada quesito, a cada logística. Além da sua graduação, além da sua especialização e além do seu
1562 comprometimento com o trabalho. Ela tem se mostrado ao longo do tempo, independente de picar
1563 cartão, independente de horário de entrada e de saída. Independente de sábado e domingo.
1564 Independente de data de ponto facultativo. Independente das exigências que a gente tem cumprido
1565 para além do Conselho Estadual, para o FONACEAS. E, além disso, tudo, o sacrifício é muito árduo, é
1566 muito grande. Mas ainda assim, ela se propôs a estar abraçando a causa e fazendo com que
1567 realizasse essa conferência nos moldes que foi realizado, porque eu não quero falar agora, para ouvir
1568 cada um. Mas em várias regionais, eu fiz questão de ressaltar. E aí eu quero deixar isso aqui registrado
1569 para todos vocês, que é o seguinte: Estar na presidência deste conselho, com esta secretaria executiva
1570 e com essa competência e com esse perfil que eu acabei de falar, na pessoa da secretária-executiva
1571 nossa, que é a Consolação. Para adicionar ainda, eu diria que o perfil, de ética, de princípio de retidão
1572 e de moral. E de saber exatamente, se é um recheio e um sanduíche. Porque estar aqui, é estar sobre
1573 o fio da navalha. Está no órgão gestor. Atender o gestor, mas ter o comprometimento e a ética de
1574 saber, quando é que manifesta e de que forma se manifesta. Porque ela está a serviço de um conselho
1575 que tem formação paritária. E isso ela soube expressar com muita clareza e com muita verdade. Então
1576 eu diria, eu quero ressaltar isso aqui, porque isso era a minha vontade de ter expressado lá. E
1577 lamentavelmente por pressão, eu não consegui fazer. Então eu deixo registrado aqui, a minha
1578 incompetência em não fazer isso lá dentro, porque nas regionais, eu as fiz, em todas elas que eu
1579 estive. Então qualquer um de nós, que estiver presidente aqui, eu tenho convicta convicção, que vai
1580 assumir com muita grandeza e com muita propriedade e vai fazer uma boa gestão. Porque eu estou
1581 presidente do conselho de direito. Mas de fato, é a Consolação. Então eu falei isso nas regionais,
1582 gostaria de ter falado lá. E aqui eu quero me penitenciar, por não ter feito isso acontecer. E a segunda
1583 situação, que eu gostaria ainda de estar colocando. É com relação a cada um de vocês. Eu diria que
1584 eu já presidi o Conselho Estadual dos direitos da criança e do Adolescente deste Estado, em outros

1585 anos, lá para trás. E também por dois mandatos. Já estive em outro mandato neste Conselho aqui.
1586 Mas pela primeira vez, eu posso ressaltar, que é um Conselho, que eu vi, uma qualidade, um potencial,
1587 um comprometimento muito grande, de cada um dos conselheiros que aqui está. Inclusive aqueles que
1588 não estão presentes aqui. Então eu vi uma potencialidade muito grande em cada um desses
1589 conselheiros. Eu vi um comprometimento muito grande, e a vontade, de fazer a coisa acontecer, via
1590 controle social. Quero deixar registrado, o meu mais profundo respeito, o meu mais profundo
1591 reconhecimento, pela competência e pela realização dessa conferência. Que eu vou evitar falar agora,
1592 mas no final eu quero fazer a minha avaliação pontual. Mas esses dois quesitos, eu precisava falar
1593 aqui. Porque também peço desculpas a cada um de vocês, por não ter feito essa manifestação de
1594 público. E isso foi lamentável, porque era para fazer parte dos anais. E aí eu cometi um ledô engano, e
1595 por vários momentos eu chequei a compartilhar com colegas, mesmo, vamos chamar agora. Aí eu
1596 pensava, mas como é que eu vou chamar quarenta conselheiros e vai aparecer meia dúzia. E aí teve
1597 hora que olhava, e agora, eu procurava um e outro e como é que eu vou fazer? E aí o como é que eu
1598 vou fazer? Eu falei, no encerramento a gente faz. E o encerramento não aconteceu. Por causa do
1599 horário e das corridas das pessoas. Mas isso não justifica. Eu só estou explicando. Mas fica aqui
1600 registrado, esta situação em ata. Eu faço questão de fazer isso. Porque eu deveria ter feito lá e não
1601 pude fazer. Peço desculpas humildemente aqui, mas reconheço. E eu quero então, passar pelas
1602 inscrições, que pela ordem, Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Presidente, pelo o que eu estou
1603 entendendo. Nós já estamos trabalhando o relatório da 9ª Conferência. Mas a gente já podia aproveitar
1604 e já fazer a avaliação de uma vez. Porque aí a gente já discutia, já tratava dos dois temas ao mesmo
1605 tempo. Quanto ao relatório, tem um na página dois. Na página dois quando fala da dificuldade do
1606 gestor de trazer os. Pois é, a minha dúvida só está aí. A dificuldade, foi dificuldade do gestor ou foi falta
1607 de interesse do gestor. É o que está escrito lá no documento que... Esse termo dificuldade do gestor
1608 municipal em custear é um termo que... Ah que foi ouvido. OK. Não porque, o que eu ouvi também não
1609 foi só não. O que eu ouvi que o gestor, não havia interesse por parte do gestor de trazer, de levar, de
1610 levar, de custear as despesas dos delegados. Isso, o quê que foi? Ah, ta, ela foi branda, que ela está
1611 dizendo. Mas inclusive, isso saiu, isso saiu como moção inclusive na conferência estadual. Não é? Da
1612 preocupação que foi isso aí, para aqueles que estavam participando lá. **Presidente:** Pessoal. A medida
1613 que a gente estiver falando do relatório e concomitantemente nós vamos fazer a avaliação. Eu sugiro
1614 se tiver sugestão de encaminhamento que a gente faça, e aí eu já delibero no momento. Porque por
1615 exemplo, eu falei aqui fora do microfone com o Marcelo. Essa sugestão que ele dá, eu compartilho
1616 dela. E acho que deve ficar muito claro e transparente pro governo federal. Eu não vou fazer nem
1617 avaliação. É só para justificar aqui. Lá em baixo, quando faz a avaliação. Não sei se vocês prestaram
1618 atenção. 50% das participações. Houve uma participação nas regionais de 50%. Depois vocês vão
1619 fazer a conta lá quadro e vocês vão ver que da 50%. Porque? Porque 50% o governo municipal não
1620 custeou. Quando foi na estadual, o 50% repetiu, com 481 em 853. E porque? Porque o governo
1621 municipal não custeou. Então quando eles levantam aquela situação lá de dar sugestão. Porque que o
1622 estado não custeia. Porque que o nacional não custeia. Nós precisamos fazer uma discussão. Então é
1623 mostrar com transparência, literalmente com as palavras que são próprias. Porque que é que não
1624 aconteceu. E se realmente o governo quer. O governo, eu falo agora no todo. E principalmente na
1625 União. Se ele quer compartilhar, se ele quer contribuição dos conselhos em todas as esferas de
1626 governo, que ele faça a parte dele. Mas que não pode ser do jeito que está. OK. Eu penso que devia
1627 colocar mesmo, que não houve uma participação mais efetiva em função, da não vontade política de
1628 custear. Os delegados para estar nas regionais e na estadual. É a minha sugestão. É. Exatamente.
1629 **Conselheiro Marcelo:** Só esta questão. Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Eu fico um pouco
1630 preocupada, nesta questão tão assim, incisiva. Porque, houve também a reivindicação de muitos dos
1631 delegados, então que o estado custeasse, essas despesas. O Estado que eu falo, o Governo do
1632 Estado. Então, nessa perspectiva. Então eu fico assim, pensando, a gente responsabiliza os
1633 municípios, dessa forma tão incisiva, dizendo que não houve vontade política. Mas a gente sabe que,
1634 pode haver também outras situações. E aí, por outro lado, então nós temos também que
1635 responsabilizar o Estado. Por custear, então, dos municípios que tiveram dificuldade. E não houve, em
1636 nenhum momento, essa discussão. Os municípios que tivessem dificuldade, o Estado iria custear? Nós
1637 não discutimos isso. Então, eu estou só fazendo menção, inclusive é um apelo que houve no final da
1638 plenária, de que inclusive custeasse as despesas dos delegados que fossem para a conferência
1639 nacional. Foi um apelo de alguns municípios. E quem estava apelando, eram pessoas do governo.
1640 Então é sinal de que não é, só uma falta de vontade política. Pode haver outras situações também.
1641 **Conselheiro Marcelo:** Só pra. Marcelo. Só pra lembrar viu Cristiane, que isso foi discutido sim. Tanto
1642 é que na nossa normativa da conferência, falava que os delegados governamentais, viriam custeados
1643 pelo próprio município. E passou por uma deliberação aqui. Inclusive, não sei quem se posicionou aqui,
1644 que o Estado deveria pagar, também para todos os governamentais e não passou. Então assim, a
1645 discussão foi feita. Mas o item específico ali, diz respeito às regionais. Da dificuldade do gestor
1646 municipal em custear o deslocamento de seus delegados, para as regionais. Nesse eixo. **Conselheiro**
1647 **Adenor:** Adenor. Só corroborando aí, Marcelo. O que a gente ouviu nos encontros regionais, e onde a
1648 gente foi fazer conferências municipais. Isso aflorou assim com muita frequência, a questão do gestor
1649 municipal não ter como bancar, essa vinda desse profissional, para Belo Horizonte. Tanto é que,
1650 quando se falava que a sociedade civil viria com estadia, alimentação, e que o transporte seria por

1651 parte do município. Isso inviabilizou uma participação de muitos municípios. Isso ficou claro para mim.
1652 E eu fui um dessas pessoas que você está colocando aí, que coloquei. Se não era plausível, que o
1653 Estado fizesse um esforço, assim, concentrado, para bancar pelo menos a alimentação e estadia
1654 dessas pessoas. Infelizmente, o que foi colocado para nós é que não havia possibilidade. Esse é um
1655 ponto. Em relação à avaliação, ainda eu quero ter uma fala na frente, quando falo de união, essa coisa
1656 assim. **Conselheira Juanita:** Bom, em cima dessa questão. Nós estamos trabalhando em cima dela.
1657 Então vamos respeitar o encaminhamento do presidente. Isso já é fato. Já aconteceu. Eu penso, sabe
1658 Cris, que a gente não pode neste momento de avaliação, não pode medir as palavras para colocar ali
1659 não. Porque na verdade foi um desinteresse político de encaminhar os seus representantes mesmo.
1660 Não é? A outra questão, é o quê que este CEAS vai fazer com relação a isso. Porque isso já é fato. E
1661 os encontros regionalizados, fazem parte, é uma das etapas da nossa conferência estadual. Então
1662 presidente, eu proponho, que a gente encaminhe uma recomendação aos conselhos municipais. Para
1663 que ele garanta, na lei orçamentária do município, um percentual de recurso financeiro, para apoio ao
1664 Conselho Municipal lá. Porque a gente sabe que isso é, rotineiro. Isso acontece, toda conferência. Nós
1665 temos esse problema aí. Ta, é fato, repetiu de novo. Os encontros regionalizados, aí, já até indo para
1666 etapa da conferência estadual. Que nós tivemos somente 291 municípios. Pouquíssimos. Num
1667 contexto de 853 isso é pouquíssimo. Então eu penso assim. Que deveria sair desse CEAS para os
1668 Conselhos Municipais de Assistência, no sentido de: eles fazerem o controle social. Que na lei
1669 orçamentária, na rubrica do fundo municipal de assistência, tenha recurso para garantir esse tipo de
1670 participação. Eu acho que é o que esse CEAS pode fazer. **Conselheiro Marcelo:** Bom, mas aí o
1671 encaminhamento da proposta do Geraldo, é de que seria falta de vontade política do gestor municipal
1672 em custear o deslocamento de seus delegados. Essa é a proposta de redação? **Presidente:** Não. OK.
1673 Nós podemos mudar a linguagem. Porque se achar que está muito pesado pros gestores municipais.
1674 Que a gente gostaria que houvesse comprometimento, não só com a qualificação permanente e
1675 continuada neste modelo. Como também de apoiar o próprio Conselho, no que diz respeito ao controle
1676 social. Pode. Lógico pode. **Conselheira Cristiane:** Cristiane. Porque que eu estou fazendo uma
1677 consideração neste sentido, Geraldo? Até entendo que nós estamos ali falando em relação aos 19
1678 encontros regionais. É porque eu não posso deixar de considerar, que eu conselheira estadual, fui a
1679 muitos municípios participar de conferências, custeada pelo município. Com carro que veio me buscar.
1680 Com alimentação paga pelo município. Então assim, como é que eu vou neste momento, ser tão
1681 incisiva com os municípios. Dizendo que é falta de vontade política. Sendo que houve municípios que
1682 custearam inclusive as despesas dos conselheiros estaduais, para participar da conferência estadual
1683 de lá. Então nesse sentido, eu prefiro que a redação, continue com a questão da dificuldade, porque a
1684 gente não tem hoje um levantamento para saber, quais foram os reais motivos que levaram. Inclusive
1685 considerando o seguinte: Eu estava conversando com algumas pessoas que estavam já no SESC, a
1686 mais de uma semana. Por causa de outras conferências que estavam acontecendo. Então os
1687 municípios têm essa responsabilidade de mandar os seus representantes, não só para a conferência
1688 de assistência, mas para as outras conferências que acontecem inclusive no SESC. **Presidente:** Eu
1689 entendo o que você está falando, embora a contextualização vai para mais do que isso. Tipo: quando
1690 ele faz a conferência municipal, diz respeito ao município. Então ele também tem interesse que aquilo
1691 ocorra, com a nossa presença. E aí a gente vai. E depois nessa plenária aqui, nós discutimos por duas
1692 vezes essa questão. Porque houve uma vez, que me parece até a Roberta, foi muito incisiva. Não,
1693 alguém foi incisivo. O conselho municipal, o sujeito vai, mas ele banca. Depois. Não, o estado tem que
1694 bancar. Lembram disso? Nós fizemos essa discussão. E aí ficou o seguinte: o município que
1695 convidasse, se ele quiser oferecer, a gente vai. E se ele não quisesse, o Estado bancava. Tanto nós
1696 tiramos a deliberação para atender 81 municípios de porte 1 e 2. Não foi? Que seria a prioridade
1697 nossa. Então, agora a regional não, a regional ele traz um aspecto diferente, porque não é só para um
1698 município. São para vários. E aí guarda todas aquelas peculiaridades e inerência a região e não a um
1699 município só. E para além disso, nós não podemos esquecer que intrinsecamente aí dentro, está o
1700 fortalecimento das URCMAS, quando, os gestores não bancam também, as pessoas que representam
1701 o conselho, nas reuniões de conselho. Para ir para os encontros da reunião de conselho. E aí eles
1702 perdem a capacitação e a qualificação. Então eu vejo assim, por trás disso aí uma outra situação. Mas,
1703 assim, eu concordo com você de mudar a linguagem, o que não quer dizer que eu também estou
1704 preocupado com Estado. É para fazer a discussão, vamos fazer a discussão também. Porque é nesse
1705 quesito. Fica aquela situação assim: Escuta, você vai dar a cesta família inteira? Não vai ensinar o cara
1706 a pescar? Ou ele vai dar uma contribuição também? Eu dou a esmola como um todo? Não. Vai fazer
1707 alguma coisa para você receber. Então ele da uma parte dele. Então isso aí, é mais ou menos, essa
1708 situação aqui que a gente tem que aplicar. Mas podemos mudar a linguagem. Sem nenhum problema.
1709 Se houver entendimento. **Conselheiro Marcelo:** A proposta que faríamos seria: dificuldade e falta de
1710 interesse do gestor municipal em custear o deslocamento. Em algum momento vai ser dificuldade e em
1711 outro momento... E/ou. Não é? OK. **Conselheira Sônia:** Eu acredito, do próprio delegado eleito. Ouro
1712 Branco aconteceu isso. Eles é que tiveram interesse em vir e pronto. Aqui, a gente não sabe, o quê
1713 que é. A gente não sabe em termos de percentual não. Aqui ninguém sabe. Mas tem muito
1714 conselheiro. Na hora eles querem ser eleitos, porque tem uma cultura nesse país: Ah, ganhei uma
1715 eleição. Mas eles não vêm às vezes por interesse deles. **Conselheiro Marcelo:** Ó gente. Esta
1716 questão que está sendo posta aqui, a respeito do Estado de... dele não bancar, ou bancar, ou não

1717 bancar. Eu acho que esse momento já passou, quando nós discutimos lá atrás, se caberia ou não
1718 caberia o Estado bancar. O que a gente pode trabalhar é o seguinte: para a próxima conferência...
1719 Não, não, quando nós discutimos na conferência estadual, se iria bancar também o governamental.
1720 Então, eu acho que a gente na próxima conferência acho que é o momento de se discutir. Vamos
1721 discutir, vai bancar, ou não vai bancar e tal. Mas, sair isso aí, no instrumento. Acho que não é o
1722 momento mais não. Penso eu. Eu só pergunto só mais uma situação. Se este instrumental será
1723 colocado no site? Porque várias pessoas, vários delegados, perguntaram. Será. OK. Então será
1724 colocado. E eu quero então finalmente, só fazendo uma avaliação sobre a conferência, é dizer o
1725 seguinte: que eu participo de conferências, desde como convidado, como delegado, como conselheiro
1726 estadual, como conselheiro nacional. E para mim esta foi a melhor conferência que Minas Gerais fez,
1727 das que eu conheço. Foi uma conferência extremamente organizada, e aí cumprimentando a secretaria
1728 executiva, na pessoa da Consolação. Ela foi extremamente de conteúdo. Pois é, extremamente de
1729 conteúdo, foi uma... tivemos debates riquíssimos lá dentro. Cumprimentar o Estado, na pessoa da
1730 subsecretária Nívia, pelo comprometimento, pelo apoio, o suporte que dado. Inclusive nas falas iniciais
1731 que Nívia fez, quando explicava para todos, a questão de sensibilidade, os instrumentos que estavam
1732 sendo colocados. Isso também para mim foi a primeira vez que teve. Mostrando para os usuários
1733 aquilo que tinha lá, para todos. Quer dizer, para mim, foi excelente. E principalmente, as pessoas que
1734 participaram da conferência, estavam muito apropriadas do sistema. No grupo em que eu participei do
1735 usuário até o gestor, foi assim, uma facilidade tremenda discutir proposta por proposta, porque todos
1736 eles estavam dominando o sistema. Então isso para mim, foi algo muito bacana. Essas que foram as
1737 minhas avaliações, presidente. Próximo é Juanita depois Márcio. Aqui nós estamos discutindo.
1738 Juntamos o item quatro com o item dois. Que é o relatório e é avaliação. Então nas inscrições. Estão
1739 inscritos: Marcelo, já falou. Juanita, Marcio, Edma, Cristiane, Adenor e Sônia. **Conselheiro Adenor:** Eu
1740 não falei sobre avaliação. Falei só sobre o critério. **Conselheiro Marcelo:** Não, vai falar. Sim. As
1741 inscrições estão abertas, começou com o Marcelo, agora vai Juanita, depois Márcio. **Conselheiro**
1742 **Juanita:** Bom, eu acho que nós conseguimos desenhar um desenho. Fazer um desenho de
1743 conferência bacana, que atendesse não só a nós conselheiros, mas eu acho que a todos os
1744 participantes. Teve todos esses problemas que foi colocado aqui. Mas eu penso assim, que para a
1745 próxima a gente deve avaliar a questão das oficinas simultâneas. A gente teve muita reclamação de
1746 pessoas que queriam estar em todas, mas ficaram impossibilitados, considerando que elas eram
1747 simultâneas. Não sei de que forma a gente revê isso para a próxima. Eu penso que a estratégia de não
1748 ter uma palestra magna, foi muito bacana também, porque, comungando com o Geraldo, a palestra
1749 magna, apesar de ser de extrema importância, para uma pessoa acadêmica, de uma pessoa “expertis”
1750 no assunto, aquele público que está ali, muitas vezes não compreende a extensão daquelas palavras
1751 e, enfim. Mas com relação aos pontos fracos. Eu penso que nós temos que colocar Consolação, a
1752 questão das oficinas simultâneas, por isso é ponto fraco. O ano que vem a gente tem que tentar
1753 superar esses pontos fracos. Não é? Ano que vem não. Daqui a dois anos. É verdade. E a outra
1754 questão com relação ao número de participantes, eu estou estarecida, assim, eu achei muito pouco.
1755 Eu acho que a avaliação é essa, que a gente também. O CNAS vai fazer, mas não é preocupado com
1756 a avaliação do CNAS. Isso é uma avaliação nossa. Que nós estamos envolvidos nesse processo,
1757 desde julho. Mobilizando, articulando com os municípios para fazer. E a conferência estadual, ela tem
1758 dois momentos, a regionalizada, que é o modelo do Estado de Minas e a etapa final. A etapa final, é
1759 que ela ficou comprometida, com 291 municípios. Então a representatividade no estado na conferência,
1760 foi pequena. Considerando 853 para 281. Então isso para nós é uma avaliação negativa. É importante
1761 você fazer aquela consideração que foi feita, para mostrar de que forma que nós trabalhamos. Só que,
1762 os municípios que estiveram nos encontros regionalizados, não participaram de todo esse processo
1763 maduro, que nós vivenciamos lá na conferência estadual, inclusive com o processo de escolha. Que
1764 para mim, foi muito bacana, o processo de escolha. Legítimo, transparente. Eu acho que foi um ganho
1765 trazer ministério público para a conferência. Vocês lembram que nós estávamos com receio. Com
1766 medo de colocar ministério público em todas as mesas. Mas eu penso que foi um ganho, porque, se a
1767 gente senta com eles e constrói junto com eles, a gente corre o risco de errar menos. Do que ele
1768 chegar lá e achar que tem que cumprir a lei de uma hora para outra, que é a lei do SUAS. Mostrar para
1769 ele, que a realidade mineira, ela é completamente diferenciada em todas as regiões. E esse cuidado,
1770 eu penso que a gente tem que continuar mantendo com o ministério público, para não haver a
1771 judicialização da assistência como aconteceu na saúde. Essa construção conjunta, eu acho de extrema
1772 importância. No mais, é parabenizar a todos nós, que fizemos isso aí, tudo. Uns mais, outros menos,
1773 porque um podia dedicar mais, outros poderiam dedicar menos. Mas é dar um abraço e parabéns para
1774 todo mundo. Aí em nome do Geraldo, como presidente. Da secretária como secretária. Passando
1775 inclusive pela secretaria executiva, em nome da Consolação. **Presidente:** Conselheiro Márcio.
1776 **Conselheiro Márcio:** É Márcio. Primeiramente, do ponto de vista da, do formato que a gente está
1777 fazendo aqui. Primeiro falar sobre o relatório. Deu uma dúvida aqui, em relação a página número dois,
1778 com o número de municípios, referente a participação no encontro regional. Que lá acima na página 1
1779 está 489, e na página 2 está 483. É 489 e depois na página dois. Não dois, olha na dois. Isto aí. Então
1780 eu perdi qual a página. Aqui ó 483. Bom a minha observação é só essa. Em relação a questão da
1781 avaliação. Foi a primeira conferência que eu participei. Eu achei extremamente gratificante, a
1782 organização, os temas. Confesso que fiquei meio temeroso em relação a estar conduzindo uma

1783 mediação de uma das oficinas. Mas no final, a gente conseguiu transitar com a maior tranquilidade,
1784 então vejo assim. E quero aqui parabenizar, toda a equipe de organização. Tanto da SEDESE aqui
1785 como do CEAS, também pela facilidade na construção desse processo, ao nosso olhar. E sabemos
1786 que foi o quão difícil de dentro da comissão. Para demonstrar toda aquela qualidade, na
1787 implementação dessa conferência. E queria colocar assim essa... é parabenizar mesmo pelo resultado
1788 desta conferência. Espero estar podendo contribuir de forma mais efetiva, para a próxima. Presidente:
1789 Conselheira Edma. **Conselheira Edma:** Oh. Eu estou querendo ver aqui na página 21, no documento
1790 que a gente mandou. É o seguinte: vocês estão com mais informações do que a gente. Vocês estão
1791 com setecentos e tantos municípios. E a gente está com seiscentos e poucos. Ontem ainda eu mandei
1792 uma CI para os diretores regionais, pedindo para nos ajudar a fazer esse levantamento dos duzentos e
1793 poucos municípios que não nos informaram. E um ponto que eu quero que fique registrado. É a gente
1794 ver depois, dos quarenta em poucos que não fizeram a conferência, tem município de gestão plena.
1795 Ta. Então a gente tem que ver isso também. **Presidente:** Posso em questão de ordem aí, para
1796 complementar. Ordem, porque eu vou aproveitar o quesito que você levantou. Eu já tinha observado
1797 isso aqui, para fazer essa fala. Eu penso o seguinte, que esses que não realizaram. Aí eu queria
1798 contar. Se esse conselho poderia tirar um encaminhamento para COGEMAS e para a CIB. No sentido
1799 de, além de, esse conselho manifestar mesmo. Eu acho que esse conselho deve manifestar. Para cada
1800 gestor municipal que não realizou. Sabe? Falar do controle social enquanto instância recursal que
1801 somos nós Estado. E chamar a atenção dos municípios. Mas gostaríamos que o COGEMAS e a CIB
1802 também o fizessem. Se for do entendimento de todos, que a gente deliberasse sobre isso.
1803 **Conselheira Cristiane:** Cristiane. Então primeiro é em relação ao instrumental e depois avaliação. Em
1804 relação ao instrumental, quando coloca pontos fortes. Tem como voltar lá? Pontos fortes. Eu gostaria
1805 de acrescentar. Que eu avalio que nessa conferência, um ponto forte também, é exatamente a gente
1806 ter privilegiado ou dado maior ênfase aos trabalhos em grupo. O momento da conferência, mais forte,
1807 sem dúvida nenhuma é a discussão de grupo. E a gente propiciou um tempo bom. Foi um dia e meio
1808 só para trabalho em grupo. Então eu acho que isso deveria constar como um ponto forte, para que nas
1809 próximas conferências, não se perca esse aspecto. Em relação ao ponto fraco. Seguindo a lógica que
1810 a Juanita colocou, de que. Não sei se foi a Juanita, desculpa. Que é importante a gente colocar alguns
1811 aspectos, inclusive para a gente trabalhar para próximas conferências. Então, a questão do
1812 financiamento da participação, eu acho que é um ponto fraco. Independente da realidade aí. Nós
1813 precisamos discutir mais, sobre o financiamento da participação dos delegados. Então esse é um ponto
1814 fraco. Um outro ponto fraco que eu avalio também, que é importante nós colocarmos para que a gente
1815 possa conversar mais sobre ele, é o equívoco na eleição dos delegados nas etapas municipais e
1816 regionais. Quer dizer, nós tivemos na conferência estadual, o ônus de delegados que foram eleitos nas
1817 etapas municipais, inclusive também, nas etapas, na regional. De trabalhadores da área, que não era
1818 trabalhador da sociedade civil, de usuário que não era usuário. Quer dizer, estas questões a gente
1819 precisa estabelecer estratégias, para minimizar para a próxima conferência. E nós temos dois anos aí
1820 para discutir esses aspectos e quais são as estratégias. O que esse conselho irá tomar para minimizar
1821 estas situações, para evitar aquele desconforto, na conferência estadual, da gente inclusive não poder
1822 eleger aqueles delegados a etapa nacional. E no aspecto avaliação geral. **Conselheiro Marcelo:** Só
1823 um instante. Só um instante. A sua proposta é de fazer parte do texto. Do texto esses dois pontos
1824 novos que você colocou. **Presidente:** Tudo que for ponto de sugestão para encaminhamento,
1825 Consolação está anotando. Ao final então, ela faz a leitura, e a gente então delibera sobre isso.
1826 **Conselheira Cristiane:** Então em relação à avaliação geral. Também tenho uma mesma percepção
1827 que o Marcelo. Que essa conferência foi uma das melhores. Em termos de organização. Reafirmo
1828 todos os parabéns, as congratulações que já houve em relação à equipe. A equipe técnica da
1829 secretaria executiva, a equipe técnica da SEDESE e a própria participação dos conselheiros estaduais,
1830 que estiveram lá envolvidos. Acredito que um aspecto também que nós precisamos aprofundar para a
1831 próxima conferência, é essa questão da abertura. Está ali posto, mas eu quero reafirmar. O atraso na
1832 abertura. O atraso no cronograma, no tempo, por causa da questão da abertura, prejudica demais.
1833 Acho que gera uma ansiedade no grupo, gera um esvaziamento da plenária. Então essa situação a
1834 gente precisa rever, como então na programação, colocarmos a abertura, de maneira que não
1835 atrapalhe, digamos assim, a programação que é exatamente o painel. Que o painel também foi um
1836 momento muito bacana. Que apresentou essa análise das prioridades passadas. Das prioridades da
1837 conferência passada. E também não atrapalhe os trabalhos em grupo. Então essas são as minhas
1838 considerações. Parabéns a todos e todas. **Presidente:** Conselheiro Adenor. **Conselheiro Adenor:**
1839 Adenor, Ribeirão das Neves. CMAS Ribeirão das Neves. Eu já não vou nem dar parabéns não, por
1840 que. Eu quero dar parabéns duas vezes. Não é só uma vez não. É duas vezes. A todos e todas. Mas
1841 tem alguns pontos, que a gente não pode de citar de jeito nenhum. O trabalho de grupo foi fantástico a
1842 metodologia que foi usada. Porque nós tivemos tempo, nós tivemos como atrair as pessoas para
1843 participar, sem aquela pressão, de que nós tínhamos que correr para estar indo resolver um outro
1844 assunto. Então, a metodologia usada foi fantástico. A participação, como o Marcelo colocou, como a
1845 Cris colocou, outros aqui já colocaram. Foi excelente. O nível subiu assim, no ponto mais alto do
1846 conhecimento dos participantes da política de assistência. Acima de tudo, a maneira ordeira, tranquila,
1847 como foi o grupo. Deu um prazer muito grande, a essa pessoa que vos fala. Em estar naquele grupo,
1848 coordenando aquele grupo. Esse é um ponto. O outro ponto, que eu achei que ficou bom, muito bom.

1849 Foi em relação à tiragem de delegado. Estava Nilce, Lourdes, Fatinha, mais uma turma lá coordenando
1850 a tiragem de delegado. Quando separou. Rosa também estava. E aí, quando chegou no grupo de
1851 gestores. Eu tinha até usando aquilo que nós tínhamos colocado aqui, decidido em plenária. Tinha
1852 inclusive me inscrito lá. E na hora eu retirei o meu nome, não me senti bem. Não me senti bem. Talvez
1853 se eu fosse por voto, eu até ganharia, porque a gente tem uma certa facilidade para falar. A gente tem
1854 um conhecimento da maioria das cidades que estava lá. Conhece a gente e já trabalhou com a gente
1855 em outras conferências. Mas não me senti bem. Então eu retirei. E se eu não tivesse sido eleito pelo
1856 CEAS, como fui. Eu não ficaria preocupado, embora acho que sou merecedor de estar indo, fazer esse
1857 fechamento dessa conferência nacional. E foi em virtude do que apresentei neste Conselho, e o que eu
1858 trago do meu município. Então só fazer. Eu já estou num tom já de agradecimento por estar aqui esses
1859 dois anos e pouco com vocês. Mas em relação a conferência, para mim foi assim, um marco, na minha
1860 caminhada, que eu considero histórica. Por não ter formação da área, por não ter uma formação de
1861 nível superior. Mas venho com uma bagagem muito grande, em relação à política de assistência social.
1862 Quero parabenizar a Nívia e sua equipe. A Consolação e sua equipe. E dizer que, vou ficar com muita
1863 saudade de vocês, nas nossas plenárias daqui. Porque é sabido que eu não participarei mais da
1864 próxima gestão deste CEAS. E fico a disposição de Ribeirão das Neves, para vocês tomarem um café
1865 comigo. Eu assumi recentemente, a superintendência de proteção básica daquela secretaria. O prefeito
1866 me fez um convite, eu estava na especial, ele me chamou. Falou: eu quero você na proteção básica,
1867 porque você tem potencial para isso. Você vai organizar a superintendência. E é um desafio para mim,
1868 viu. Porque trabalhar com técnico, às vezes é muito gratificante, mas às vezes é difícil. Tem uns que
1869 não se entendem muito da política. E acha que não é técnico, não pode dar ordem para eles.
1870 Infelizmente, tem as vaidades. Mas dizer que esse ponto foi interessante. Mas um deles me preocupou,
1871 que eu acho que foi um dos pontos fracos. Foi em relação, a participação das uniões de conselhos
1872 regionais, no processo como todo. Esse eu gostaria que constasse. Até porque, nós tivemos algumas
1873 reclamações, que chegou até a minha pessoa. Em relação ao critério usado. E aí a Sônia está aqui, de
1874 Ouro Branco, pode falar. O pessoal de Lavras comentou. O pessoal de Divinópolis comentou. A
1875 maneira como foi colocada, a eleição da regional e das regionais, em relação ao Conselheiro. E a
1876 mesmo, às vezes até com a pessoa como eleitor, não como candidato. Não estava discutindo se queria
1877 concorrer. Queria participar. E aí eu acho que a gente tem que rever, para nós não erramos
1878 novamente. Ou para esse conselho não errar novamente. Ou não é errar, é melhorar, a maneira com
1879 esse trabalho pode ser tomado. Por que. Nós tivemos inclusive entidades que foram indeferidos,
1880 conselhos que foram indeferidos. Em virtude da união de conselhos não estar, sequer atuando. Mas
1881 ela, usando de uma expertise que é peculiar de muitas regiões. E estar colocando o nome, e acabou
1882 que foi indeferido aqui. Essa que é a colocação que eu faço. Quero dizer que a região metropolitana,
1883 ficou com a representação de Belo Horizonte. Numa eleição que eu já externei aqui anteriormente. Na
1884 minha maneira de ver, usou de má fé. Vou usar essa palavra, porque eu já falei antes, não vou retirá-
1885 la. De quem que estava presente no local. Tanto é que a presidente Nizia ... naquela época, e hoje
1886 vice-presidente, sequer compareceu na conferência estadual. Que é a moça de Santa Luzia, que é a
1887 vice-presidente. O George está aqui que hoje foi eleito por nós. Representando a sociedade civil. E a
1888 Santa Luzia na vice-presidência da união de conselho, sequer compareceu a conferência estadual.
1889 Sendo que estava inscrito como eleitora. E não participou nem como eleitora, e nem como CMAS
1890 daquela cidade. Então eu quero deixar isso registrado, para amanhã ou depois, não falar o Adenor,
1891 porque na qualidade de primeiro secretário da união conselho hoje. Eu fui acusado, porque o George
1892 estava presente. De eu ser um mal conselheiro, no sentido de não apoiar, e de não levar as
1893 informações à união de conselhos. E as senhoras e os senhores sabem disso. Que não é verdade, que
1894 todas as vezes que tinha reunião eu passava em plenária, o convite a todos e todas. Tive a honra de
1895 ter a Juanita, de ter outros técnicos acompanhando a gente. Nossa companheira Cristiane. Fazendo
1896 palestras. Geraldo. Trouxemos a Solange Albuquerque de Brasília, para fazer uma palestra para a
1897 gente. Então se este conselheiro, não representou essa união, eu penso que eu não poderia fazer mais
1898 do que eu fiz. Até porque teve um período, que eu fiquei um ano, somente eu, e eu, e eu que
1899 representava a união de conselho. Muito obrigado. Desculpe se eu alonguei. **Conselheiro Marcelo:** Sr.
1900 Presidente, só uma questão de ordem. Marcelo. Como a gente está trabalhando o item quatro e o dois,
1901 ao mesmo tempo. Então, às vezes. Porque eu estou vendo que estão sendo lançadas algumas
1902 questões ali. E eu acho que a gente tem pensar se são questões que devem ir para a nacional, ou se
1903 são questões para serem avaliadas aqui só por nós mesmos. O próximo é Sônia, depois Beth.
1904 **Conselheira Sônia:** Sônia. Primeiro eu não vou falar assim: faço das suas palavras as minhas, não.
1905 Porque eu faço questão de dizer, primeiro agradecendo. Também vou me despedindo. Foram poucos
1906 meses que eu estive aqui. E doutorado, eu vou mais que pós. Eu fiz um doutorado em alguns meses.
1907 Não é? Então, com doutorado tem que ser com 300 anos. Mas foi um pontapé, bem inicial para mim.
1908 Agradecer ao CEAS. Agora a equipe, a comissão organizadora, a secretaria executiva, a SEDESE,
1909 especialmente as pessoas que eu estou falando, que participaram dessa conferência. Olha, vocês
1910 deram um show. Só tenho uma reclamação a fazer. Vocês não deixaram brecha para a gente reclamar
1911 de nada. Da próxima deixem. Então assim, eu fico assim, emocionada. Eu adorava. Toda hora eu
1912 passava no nosso QG lá da administração, que é o eucalipto. Eu sou assim, encantada com a
1913 organização. É uma pena, a gente que trabalha, por exemplo, eu estou na coordenação de um CRAS.
1914 Sempre tem que agradecer um amigo. Marcelo pela indicação. Eu não estava. Eu estava na saúde, já

1915 estive na educação pro meu município. Aí o Marcelo um dia, a gente fazendo uma mobilização lá no
1916 CREAS, na rua eu seguro uma faixa. Sônia, você vai ser a coordenadora do CRAS, você aceita.
1917 Aceito. Dá aquele medão assim. Pô eu nunca tive no serviço social nem nada, mas vão embora. Então
1918 quando o Volney falou. Assim só acrescentando. A gente aprende. Como é que é? O caminho é
1919 percorrer. E aqui que a gente se especializa. Ninguém aqui fez curso de capacitação para ser
1920 conselheiro. Eu entrei em poucos meses, e quero conversar com o meu gestor, pretendo estar aqui o
1921 máximo de reuniões possíveis, aqui fora. Agradecer a Inês, eu estive na comissão de apoio ao CMAS.
1922 Muito obrigado, ta, por tudo. E, bom, eu só reforço este tempo de grupo, para ver se consiga ser
1923 mantido. Porque o fundamental é discutir com as pessoas. Olha e quanto os municípios esperam de
1924 nós. Porque por exemplo, a gente que esteve no, a maioria é porte 1. E eles olham para a gente assim.
1925 Eu não se os outros coordenadores, tiveram essa experiência, por favor nos ajude. Porque eu não sei
1926 se já seria para o encaminhamento. Depois eu quero, eu não vou falar aqui os pontos. Eu acredito que
1927 a gente pode levantar. Eu levantei. Denúncias e queixas. E aí eu gostaria depois, eu não vou falar,
1928 porque não é nenhum momento aqui agora. Eu posso encaminhar? Porque eu já não vou ser mais
1929 conselheira. Eu posso encaminhar para a secretária executiva, para dar o, até o nome do município
1930 que pediu: Por favor, faça intervenção. Mas tem que ter cuidado para eles não saberem que fui eu.
1931 Aquela questão do nosso sigilo, que aqui, sabe-se fazer muito bem. Não é? E eu vou colocar o nome
1932 do município, é óbvio. Não vou por o nome da pessoa, mas o município vai. É isso, conseguir esse
1933 tempo pro grupo, desses debates. Acho que é só. Depois qualquer coisa eu falo mais. **Conselheira**
1934 **Elizabeth:** Então. Eu acho que eu vou falar que nem um dos nossos usuários. Fala assim: ah,
1935 secretária isso é muito excelente. Então assim, tudo que já foi colocado, da organização, da temática,
1936 da metodologia, do trabalho, e tal. É tudo muito excelente. Eu acho que, a questão que eu colocaria. E
1937 eu acho que isso fica uma reflexão para nós. Isso que a Juanita falou. É que se você? E eu insisto
1938 falar, que eu tinha falado no início, na parte da manhã. Que o mais desafiador pro Estado de Minas
1939 Gerais. Pro mais desafiador para este Conselho. É a universalização, ou é a participação de todos.
1940 Então quando você coloca uma baixa representação. Porque isso. O que vai trazer Minas Gerais, de
1941 um patamar, que ninguém vai tirar a gente dele, do posto dele. É de estarmos com 853 municípios,
1942 participando, implantando, e de certa forma, dando a resposta que a política pública de assistência
1943 social, tem que dar. Tanto na participação. E a participação, eu acho que é assim. Primeiro eu vou falar
1944 com um psicólogo aqui também, depois eu vou debater aquele negócio que você falou de manhã. É a
1945 questão, o desejo de filiação. Ou o desejo de reconhecimento. São dois desejos que são inerentes a
1946 cada um de nós. Mais ou menos. Então, a questão da filiação significa. É estar com o outro. É sempre
1947 bom. Então, é sempre dar um grande. Capacidade de participação, quando a gente tem mais e mais
1948 pessoas juntas. Por isso que a conferência é um momento, espetacular. Porque ele é um espetáculo
1949 mesmo. De interação, pessoa a pessoa, município a município, realidade a realidade. Então esse
1950 diálogo da conferência, ele realmente é extremamente importante. Então é por isso que a conferência é
1951 um espaço muito excelente e eu acho que, foi também muito bem aproveitado, foi muito bacana
1952 mesmo. Eu quero dar parabéns a todos. A Nívia, eu já falei com ela, a todo mundo, vou citar porque
1953 todos nós estamos envolvidos. E dizer para vocês que eu estou de saída, porque eu tenho outras. Um
1954 negócio para resolver que é população de rua. Então, que é também muito excelente trabalhar nisso.
1955 Então ta, tchau, queiram me bem. **Secretária Executiva:** Eu vou começar pela... também por
1956 agradecimentos. Primeiro, Geraldo e a Nívia, pela confiança. Que eu acho que isso é fundamental,
1957 quando as pessoas acreditam no trabalho da gente. Então eu vou começar por aí. A equipe do CEAS,
1958 que a gente tem um tempo junto e uma cumplicidade muito grande. Então o tempo inteiro que fui
1959 chamada para todas as horas. Além do necessário, todo mundo aqui. Ninguém se furtou e todos
1960 trabalharam. Agradeço de novo a Nívia e peço inclusive para ela agradecer ao Dr. Wander. Porque
1961 reforçou a equipe do CEAS. Eu acho que isso foi fantástico. Ela pôs mais dois técnicos, neste período,
1962 para estar trabalhando aqui. Reforçou o administrativo. Então veio um outro administrativo, que é a
1963 Regina, o dia inteiro. Veio o Max, também que é na digitação. Aí veio, outro para a questão das diárias,
1964 que é a Rafaela. E nós tivemos um grande *plus*, que causa até ciúmes, entre os conselhos, que é a
1965 Cesarina. Porque a gente tem jornalista dentro do conselho. Então isso sim, foi um *plus* e que fez uma
1966 diferença. Fez a diferença da informação, fez a diferença do que como a gente lida com isso. Dos
1967 encontros regionais. Até para divulgar. A gente não tinha isso de perto. Eu estou até com dificuldade de
1968 conviver com isso. Porque é tudo muito novo para mim. E o novo também assusta a gente. Eu estou
1969 assim: nossa como é que isso? E está sendo muito bom essa convivência. E quero aqui agradecer
1970 também, é a SEDESE, porque? Pela primeira vez. Não que nas outras não tenham sido dessa forma.
1971 Mas acho que todos os técnicos trabalharam. Todo mundo que está lá. Então, o tempo inteiro, tem um
1972 bastidor, que ninguém fica vendo. Que a gente assim, passa. Eu não vou falar dos bastidores, que a
1973 gente sabe o quê que foi passar isso. Mas a Claudinha, o tempo inteiro para salvar a gente. A
1974 Claudinha trabalha na SEDESE, ela não está aqui. Ela não aparece. Mas é uma pessoa, que na hora
1975 que a gente precisa da questão de orçamento. Ela fez tudo o que ela pôde, para ajudar a gente. Tem o
1976 pessoal do setor de compras. Tem o pessoal lá da logística. O pessoal todo da SUBAS mesmo. A Nívia
1977 marcou uma reunião. A Juanita lá, com todo mundo, no horário de almoço. Todo mundo ficou até tarde.
1978 E a gente conversando como seria o interesse. Na hora que você fala para a pessoa, dar assim, até
1979 esse ledor e acompanhante, as pessoas às vezes estranham. Pó, eu sou técnico, é formada, para
1980 acompanhar. E não teve isso, o pessoal todo aberto a isso. Então eu acho que tivemos eu posso

1981 analisar pelas outras, menos recurso. Mas tivemos mais o aspecto humano. Sabe? Eu acho que essa
1982 união do CEAS da SEDESE, realmente foi uma equipe só. E aí, eu incluo os conselheiros também.
1983 Porque em outras conferências, a gente não tinha tanta participação de conselheiros. E muitos que às
1984 vezes, confirmavam a participação. Na hora H, deixava a gente na mão. E dessa, não. Todo mundo lá,
1985 que mais? O quê que eu posso te ajudar? Posso fazer isso? Não posso. Quer dizer, é a diferença. É
1986 injusto a gente falar, se é A, B e C. Acho que realmente, foi esse coletivo, sabe? A gente é uma equipe.
1987 A gente conseguiu consolidar essa equipe mesmo, e saber que esse evento não era meu, não era da
1988 SEDESE, não era do CEAS. Quer dizer, não era de ninguém, pessoa, não é? Mas era de todo mundo,
1989 e era um evento estadual. E aí gente, eu agradeço todo mundo nisso. Porque, eu tenho muito orgulho
1990 de fazer parte do Conselho Estadual. Eu tenho muito orgulho dessa diretoria que está aqui. O meu
1991 presidente, da vice, Marcelo, da Beth, de todo mundo. E tenho muito orgulho, sabe secretário, de fazer
1992 da equipe também da SEDESE. De estar com todo mundo aqui. Eu que agradeço a todo mundo. Muito
1993 obrigado mesmo por tudo. **Presidente:** Conselheira Nívia. **Conselheira Nívia:** Eu quero começar
1994 fazendo uma reclamação. Consolação falou tudo que ia falar. Ela copiou e colou tudo que eu anotei
1995 aqui. Eu gosto de pontuar gente, para a gente não esquecer. Mas eu queria registrar, primeiro o
1996 agradecimento ao nosso secretário, ao secretário adjunto e a chefe de gabinete. Que não mediram
1997 esforços, pra tentar resolver tudo que a gente não dava conta de resolver, na comissão organizadora.
1998 E colocar aqui, até na última hora, a gente teve que fazer algumas reduções. Não é Consolação? De
1999 algumas aprovações que não tivemos, na previsão de infra-estrutura. Em função de orçamento, em
2000 função da modalidade de convênio, não dava tempo. Mas dizer, que a comissão e as nossas áreas
2001 meio. Que é a área de compras, que é a área jurídica, que é a área lá do Fundo. Sempre nos davam
2002 uma alternativa. Olha nós vamos ter que reduzir isso, mas nós propomos que tal equipe de tal área, vai
2003 dar esse suporte. Então isso foi muito bom para a gente. A Edma, eu passava tudo pra Edma. Porque
2004 a gente não dá conta. Eu, Juanita, a Gilvânia. Nós que temos mais atribuições, e mais acúmulos de
2005 decisões. A gente não pode estar o tempo todo na ponta. Então, a Edma e a equipe dela, a Claudinha
2006 que é a diretora do Fundo. Estavam o tempo todo, a postos, para nos balizar, de alguma decisão que
2007 precisasse. É no celular, íamos lá na sala. Então gente, eu acho que isso é energia. Eu acho que,
2008 quando a gente, tem uma energia boa e coloca naquilo que a gente faz. Eu acho que a gente atrai só
2009 energia boa. E foi isso que a gente conseguiu fazer. Viu Consolação. Eu falei com ela desde a primeira
2010 reunião que nós tivemos. Porque ela já estava tensa. Falei com ela: fica calma, vai dar tudo certo.
2011 Porque eu acho que todo mundo aqui está imbuído do mesmo espírito de boa vontade. E nós
2012 contagiamos as outras áreas também. Porque todo mundo trabalhou com a gente, com a maior boa
2013 vontade. Nós mandamos uma mensagem de agradecimento. Não sei se todos receberam. Se não
2014 receberam, eu peço desculpas. Porque a gente tentou, socializar para todos que participaram. Tanto a
2015 mesa diretora, os conselheiros, a equipe do CEAS, a equipe da SUBAS, das outras áreas de apoio lá
2016 da SEDESE. Inclusive para alguns participantes que eu conheci. Inclusive a Beth, que esteve lá uma
2017 grande parte do tempo, conosco. Nós mandamos esse e-mail. É uma singela mensagem de
2018 agradecimento. Mas que eu acho que transmite o nosso sentimento, de que foi muito bom ter contado
2019 com todos vocês. Aí então, eu quero dizer que, se a gente não trabalha com pessoas empenhadas,
2020 que dão valor ao que a gente faz, a gente não consegue esse resultado. E eu que expressar isso, na
2021 pessoa de nosso secretário. Que esteve nos apoiando o tempo todo. Inclusive lá, até na plenária final
2022 da conferência. É, o que mais? Ah! Quero informar para vocês, que também foi nos bastidores. Que
2023 nós fizemos um monitoramento, do gasto da alimentação, que estava prevista. Para que nós não
2024 pudéssemos permitir desperdício. Porque, nas outras conferências que aconteceram na semana
2025 anteriormente a nossa. Nós tivemos a informação de que estava havendo desperdício de alimentação.
2026 Porque o número de participantes, não estava condizente, com o número que estava previsto. Que a
2027 secretaria tinha preparado. Então o quê que nós fizemos? Nós fizemos um monitoramento, e a gente
2028 informava para a Claudinha, com antecedência. A Claudinha informava para o fornecedor, para que ele
2029 reduzisse na próxima alimentação, para que não houvesse desperdício. Porque foi muito difícil a gente
2030 conseguir recurso, para toda a estrutura que a gente previu. Inclusive lanche que, nas últimas
2031 conferências, não teve lanche na parte da tarde. E nessa a gente pediu que incluísse. Tivemos o maior
2032 empenho, para que a gente conseguisse, do ponto de vista legal, aprovar. Então não era justo que a
2033 gente deixasse ter desperdício. Não tenho os números, se eu tivesse eu já traria para vocês. Mas
2034 conseguimos fazer uma economia, no gasto, de alguns itens da estrutura. Porque a gente fez esse
2035 monitoramento. É, o que mais? Ah! Eu queria. Eu achei importante falar para vocês. Da atração cultural
2036 que todo ano tem na conferência. E que esse ano eu achei muito bacana a participação das pessoas
2037 com deficiência. Por causa da estrutura que a gente montou. Então a Van pode levá-los até o centro
2038 cultural. As acompanhantes dos deficientes visuais os acompanharam. E era bacana, que às vezes ia
2039 chegando um deficiente físico, acompanhado de um deficiente visual. De chapeuzinho, de roupa
2040 bonitinha, foram no quarto, tomaram banho, aprontaram. E houve uma confraternização muito bacana
2041 das pessoas com deficiência. Eles dançando, cadeirante dançando, deficiente visual dançando,
2042 deficiente com andador. Então, a gente percebeu que houve assim, uma contaminação de alegria.
2043 Nesse momento de confraternização. Foi muito bacana. Eu queria ter tirado foto. Na hora a gente fica
2044 tão emocionada, a gente estava tão envolvido tão cansado. Não pensamos nisso. Não temos registro
2045 de fotos. Mas eu estou tentando levantar foto, para depois a gente, deixar registrado aqui. Nos
2046 registros da conferência. Então dá esse retorno, porque quem não estava que a até a nossa atração

2047 musical, foi muito participativa. Você estava Cristiane? Não te vi não. Ô gente, era muito interessante.
2048 Um deficiente visual falava com o outro assim: depois você me mostra a foto, eu quero ver a foto, viu.
2049 Que eles falavam assim: você está tirando foto com a subsecretária, então depois você me mostra que
2050 eu quero ver. E o retorno que a gente está tendo por e-mail, de algumas de pessoas. Eu já recebi
2051 telefonema de município, parabenizando, não só a organização, mas a produtividade e a maturidade
2052 que essa conferência teve. Então eu queria dividir com vocês. O Geraldo também já socializou.
2053 Mensagem de agradecimento que ele recebeu, de elogio. Ele transmitiu para mim e eu transmiti para
2054 ele. Que eu recebi lá da SEDESE. E aí eu queria dividir tudo isso com todos vocês. Porque é fruto do
2055 trabalho de todos vocês. E principalmente da equipe do CEAS e da SUBAS, que trabalhou de uma
2056 forma muito harmônica e com muita sintonia. E eu acho que nós temos que manter essa relação. É
2057 isso que a gente precisa. Nós somos uma equipe só, o nosso objetivo é um só. Então é isso, e
2058 agradecer. O gente o presidente que ficava a nossa disposição. Teve um dia que eu liguei para ele,
2059 Geraldo, nós precisamos sentar, eu você e Juanita. Hoje a tarde pode? Pode. Viemos para cá,
2060 chegamos aqui, ele já estava aqui. Assim, nada programado, mas porque a gente queria de improviso
2061 fazer uma avaliação, de como que estava se tinha alguma pendência, dar um apoio para a
2062 Consolação. Até um apoio moral. Porque na véspera, a gente fica muito tensa. Então assim, de elogiar
2063 essa disponibilidade do Geraldo também, de nos estar atendendo. Sim. Eu quero dizer para o Adenor,
2064 pra Sônia, pra quem está saindo gente. Esse Conselho é aberto. E nós esperamos contar com vocês,
2065 mesmo que não na condição de conselheiros. Venham nos visitar, venham participar, venham
2066 contribuir. Não nos abandonem não. **Presidente:** O Marcelo me inscreveu por último, falou que eu
2067 tinha que fechar. Então como ele deu a idéia, de fazer os dois pontos, concomitantemente, nós
2068 ganhamos tempo. Eu queria pontuar algumas situações, não quero ser redundante e nem delongar.
2069 Mas lembrar a este Conselho, que lá atrás, quando ainda, com a outra ex-secretária estadual. Nós
2070 tivemos um contato muito ruim. Em primeira mão. Porque foi exatamente no quesito orçamento.
2071 Porque a gente queria aumentar o valor do gasto para a conferência. Vocês lembram disso. Então,
2072 mais uma vez mostra que, quando existe um entendimento do gestor. Por isso que eu falo, o Conselho
2073 tem que ser uno. Ele tem formação paritária, mas tem que pensar como Conselho. E o Conselho foi
2074 grande. Teve a nobreza de pensar grande. Quando levou essa situação para o gestor, e colocou. E
2075 naquele momento, eu tive que lamentavelmente, colocar uma situação de contraposição mesmo. Ta
2076 bom, se o secretário não entende, a secretária não entende, da nossa importância e necessidade de
2077 aumentar o recurso. Nós também podemos não aprovar o relatório de orçamento lá na plenária. Aí, ela
2078 achou que era uma provocação e tal. Mas tem hora que tem que ser assim. Eu não tenho essa
2079 preocupação. Mas eu quero lembrar disso só para mostrar para este Conselho, foi esse Conselho que
2080 fez essa conquista. Óbvio, que houve um entendimento, da gestão atual da Secretaria. Porque foi
2081 aumentado. Aí tem de lembrar de Roberta, à época. Esse orçamento foi aumentado e fez com que
2082 essa conferência fosse realizada dessa forma. Então, só para dizer que é o seguinte: quando a gente
2083 bate na porta, a gente consegue conquistar sim. A outra situação, é que eu diria, foi. Só para a gente
2084 lembrar também. Que quando a gente trabalha de uma forma harmoniosa, parece que a natureza
2085 conspira a favor. Momentos aqui de o GT. Foi construído um GT. E aí eu não posso deixar aqui de
2086 agradecer, os membros do GT. E esse GT, em vários momentos a gente tinha situação de dificuldade
2087 financeira, de bancar algum tipo de situação. Em todos os momentos foi chamado, as entidades,
2088 alguns apoiadores, os apoiadores se manifestaram presentes. E tamanha foi a lealdade nesse sentido,
2089 que teve apoiador aqui. Nós precisamos de caneta. Pode contar com caneta que vai ter. E depois, eu
2090 falei: não precisa mais que nós já conseguimos. Aí, então, pra você ver, era uma via de mão dupla.
2091 Precisava naquele momento, o apoiador chegava. E aí tem que ressaltar essa harmonização, no que
2092 diz respeito à busca de pessoal que ia se somar para isso. A outra situação que eu queria colocar, é
2093 que, eu penso que lá no momento da abertura, nós tivemos... E aí eu mais uma vez agradeço o GT,
2094 pela confiança mútua. Porque quando eu cheguei, eu coloquei: Eu vi algumas apresentações em 10
2095 regionais, que eu estive presente. Dentre elas foi essa da Índia, lá de Ituiutaba. Não é Consolação? E
2096 que a gente fez questão de trazer a Índia pra acalmar. Acho que foi um ponto alto para nós. Foi uma
2097 riqueza muito grande. A outra foi aquele quarteto, dos deficientes mudo-surdos. Que fizeram aquelas
2098 músicas para a gente de abertura. Então aquilo enche qualquer, alegra qualquer coração. Então eu
2099 acho que foi um ponto muito alto da conferência. Ela enquanto usuária e os deficientes surdos-mudos
2100 na abertura. A outra seria a composição de mesa. Compartilho com Cristiane, quando ela coloca a
2101 situação de composição, de repensar. E aí eu penso que a gente pode repensar, mais dias para a
2102 conferência, pensando não só na abertura. Que eu acho que não pode ser, junto no momento de
2103 inscrição, no momento de chegada do pessoal. Tem que ser de repente, numa noite anterior. Sabe?
2104 Temos que levar em consideração, os delegados que vem de 700 quilômetros de distância, 800. Nós
2105 temos que considerar a vontade da maioria. Veja bem, a vontade da maioria em participar de todos os
2106 painéis. Isso foi de suma importância. E isso não é possível acontecer, se a gente não aumentar o
2107 prazo. Ainda que vai custar no bolso do nosso dinheiro. E aí quando eu falo do nosso, é do Estado.
2108 Então quer dizer. Mas precisamos repensar. Então. Mas abertura em si, mesmo tendo tomado o tempo
2109 da manhã. Para mim foi de uma riqueza muito grande. Penso que ela foi muito maior que uma palestra
2110 magna. Porque a mesa foi muito qualificada. Foi muito qualificada. As pessoas que manifestaram,
2111 manifestaram com propriedade. Falaram com muita segurança da política de assistência. Eu tive, fui
2112 convidado para estar em seis conferências de estados. E pude atender só três estados. Por causa de

2113 agenda. No momento que a gente viveu. E assim, eu diria a vocês, que o que eu assisti. E aí eu quero
2114 mais uma vez elogiar. O atraso quando nós falamos: qual o conselho vai cuidar do processo da eleição
2115 da sociedade civil. E aí quem nós elegemos? No mesmo espaço, no mesmo tempo, sem contar os
2116 sacrifícios. Consolação e a secretaria daqui que foi feito. Lembra disso, Marcelo? Nós fizemos essa
2117 discussão, inclusive na época, o Fórum era para ter participado, nós achamos que o Fórum não tinha
2118 representatividade, tinha representação, mas não tinha. E aí, mais um quesito que a gente precisa
2119 lutar, para que ele se forme, e esse fórum se fortaleça. Para que ele possa estar junto com a gente.
2120 Porque não é justo, por um lado, está sobrecarregando a secretaria. E ela fez com total isenção e com
2121 muita transparência. E aí eu vi em outros estados. Porque exemplo, o FGT construiu o regimento
2122 interno. E vocês viram que bacana? Nós ficamos três horas e quarenta minutos, de relógio, na
2123 conferência do Estado do Pernambuco, onde eu fazia parte da mesa principal de abertura. Fiz uma
2124 fala. Para aprovar um regimento. Olha, e com toda tristeza, eu digo para vocês. A briga, a briga,
2125 literalmente briga, disputa, de você ter que tomar o microfone, de agressões mútuas. Foi uma coisa
2126 horrível. Foi uma coisa de dar vontade de pegar o avião e voltar para o meu Estado. Não sei o que eu
2127 estava fazendo lá. Então quer dizer, e aqui? Vocês virão que bacana. Muito tranquilo. Então, mais uma
2128 vez, a gente parabenizar essa iniciativa. Aí eu quero lembrar o seguinte: quando eu falei aqui. Eu quero
2129 agora completar, porque naquele momento não era a minha fala. Dizer o seguinte: a maior moleza que
2130 tem é estar aqui como presidente. Eu tenho, como secretário, um ex-presidente. E como vice, uma ex-
2131 presidente. E é presidente de fato, que é a Consolação. E aí a gente tem uma secretária que foi.
2132 Militamos juntos, como conselheiros municipais. E eu e o Marcelo, como conselheiro nacional. Então
2133 assim, é moleza, é moleza. Eu penso que isso também tem uma contribuição efetiva. Porque a Juanita
2134 quando vem como vice-presidente deste Conselho, em todos os momentos, que a presidência do
2135 conselho teve que se fazer presente, ela foi feita, se fez representar. Também através da Juanita, que
2136 nunca deixou de representar o Conselho. E com muita propriedade e competência e muitas vezes até
2137 melhor. Colocar a situação do Estado. E aí Nívia, eu queria te colocar o seguinte: no meu
2138 entendimento, foi muito importante, que a gente tenha um secretário, que vem do povo. Porque o
2139 Wander vem de uma caminhada. E essa compreensão dele, ajudou muito. O Wander em momentos
2140 difíceis que nós tivemos aqui, que foi de disputa mesmo, com empreendimentos que chegam ao nosso
2141 Estado, vocês conhecem a questão de barragem. O Wander teve uma postura, assim, firme, forte e de
2142 fortalecer o Conselho. Em um momento que eu tive o maior temor de fragilizar o Conselho, e eu passar
2143 vergonha nacional. Porque se acontecesse o que provavelmente poderia ter acontecido. A gente ia
2144 fragilizar todo o sistema, no Brasil inteiro. Então o Wander, com muita propriedade, ele teve isso. Então
2145 isso é fruto de uma caminhada. De um abraçar a causa. E aí o secretário de estado está de parabéns.
2146 A fala que ele fez. Aí tem um item deste relatório, Cris. Eu quero que a gente faça uma reflexão
2147 encima. Quando a gente fala da má vontade de não custear os delegados para estar aqui. Porque o
2148 Wander fez uma fala e dentre a fala dele, ele falou o seguinte: porque que a união fica com 70% dos
2149 impostos que são arrecadados? E as coisas só acontecem nos municípios. E eu em todas as regionais.
2150 Consolação é testemunha. Eu vivo falado isso. O nosso pensamento tem que ir para além. Nós
2151 precisamos fazer essa retórica. Porque que fica lá? Para fazer programa e projeto, que é construído.
2152 Sem nenhum demérito, que é construído por alguém que não vive na base. Então esse pensamento a
2153 gente tem que fazer. É um pensamento municipalista mesmo. O recurso tem que estar é no município.
2154 E aí eu falo isso, porque o secretário de estado, fez essa fala com muita propriedade. E aí Nívia, toda a
2155 equipe da SEDESE, a gente fica aqui o agradecimento, através de você e da Juanita, para estender a
2156 todos. Sem exceção. Inclusive os conselheiros que aqui estão representando o órgão gestor. Porque
2157 foi uma competência, uma presteza, assim dentro da demanda que requeria essa situação. Acho que
2158 um ponto muito importante para nós foi. A parceria com o Ministério Público. A gente temeu sim, por
2159 trazer essa judicialização para cá. Mas eu diria que todos eles foram com uma compreensão muito
2160 bacana. Tivemos uma fala tão emocionada da nossa promotora, que compôs a mesa. Que ela
2161 gaguejou, e teve hora que ela parou. Por mais que ela tenha estudado direito, mas não estava
2162 preparada para mil pessoas. Mas o Dr. Paulo César. Um promotor esteve no painel de controle social.
2163 E lá, a manifestação dele, foi tamanha, que ele deu cartão para três pessoas, de situação difícilíssima.
2164 Consolação presenciou uma delas. Que é lá no Mucuri, de um radialista. E ele: toma aqui, o Ministério
2165 Público vai estar junto. E lá na hora eu encaminhei. Porque o negócio dele é um negócio sério, de
2166 ameaça de morte, está com três processos, etc. E ele cobrou do conselho estadual e eu disse para ele:
2167 e aí eu fui falando, a minha fala não é política, a minha fala é de comprometimento. O conselho vai
2168 estar presente na cidade, e eu faço questão enquanto presidente de estar. E aí eu quero chamar,
2169 aproveitar que a promotoria está aqui. A promotoria está junto conosco. Ele se prontificou a estar na
2170 hora, e eu presidente de estar. E o presidente do CNAS, falou: não vai estar o CNAS também junto
2171 com vocês nesta empreitada. Então quer dizer, você vê que houve um comprometimento do ministério
2172 muito grande. E com a compreensão de estar somando, e não de estar determinando. De uma
2173 contribuição de estar junto conosco no crescimento desta democracia participativa. E não de estar
2174 fiscalizando para fazer cumprir a lei. Então esse olhar do ministério público em todas as oficinas, acho
2175 que foi muito bacana. Eu diria que eu saio muito satisfeito dessa conferência. Porque o que eu vi foi o
2176 seguinte: foi um empoderamento muito grande, dos delegados. Os delegados manifestaram isso,
2177 através das várias referências, nas oficinas que estiveram. Eu tive o privilégio junto com Nívia, de
2178 percorrer todos os grupos de trabalho, foi uma riqueza muito grande para nós. Que muitos deles a

2179 gente sentava e a gente para não perturbar, a gente tinha que sair correndo. Tamanha era as
2180 reivindicações que vinham. E foi muito bom, que a gente contribuiu muito. Não é? Com essa situação.
2181 Mas assim, quando a gente viu o empoderamento, as manifestações que eu ouvi. Gente!! Podem
2182 escrever. Nós já fizemos isso aqui na nossa ampliada de Belo Horizonte. Aquela que nós fizemos aqui,
2183 lá no Loyola. Olha a maior experiência que eu tenho. Nós precisamos mudar. E mudar de vez. Se tiver
2184 40 minutos de fala, duas horas para debate. Se tiver 30 de fala. Uma hora e meia para debate. Se tiver
2185 uma hora de fala, é três para debate. É a riqueza nossa, é ouvir essas pessoas. E o que a gente ouviu.
2186 A minha oficina de controle social que eu estava. Onze horas da noite é que acabou. E se fosse por
2187 vontade deles, continuava. E aí, por mais que o João Ademar, não esteja presente. Ele foi excepcional
2188 na coordenação. E foi altamente elogiado, porque soube entender esse anseio, essa manifestação. Eu
2189 diria o seguinte: que ainda num outro aspecto. Que as uniões de conselhos, conforme o conselheiro
2190 Adenor já colocou. E isso não está esquecido. E a gente precisa dar uma correção. Eu penso que no
2191 momento que não houve interpretação correta, da metodologia e do regimento. De quem deveria
2192 representar o quê. Porque saiu muito claro. Sociedade civil, subdividida em trabalhadores, em
2193 entidades e usuários. Governo. Governamental: órgão gestor e outros. Então está muito claro, tutelar é
2194 para lá. Não houve essa compreensão, não houve essa troca de informação. Eu, no meu
2195 entendimento, chamei atenção, devia ter acontecido nas URCMAS, que era o espaço que eles tinham
2196 para entender. E se ainda assim não tivesse um consenso. Ligasse a este Conselho, e isso não foi
2197 feito. Então nos leva a crer, às vezes, que pode ser também o jeitinho brasileiro. De colocar trabalhador
2198 dos CRAS e dos CREAS, para dentro da sociedade civil. Então a gente teve o cuidado. Eu e
2199 Consolação. Tivemos o cuidado de colocar nas regionais, o seguinte: pessoal, não é que a gente não
2200 te quer, trabalhador. A gente te quer. Mas é importante ouvir o usuário, você não pode falar por ele. Ele
2201 é que sente, como está chegando para ele. O trabalhador é que sabe se está se sentindo, de forma
2202 preconceituosa ou não, principalmente quando ele é de entidade. Então é porque a gente quer ouvir
2203 aquilo. Não adianta colocar outro. Pode de repente fazer. Então esse cuidado a gente teve. E aí eu
2204 penso que, para extrapolar além das uniões de conselho, que era o espaço para isso, Marcelo. E aí, eu
2205 quero que você me ajude a pensar nisso. Eu penso que, a gente precisa dar uma certa padronização,
2206 num regimento interno, para todas as uniões de conselho. Socializar com eles mesmos. Olha, é preciso
2207 haver um regimento, onde existe uma disciplina, para acabar com a politicagem dentro do nosso meio,
2208 que é um meio de consumo de política pública e não de politicagem. E a gente viu isso claramente, o
2209 Conselheiro Adenor denunciou, foi claro e notório. Sabe? Eu acho que a articulação faz parte do jogo,
2210 mas trazer esses vícios nefastos, dessa democracia representativa e partidária, aqui para dentro, eu
2211 penso que a gente deve corrigir. E a correção, de repente, seria caminhar para um regimento mais
2212 padronizado, mais de disciplina melhor. Óbvio, que consocializando para todas elas. Quem tem que
2213 falar, são eles. Quem tem que deliberar, são eles. Quem tem que criar, são eles. Mas nós podemos dar
2214 esse apoio. É, diria ainda que, uma nova discussão sobre os conselheiros estaduais, e as disputas. Eu
2215 queria colocar o seguinte: no calor da emoção e da pressão por tempo, lá no SESC. Nós fizemos uma
2216 discussão para eleição dos conselheiros. Eu acho que a gente deve repensar essa situação, mais uma
2217 vez, antes da próxima conferência. Para ter essa compreensão em função do que foi demandado na
2218 conferência estadual. Eu acho que o espaço lá de disputa, não é para conselheiro estadual mesmo.
2219 Sob pena de a gente achar que as vagas são menor. Mas assim, eu acho que nós pagamos muito caro
2220 por isso lá. Sofremos um desgaste político grande, mas foi contornável, deu para contornar. Mas ainda
2221 assim, eu penso que a gente deve repensar e fazer uma nova discussão. Assim como eu acho que
2222 deve fazer um outro pensar também, porque a gente não pode permitir, que a pressão de tempo e a
2223 pressão às vezes, prejudique a nossa maneira de expressar. E eu assim, juntos, só os conselheiros lá
2224 para promover a eleição da sociedade civil, eu cometi afoitamente um... talvez uma precipitação na fala
2225 que, não é justificando, porque não tem justificativa é só explicando. Não é? E talvez eu fui indelicado,
2226 e não é o meu papel fazer isso, com uma pessoa que é amiga minha de caminhada, desde 15 anos
2227 atrás. Eu só não falei lá, que eu estava na primeira conferência nacional, porque eu não tinha nascido
2228 ainda. Mas, Fátima é uma pessoa de muita caminhada comigo, no interior. Já fui várias vezes no
2229 município dela, atender as associações dela, por muitas vezes. E lá, a maneira que eu me expressei,
2230 que eu coloquei, por fator de tempo. Talvez, gerou um clima muito ruim. E que eu jamais gostaria de ter
2231 gerado. Mas gerou. Mas o que eu queria colocar, era que eu coloquei com absoluta transparência e
2232 tranquilidade, que o momento de estar em Brasília, é o momento de fazer a discussão do GT que
2233 Brasília está formado. E que no dia anterior, estava acabando de decidir lá. Que era exatamente o
2234 processo das entidades de assessoramento, defesa e garantia de direito. E que fazia esse papel aqui
2235 dentro é a Conselheira Cristiane e Conselheiro Márcio. Gente, o Conselho sabe da nossa luta. O tanto
2236 que nós fizemos para conseguir vencer dentro do conselho nacional. Usando de influência assim de
2237 representatividade, da minha entidade, que eu represento nacionalmente lá no conselho. Trouxe
2238 conselheiro nacional aqui pra dentro, fazer a discussão e fazer esse apanhado. Então era o momento.
2239 Mas a maneira que eu coloquei, ficou parecendo que na verdade eu não queria que ela estivesse
2240 participando. Então eu quero deixar isso registrado, para deixar muito claro, que era esse o meu
2241 objetivo. Era pensando no todo, era pensando na caminhada. Eu abro mão de qualquer situação,
2242 porque eu tenho plena convicção e certeza. Eu sou passageiro, mas esse Conselho não é, ele é
2243 permanente. Então eu tenho que primar pela continuidade dele. E por fim, só lembrar aos senhores
2244 que, a gente tem uma importância fundamental. E eu diria mais de perto para o Conselheiro Volney,

2245 Conselheiro Marcelo, todos. Mas mais especificamente para vocês dois, Conselheira Cristiane e
2246 Márcio. Nós temos uma. Enquanto sociedade civil, um papel muito importante de estar, fortalecendo o
2247 fórum e a entidade. Nós precisamos fazer com que fórum seja representativo, tenha
2248 representatividade. Porque o fórum gente, ele pode de forma descentralizada, fortalecer a união de
2249 conselhos, e essa por sua vez, fortalecer as diretorias regionais da SEDESE. E lembrar que a
2250 SEDESE, desde o primeiro momento, contribuiu para que essa conferência fosse sucesso. Quando
2251 chamou todos os diretores das regionais, para a gente fazer uma reunião lá no Centro Administrativo.
2252 Eu e Consolação estivemos presentes. Conversamos, pactuamos e celebramos de que maneira que
2253 deveria acontecer. E assim foi uma presteza muito grande. E tivemos regional, que tem apenas uma
2254 pessoa representando a regional, e ainda assim, mesmo sem carro, ela esteve presente, e fez o
2255 trabalho que devia fazer. Então quero ressaltar o ponto forte. E terminar a minha fala sobre a avaliação
2256 da conferência e mais uma vez, assim, de uma forma bem generalizada, parabenizar a todos. Digo a
2257 vocês que, se eu partir amanhã deste Conselho. Sairei com uma felicidade muito grande. Porque vi o
2258 crescimento da sociedade civil, representado pelos delegados na conferência estadual, mas mais do
2259 que isso. Eu vi um Conselho, pensando como Conselho. E não governamental ou não governamental.
2260 Eu vi um Conselho que delibera com conhecimento de causa. Igual foi hoje cedo. Então eu vejo um
2261 conselho com muita serenidade e muita tranquilidade. E é muito bom que o órgão gestor, entenda essa
2262 grandeza do Conselho. E a recíproca é verdadeira. Enquanto esse gestor entender que isso acontece,
2263 eu penso que a gente vai caminhar para o bem dos usuários e beneficiários, com muita tranquilidade.
2264 Encerro a minha fala e agradeço. Bom. Tendo vencido os dois itens. Seria o dois da avaliação e o
2265 quarto do relatório. Eu vou passar a Consolação, porque ela anotou todas as deliberações que foram
2266 encaminhadas por nós, para que a gente possa apreciar agora. Quais que farão parte da nacional,
2267 porque tem coisas que são nossas, caseiras, que não diz respeito ao nacional. E aquelas que são do
2268 Estado. E aí a gente encaminha e delibera. **Secretária Executiva:** Ô Edma, obrigado por tudo, viu.
2269 Apesar de eu não ter falado o seu nome, eu esqueci na hora, eu pensei em você, mas não falei. Ponto
2270 forte. São dois que foram levantados. Para que a gente possa fazer a inclusão caso haja deliberação
2271 aqui. Ter privilegiado os trabalhos em grupo. Então com um tempo maior para o trabalho em grupo. E o
2272 outro seria a questão da própria metodologia utilizada para este trabalho. Que foi colocado. Então
2273 estes dois como pontos fortes. Falo tudo, presidente? Depois encaminha. Ta. Ponto fraco.
2274 Financiamento para participação dos delegados. E o outro ponto fraco, foi o equívoco no
2275 encaminhamento de delegados das conferências municipais. Que é essa questão do, tanto para
2276 regional, quanto para estadual. Não é isso? Então esses foram. Mas que foi falado como. Porque na
2277 fala, eu anotei. Todo mundo que falou assim, quando é ponto fraco e é. E tem dois outros
2278 encaminhamentos. É porque eu entendi que isso seria uma observação. Nós vamos rever para a
2279 próxima. Porque eu também anotei assim. O que é que a gente tem que rever para a próxima. Que
2280 talvez não iria para o relatório. Então, é... **Conselheira Juanita:** É porque o ponto fraco, nós tínhamos
2281 pensado em trabalhar ele na próxima conferência, para tentar vencer. **Secretária Executiva:** Aqui
2282 gente. Eu separei, eu separei de duas formas aqui. Eu separei tudo que todo mundo falou, que vou
2283 fazer um documento que deve ser observado, na próxima conferência. Todo ano a gente faz isso. Toda
2284 conferência. Isso é uma coisa, o documento. Outra que seria o que vai entrar no relatório e um terceiro
2285 momento, nós temos dois encaminhamentos dados aqui. Que precisam também de deliberação, mas
2286 que não vão com. Não vai estar no relatório, mas são encaminhamentos do Conselho. Entenderam?
2287 Foi assim que eu separei, de acordo com a fala de cada um. Ta. Então por exemplo, essa questão da
2288 oficina, rever delegados, porque todos queriam participar. Então eu coloquei isso aqui. Dessa questão
2289 da participação, para que a gente observe na próxima, a existência. Como que a gente vai organizar
2290 isso. Não só isso teve outros pontos aqui em relação à participação. Pensar a questão da abertura um
2291 dia antes. Quer dizer, estas questões eu estou entendendo que é para a próxima. Então ponto forte e
2292 fraco seria esses que eu já falei. E tem mais dois encaminhamentos aqui. Que é um documento de
2293 recomendação para os municípios, para garantia de percentual na LOA, para a questão das
2294 participações e apoio ao Conselho. E o outro é para, mais ou menos, os quarenta municípios que não
2295 realizaram a conferência. Que foi encaminhada uma manifestação, não só para os municípios,
2296 explicando o CEAS, inclusive enquanto instância recursal. E também para o COGEMAS e para CIB,
2297 essa manifestação. Então foram esses os pontos assim que colocaram. Porque o outro que faltava lá
2298 em relação ao compromisso. Eu estou entendendo também, que ele já foi decidido, aquela correção.
2299 **Presidente:** Eu pergunto aos conselheiros se estão devidamente esclarecidos? Tem alguma outra
2300 inserção? Ou se estão de acordo? Alguém contrário a alguma situação dessa de encaminhamento, ou
2301 quer modificar, complementar. Não tem. Pronto. Pois não conselheira, passa o microfone. **Conselheira**
2302 **(???)**: Eu quero parabenizar todos vocês, eu não estive presente. Eu acho que esse evento realmente
2303 é importante Dentro de toda uma trajetória que eu tenho em termos de Estado, e no programa que eu
2304 desenvolvo dentro da Secretaria de Fazenda. Realmente é muito necessário. Essa sensibilização da
2305 comunidade e do Governo do Estado. Eu gosto muito de estado e menos de governo. Porque essa
2306 ação é uma ação contínua. Então eu parabenizo muito. Com relação a alguns pontos que vocês
2307 colocaram. Gostei demais, com relação à fala do senhor presidente, com relação à democracia
2308 participativa. Realmente isso foi uma ação de democracia participativa. E eu acho que esse Conselho
2309 ele se faz. Com relação a alguns transtornos, com relação à entrada, aos traslados, isso aí realmente é
2310 fácil de ser resolvido. Com uma própria divulgação desse evento, de tão grande importância. Que seria,

2311 no próprio *site*, a inscrição, o *check-in* na entrada das pessoas ... **Presidente:** Então aprovado por
2312 unanimidade, esses encaminhamentos. Assim sendo, nós temos um ponto ainda, que esse ponto três
2313 foi vencido, ele está incluído aí dentro. E a gente passaria então para o ponto cinco. Que é a
2314 distribuição de processos. Relatoria de PCH Areado, município de Patos de Minas. Está pronto? OK.
2315 Então Edir é a próxima conselheira que estará com o processo de PCH Areado. Ta. Pra fazer.
2316 Passamos ao item C, que são os informes. E nós temos aqui. Pois não? OK. OK. Então nós temos
2317 inscritos para informes, Cristiane, Adenor e Geraldo. Se tiver outros, por favor manifeste. E eu aqui,
2318 tomar a liberdade, passar para a Consolação primeiro.

2319 - **Secretária Executiva:** Obrigado presidente. Mas é que, a gente fala tanto da secretaria executiva.
2320 E tem uma pessoa que está aqui comigo, desde que praticamente a criação da secretaria
2321 executiva. E ela está aposentando. E nós vamos ficar sem. E essa é a última plenária dela. E aí eu
2322 queria que a gente batesse palmas para a Inês, de tudo que fez. E manifestar... E eu queria
2323 manifestar de público, o meu agradecimento, o meu reconhecimento, nessa parceria, no seu
2324 profissionalismo e na amizade que a gente criou esse período. Que está sendo muito difícil para
2325 mim eu deixar você ir embora. Quer dizer, não depende de mim. Obrigada por tudo Inês.
2326 **Presidente:** Inês. Com a fala por favor. **Técnica Inês:** É. Eu agradeço isso que a Consolação
2327 falou. Foi assim um tempo de aprendizagem muito grande para mim. Eu assim, eu aprendi muito,
2328 muito mesmo. Porque eu vim da área da criança e do adolescente, na área da assistência eu tinha
2329 conhecimento mínimo. E aqui, eu acho que eu cresci muito. Eu acho que assim eu contribuí no que
2330 eu pude. Mas agora eu acho que chegou um momento meu. E agradeço, ta. **Presidente:** Inês fica
2331 registrado o nosso agradecimento aí. Tomo a liberdade de falar em nome dos conselheiros. A
2332 gente reconhece seu trabalho, o seu comprometimento, seu abraçar a causa. As suas inúmeras
2333 vezes que fez incursões fora de horário, para atender ao Conselho. Fora daqui, do local de trabalho
2334 específico. E posso te garantir assim, com muita certeza. Só Deus, para saber se vai acontecer,
2335 porque é futuro. Que dentro em pouco eu estarei com você caminhando na praia. Ou se não
2336 fazendo a representação dos aposentados aqui neste Conselho. Da FAP. Da FAP com certeza.
2337 Pessoal. Os conselheiros inscritos para informes então, por favor, Conselheira Cristiane.
2338 **Conselheira Cristiane:** O informe é que, a comissão de política, juntamente com a comissão de
2339 medida sócio educativas do conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente. Está
2340 encerrando já, os trabalhos de elaboração da resolução que regulamenta as medidas sócio-
2341 educativas. Ontem nós tivemos uma reunião no CEDCA. A resolução então já esta pronta para a
2342 apreciação deste conselho juntamente com o CEDCA. E que, portanto, a gente já precisaria pautar,
2343 numa próxima plenária, a plenária conjunta. CEDCA e CEAS, para apreciação da resolução.
2344 Informa também que eu combinei com a secretaria executiva do CEDCA, de que a resolução fosse
2345 repassada anteriormente para os e-mails dos conselheiros, para análise, antes dessa discussão. E
2346 dizer que esse foi um processo bastante interessante, de aproximação dos dois conselhos. E que
2347 eu espero que, nesse mandado a gente tenha outras oportunidades de caminhar junto o CEDCA,
2348 de aproximação junto com o CEDCA, em discussões desse porte. **Presidente:** Eu acho que a
2349 gente precisa. Essa data você concorda lá com o CEDCA, ou precisa de deliberação? **Conselheira**
2350 **Cristiane:** Eles deixaram como diz... eles deixaram aberto para que o CEAS marque. Aí no caso,
2351 seria na próxima plenária. **Presidente:** Então eu penso que isso será um ponto de pauta para a
2352 próxima plenária nossa, e eu quero aproveitar e já comunicar aos senhores, que nós vamos fugir
2353 um pouquinho a praticidade de até então, que essa plenária nossa vai acontecer 21 e 22, portanto
2354 numa segunda e terça. E não numa quarta e quinta. Em função de alguns percalços. Peço
2355 compreensão para isso, mas é importante a presença de todos. É, Conselheiro Adenor.
2356 **Conselheiro Adenor:** George, talvez você não entendeu. Eu que estou perguntando a você, qual
2357 o próximo Conselho de Município que vai sediar o conselho de município da região? Marcou não?
2358 Bom isso era um ponto, presidente. Eu queria era estar informando o próximo município que vai
2359 sediar a união de conselho da região metropolitana. Aja visto que, em dois encontros eu não pude
2360 estar presente por questão de agenda. Mas, não sei nem se vou estar representando Ribeirão na
2361 união. Até porque agora eu tenho uma nova tarefa que talvez, talvez não, vai demandar muito mais
2362 do meu tempo. Mas dizer que aconteceu ontem, em Santa Luzia, contrário aquilo que nós
2363 havíamos decidido e falado lá com o presidente, lá na conferência. Que seria passado
2364 provavelmente, para a próxima quarta-feira. Mas aí manteve, eu não sei se por questão de agenda
2365 da vice-presidente, ou se não conseguiu contactar com todo mundo. Em virtude o seminário
2366 legislativo que está acontecendo. E aí nós tínhamos acordado que a gente faria na próxima quarta-
2367 feira, para as pessoas poderem estar participando do seminário. Esse é um ponto. Mas é claro que
2368 George, você fica responsável não só de estar passando isso para a agenda, até porque você
2369 continua no Conselho. Agora você representa a união na qualidade de conselheiro. E a gente vai
2370 estar encontrando aí na região metropolitana. E quando Geraldo fala em relação a construir um
2371 regimento interno para a união. Eu acho muito interessante, viu presidente. Que a gente tem que
2372 fazer isso mesmo, porque talvez, algumas coisas que acontecem, algumas arestas que acontecem,
2373 é falta de uma normativa para que a gente possa estar chegando mais junto, vamos dizer assim,
2374 com os companheiros da cidade. Eu quero usar esse espaço. Esse momento de, informes.
2375 Também para me agradecer, a cada um e cada uma que me acolheu aqui neste Conselho. E quero
2376 dizer Inês, que eu tenho um carinho especial por vocês, assim como tenho por todos. Mas com

2377 você, desde o primeiro momento que nos acolheu aqui na comissão de apoio aos conselhos, do
2378 qual eu fiz parte deste o primeiro dia que aqui cheguei. Dizer que Deus te abençoe muito. Obrigado
2379 por tudo. Me deu sempre uns toques na hora certa. Falou de uma maneira carinhosa. E eu
2380 costumo dizer que os psicólogos, não são todos. Mas tem alguns, que além de ser psicólogos eles
2381 têm um poder de adivinhar, quando a gente não está bem, no dia. E tive essa felicidade com Inês.
2382 Presidente eu fico muito feliz de poder estar com vocês aqui até hoje. E ter passado por este
2383 CEAS. Eu disse antes, que eu tenho uma trajetória de Conselhos Municipais, de entidades, já a um
2384 bom tempo. Já contei aqui algumas passagens, do que nós caminhamos, da luta nossa para
2385 implementar e implantar o SUAS. E a gente entende que, chegou o momento de a gente abraçar
2386 uma outra tarefa, com foi colocado aqui anteriormente. Assumo a superintendência de proteção
2387 básica daquele município. E vou precisar do apoio de Juanita, de Nívia, de Geraldo, de todo
2388 mundo. Porque eu sei que não vai nos furtar essa ajuda. Companheiro Marcelo, é o homem do
2389 direito, é o homem que às vezes, eu ficava calado para ouvi-lo. Assim como o José Ismar, que aqui
2390 não se faz presente, que foi um amigo. Construí amigos aqui. E quero só agradecer mesmo. Dizer
2391 a Deus que ele me fez pensar e ver pessoas que a gente achava que era só um conselheiro, mas
2392 que na realidade, somos companheiros e amigos. Fica aqui o meu abraço a todos e todas. Desde
2393 as meninas lá da copa. Que é uma pessoa. Cadê ela? Sueli. Não está aí não. É Sueli? Sueli não
2394 é? Sempre com aquele carinho, está sempre oferecendo uma água, um café. Então fica aqui um
2395 abraço a todos vocês. Consolação, eu já disse que você é patrimônio, não assim, com nada não.
2396 No sentido de patrimônio de tempo não. É pessoa, é como pessoa. De riqueza como para este
2397 Conselho. Então você engrandece este Conselho, você engrandece esta equipe. Deixo meu
2398 abraço a você. A gente tem um gênio diferente, é natural, mas tivemos algumas vezes de você me
2399 chamar a atenção, no sentido de melhorar, de melhorar mesmo. Isso é verdade. Então fica aqui, o
2400 meu carinho por você e toda a sua equipe. Muito obrigado. **Presidente:** O próximo inscrito aqui
2401 para informes sou eu. Tem outros inscritos para informes? OK, Márcio, por favor. **Conselheiro**
2402 **Márcio:** Eu queria colocar uma preocupação da comissão de normas. Ontem eu conversava com
2403 Rosa, em relação às datas e os prazos, que o CEAS tem em relação às avaliações dos processos.
2404 É. Está o calendário até o final do ano já está comprometido. E houve uma necessidade de fazer
2405 alguns remanejamentos de algumas datas. Em função da necessidade de alguns processos que
2406 estão com datas vencidas. Então nós temos que tomar muito cuidado nesse aspecto. Até mesmo
2407 da infra-estrutura do Conselho, da questão de técnico, para desenvolver este trabalho. É
2408 extremamente importante. Por isso eu estou colocando aqui a minha preocupação em relação a
2409 isso. Porque na hora que eu vi aqui, apontamento da próxima plenária para dia 22. E pensei que
2410 nesta data, a técnica Rosa estaria em visita também. Então a gente teria que suspender uma visita,
2411 para a plenária. Só que pelo calendário dela, ela vai fazer uma viagem no dia 23, então no dia
2412 seguinte a plenária. Não, pensei. Eu pensei que poderia. Mas não está tudo OK. Mas é importante
2413 colocar esse alerta, porque nós não estamos com prazos suficientes até o final do ano. E se houver
2414 algum impedimento, nesse processo até o final do ano. Nós podemos comprometer o andamento
2415 dos processos. Então é muito importante a gente ficar atento nesse aspecto, tá. Quero colocar
2416 também a minha impossibilidade de estar comparecendo aqui no dia 22 de novembro. Porque nós
2417 estamos fazendo o acompanhamento do GT em Brasília. E vai coincidir justamente na data da
2418 avaliação da minuta em Brasília. Dia 21 e 22. Sim. Eu acho que eu vou discutir também na minha
2419 entidade lá, o quê que a gente pode estar conciliando. Por eu sei que aqui. É a outra, indicado pela
2420 entidade, poderia estar fazendo esta, tomando posse. E depois fazendo a substituição? Não.
2421 **Presidente:** Não é. Eu penso que a gente pode deixar a sua posse para logo em seguida, a gente
2422 fazer numa próxima plenária. OK é justificável. E, aliás, nós fazemos até questão que esteja lá
2423 mesmo. Porque isso aí é fruto de uma caminhada muito grande. **Conselheiro Márcio:** Porque a
2424 resolução deve estar pronta para ser aprovada no dia 24. Então na quinta-feira vai ser a aprovação
2425 no CNAS. **Presidente:** Eu quero só lembrar o seguinte: que os conselheiros que foram eleitos, as
2426 entidades que foram eleitas. Devem mandar carta de quem vai representá-las, até o dia 4 de
2427 novembro, aqui para este Conselho. Para evitar aqueles percalços que nós tivemos no processo
2428 eleitoral. A outra situação é que, Márcio e Cristiane, nesse quesito do GT, ontem como sempre eu
2429 já coloquei para vocês, com a Conselheira Jane, lá para se somar a esta situação. E no que diz
2430 respeito à participação, a gente está à disposição. OK. Então tá. Eu queria colocar para vocês, o
2431 meu informe aqui era um só. Eu estive em Brasília ontem, a convite, foi um convite formulado pelo
2432 Gabinete da Presidenta da República. Eu não sei para quem e para algumas pessoas. Para lançar,
2433 fazer explanação e fazer um lançamento de um Programa que é criança, de educação infantil,
2434 creche e educação infantil. Na condição de cidadão do futuro. Então de manhã, eu não quis colocar
2435 isso aqui, porque estava como informe. Mas é só para a gente entender um pouco da situação. Eu
2436 fiz questão de colocar para vocês. Foi lançado. E aí nós tivemos neurologistas, psiquiatras, nós
2437 tivemos psicólogos, tivemos médicos pediatras. Para colocar toda situação de criança na primeira e
2438 segunda infância. Por antes era situação de interação social, 03. 4 e 5 é educação infantil. Para
2439 falar da quantidade de neurônios, da condição dela, peculiar, de estar no sentido de
2440 transversalizar, de receber todas as políticas sociais básicas, etc. etc. Mas o que me chamou a
2441 atenção, que eu queria socializar com este Conselho. Quando ele deu essa tratativa, para essa
2442 criança nesta faixa etária. Eles começam dizendo que vai ter total apoio, do governo federal, para

2443 crianças de situação de creche. O a 3, portanto. 4 e 5 é educação infantil. E aí também falam das
2444 6000 creches que foi promessa da então candidata, presidenta nossa hoje. E de quantas já foi feita
2445 a construção. Também fala do fortalecimento dessas creches. E aí, é uma situação curiosa. Porque
2446 a gente pode fazer a discussão lá. O que prejudicou, que eu penso é que na verdade, se lança um
2447 programa sem querer participação. Porque restringiu as perguntas por escrito. E, três ou quatro
2448 foram respondidas, a maioria vai ser respondida por e-mail. São aquelas respostas, que a gente
2449 nunca recebe. Então o que a gente vê é o seguinte: é que nessa situação, você tem 12 milhões de
2450 crianças de 0 a 5 anos, e 25% delas em creche. 25 em creche. O exemplo maior, para não tecer
2451 mais comentários, nem delongar. Nós todos aqui conhecemos o nosso Estado. Eu vou falar da
2452 minha capital, que eu já fui conselheiro e conheço. Belo Horizonte tem mais de 400 creches, 193
2453 são conveniadas e apenas 40 são municipais. Esse é o retrato da capital do Estado. Se a gente
2454 extrapolar isso para o nacional. É só vocês saberem, que 25% de 12 milhões, são 3 milhões de
2455 crianças. Então tem 9 milhões fora de creche. E aí tece tudo, esses especialistas todos, de uma
2456 situação da importância, da necessidade, de eles estarem inseridos em creche de educação
2457 infantil. E para além disso, o modelo inspirado, é que faça o atendimento personalizado. Levando
2458 em consideração que são de famílias diferentes, que são de laços co-sanguíneos diferentes, são
2459 famílias comunitárias, famílias mono-parental femininas, etc. etc. etc. E aí a gente questiona o
2460 seguinte: qual é a visão, no momento em que, até as pessoas com deficiência, que requer
2461 educação especializada. Que este nosso estado de direito, não conseguiu dar até então. Porque
2462 quando ele promoveu, dizendo que era inclusão social, das pessoas com deficiências, nas salas
2463 dos ditos entre aspas normais. Eu penso que gerou muito mais preconceito e discriminação do que
2464 inclusão. Pelo menos é o meu pensamento. Mas essa discussão é longa, a gente pode até
2465 avançar. Mas eu fico sem saber de que forma nós vamos conseguir dar atendimento
2466 personalizado. Se já não tem. E se a maioria dessas crianças que estão em creches, estão em
2467 creches de associações de bairro, comunitárias e da sociedade da iniciativa privada. Então fica
2468 parecendo uma utopia, e uma situação. E aí no fim para coroar, eles colocam o seguinte, que:
2469 como prioridade absoluta, no sentido de receber a inter-setorialidade. Quem vai promover a inter-
2470 setorialidade, é a educação. Sem nenhum demérito para a educação, sempre fui favorável, eu
2471 acho que é ela que salva. Mas é um trabalho para mim, no meu entendimento, estritamente da
2472 política de assistência social. E aí é um projeto que vem na contra-mão, do que se desenha, do
2473 que se está implementando hoje dentro do MDS. Porque quando a gente fala da busca, quando a
2474 gente fala da territorialidade. Essa busca que tem a visão intersetorial, quem tem a graduação, é o
2475 assistente social, é o psicólogo, que são os carros chefes, dessa política. E aí quer dizer, quem vai
2476 fazer é a educação, porque já tem registro de alguns. De 25% na iniciativa privada. Então que
2477 dizer, fica uma coisa meio confusa. Eu saí de lá decepcionado. Acho que não valeu sair daqui 4
2478 horas da manhã e voltar meia noite e meia. Mas penso que a gente precisa rever os nossos
2479 conselhos. Porque parece que começou a pintar no mesmo modelo. Que já chegou dois programas
2480 sem discussão nas bases. E vem mais um se desenhando. E pior, para a política de assistência,
2481 ser setorial e cumprir uma determinação ou uma diretriz da educação. Então é uma coisa muito.
2482 Mas é só para a gente pensar. E nesse quesito, eu lembrei na parte da manhã. Foi para mostrar a
2483 vocês, o seguinte, que: quando a gente pensa em estabelecer um percentual, ou determinar
2484 alguma situação naquele modelo que veio da CIB. Sobre pena que o gestor tenha participado. Mas
2485 aqui, a minha preocupação é estabelecer em cima daquilo que não existe. E aí se é para fazer
2486 chover, ou se é para amarrar um cartão, de criança futuro de amanhã, como cidadão, num número
2487 de título eleitoral. Desculpa, mas eu não vou concordar nunca. Então vamos fazer o levantamento,
2488 científico, vamos receber a demanda, no nosso modelo e regionalização que aconteceu. Mas
2489 demanda de fato e de direito. Aí nós vamos com qualidade fazer chegar esse serviço. Mas
2490 determinar para uma coisa que a gente não conhece, que a gente não sabe. Fica parecendo que
2491 tem um cunho diferente. E foi o que eu vi lá ontem. Eu queria retratar para vocês. Daí a minha
2492 veemência em contradizer, aquele percentual que estava determinado na parte da manhã. É
2493 porque eu tinha a fundamentação. É um programa de criança na primeira e segunda infância, em
2494 situação de creche e educação infantil, mas tratada como o cidadão de amanhã. E até nisso,
2495 receberam crítica. Porque não a criança de hoje, e não o futuro cidadão de amanhã. A criança é de
2496 hoje. Então foram várias situações. Mas assim, eu fiquei meio decepcionado. E a outra situação
2497 que eu queria submeter aos senhores, para deliberação. Seria algumas, a ex secretária, e eu
2498 gostaria de submeter a sua apreciação. Se este conselho podia estar convidando, os nossos
2499 conselheiros de até então. Para estar conosco 21 e 22. Que é o momento da posse. Uma vez que
2500 os novos conselheiros chegam e vão ser empossados. Mas estes conselheiros, que está deixando
2501 este Conselho, pudessem estar conosco. Porque é um pensamento nosso, da gente fazer de uma
2502 forma, através de uma certificação, ou de uma carta oficial de congratulação. Para reconhecer o
2503 mérito dos conselheiros, para reconhecer aqueles que passaram conosco nessa última gestão. E
2504 tem pessoas de governo e da sociedade civil, que já saíram. Mas eu acho que, não é
2505 simplesmente sair, e saiu. E o Conselho não manifesta. Acho que este Conselho deve manifestar.
2506 De uma forma oficial. E que você pudesse ver a agenda do nosso Secretário de Estado, para que
2507 ele pudesse estar conosco, e dar a posse a este novo Conselho que se forma. Assim sendo, eu
2508 gostaria já de saber dessa plenária, se concordam em a gente estar formulando essas

2509 congratulações. Porque eu penso que ela vai para além dos conselheiros. E aí eu quero agora
2510 socializar com vocês, também neste item de informes, que nós recebemos uma carta, do ministério
2511 público do estado de Minas Gerais, endereçada ao Conselho, e que eu quero aqui me permitir lê-la
2512 para vocês. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Com a minha cordial saudação.
2513 Reporto-me ao ofício em epígrafe, datado de 19/09/11. Para informar a vossa senhoria, que o
2514 ministério público já ajuizou 22 ações públicas, com vistas, a aperfeiçoar o sistema sócio-educativo,
2515 do Estado de Minas Gerais. Nelas era requerido que o judiciário, obrigasse ao gestor municipal e o
2516 estadual, a abrirem mais vagas, nos programas de medidas sócio educativa em meio aberto e em
2517 meio fechado. Surpreendentemente, porém, todas, foram julgadas improcedentes, pelo Tribunal de
2518 Justiça do Estado de Minas Gerais. Constatamos desse modo, que essa via talvez, não seja a mais
2519 adequada. Razão pela qual concitamos os outros atores sociais, a darem também a sua parcela de
2520 contribuição, a exemplo do Conselho Estadual de Assistência Social, cujo papel é de extrema
2521 relevância, eis que tem a aptidão, de fomentar as medidas sócio-educativas em meio aberto. Faz-
2522 se mister dizer, que o Ministério Público, continuará a ajuizar as ações pertinentes. Mas sem o
2523 envolvimento dos demais atores sociais, perseveraremos neste triste quadro de negação de
2524 atendimento. Valho-me da oportunidade para renovar a vossas senhorias, o meu elevado apreço,
2525 atenciosamente. Promotora de Justiça. Então, o que eu entendi aqui, que é um clamor, por este
2526 Conselho assumir, de fato e de direito. Para além que ele manifesta que já assume. Esse avanço,
2527 na parceria com o ministério, principalmente no quesito da democracia participativa. Porque sem
2528 pressão as coisas não mudam. E para nossa tristeza, e aí eu que estou falando isso. Eu não vou
2529 falar em nome de ninguém. Meu nome. Para minha tristeza, a gente vê, o judiciário, a politicagem
2530 entrar também no judiciário. Porque no meu entendimento, quando não se faz valer nenhuma das
2531 ações, numa situação dessa. Com toda certeza, são pessoas que são pessoas que faz parte de
2532 um colegiado, mas são indicadas pelo executivo. E isso a gente vê na esfera federal. Um Supremo
2533 Tribunal Federal, que é a mais alta corte desse país. Muitas das vezes tem indicações que vem do
2534 Governo Federal. E isso atrapalha e muito fazer cumprir as leis. Então eu quero ressaltar, essa fala
2535 é minha. Mas quero dizer que se a gente realmente, não avançar na democracia participativa. Se a
2536 gente realmente, não passar, aquilo que a gente tem como experiência, para a consciência política,
2537 dos nossos representados, eu penso que a gente não vai avançar. E esse país ao modelo que está
2538 desenhado. Ele a cada dia que passa, ele se desengola, pra pior, pra muito mais. Então essa
2539 manifestação. Eu achei muito interessante, porque ela é um elogio ao Conselho. Mas ela também é
2540 um clamor, para que a gente esteja junto. E nesse quesito, eu penso que eu tenho obrigação de
2541 passar para vocês. Recebemos ainda uma outra carta da Andaia Araxá, na conferência estadual.
2542 Informando que a comissão organizadora, que envidamos grande esforço, para sermos eleito
2543 delegado da sociedade civil. Seguimento dos povos indígenas, mais votados, para participar dessa
2544 conferência estadual, com propostas aprovadas e várias outras novas propostas para a plenária, e
2545 com a esperança de ir para conferência nacional, com o objetivo de defendê-la. A prefeitura
2546 municipal de Araxá, através de várias assessorias que foram responsáveis pela organização,
2547 execução e coordenação da conferência municipal, do apoio logístico. Não avisou nenhum dos seis
2548 delegados eleitos, e tão pouco disponibilizou o transporte. No dia 13/10, liguei para a responsável
2549 da secretaria de saúde e assistência social, e após, secretaria do gabinete do prefeito. Foi
2550 desgaste, tudo em vão. Após dezenas de telefonemas e muita luta, liberaram um veículo 15h40min
2551 do dia vinte. Portanto, primeiro dia já tinha acontecido. E aí vai. Então quer dizer, uma situação de
2552 denúncia, que a gente vê. A gente viu outras situações dessa lá. Eu pude manifestar de público, no
2553 painel que eu estive, a situação de Ipatinga, que cometeu esse mesmo procedimento nefasto, para
2554 a sociedade. E para nossa surpresa, teve uma manifestação de um conselheiro de Ipatinga. E o Dr.
2555 Paulo, ainda falou: e Geraldo vem chumbo grosso pra você agora. Porque eu achei que ele ia.
2556 Porque eu expus o nome, eu falei que faço questão de citar o nome, para não parecer que a gente
2557 está inventando. E CITi. E aí para a minha surpresa, ele disse que estava com o dinheiro dele,
2558 custeando a vinda dele, porque ele queria se qualificar, independente do gestor pagar ou não. E
2559 era de Ipatinga. E tem outra ainda de COGEMAS. Que fala da reunião de novembro de 2011.
2560 Programa Bolsa Família. Na oportunidade serão apresentadas, as inovações da estrutura de
2561 benefícios do Programa Bolsa Família. Que estão sendo implementada. A expansão do número de
2562 famílias, no contexto do plano Brasil sem Miséria, e outros assuntos de interesse do programa de
2563 gestores municipais. Reunião será em novembro de 2011. E não tem data. Na verdade, quando eu
2564 fiz essa leitura, era para colocar para os senhores o seguinte: vamos enviar uma carta,
2565 representando os gestores municipais, para custeio dos delegados. Nós já deliberamos aqui,
2566 anteriormente. Que este Conselho, encaminhe uma carta para cada gestor municipal, que não
2567 arcou com a responsabilidade já anteriormente assumida, que seria colocar os delegados aqui. E a
2568 gente viu que foi uma participação de 50%. Ah. OK. Perdão. Exatamente. Então essa aqui é o
2569 seguinte: eu, no meu entendimento, eu penso que este Conselho deveria encaminhar, para todos
2570 os conselhos municipais, que não tivera a vontade política de trazer os delegados para cá. Mas eu
2571 submeto aos senhores. Pois não. Cris, por favor. Eu diria que é diretamente para o responsável da
2572 cidade. Portanto, o prefeito municipal. Porque o órgão gestor é subordinado a ele. **Conselheira**
2573 **Cristiane:** Eu queria sugerir Geraldo, para além do encaminhamento da carta. Que essa
2574 discussão, considerando que a gente ainda tem até agora representação do COGEMAS. Que essa

2575 discussão seja pautada, que a gente solicitar ao COGEMAS, que seja pautada essa discussão
2576 numa reunião e que nós Conselho Estadual, estejamos presentes, na data desta discussão. Então
2577 assim: Encaminhar a carta é um encaminhamento. O segundo é solicitar a pauta ao COGEMAS.
2578 **Presidente:** OK. Pode ser assim? A plenária está de acordo? Alguém em contrário? Abstenção?
2579 Então fica deliberado. Senhores conselheiros. Senhoras conselheiras. Foi um prazer muito grande,
2580 estar com os senhores e com as senhoras mais nesta plenária. Agradeço profundamente a Deus,
2581 dentro da minha fé que é cristã. Por ter nos proporcionado, momentos tão felizes. Com todos os
2582 percalços, mas momentos muito alegres para todos nós. Eu penso que lidar com pessoa humana,
2583 talvez seja a maior gratificação que a gente tem, independente do peso material do dinheiro.
2584 Tenham todos um bom regresso aos seus lares. E que o Divino Espírito Santo para iluminar o
2585 caminho de cada um de vocês e os nossos corações”. Nada mais havendo, encerrou-se a presente
2586 ata degravada que após lida e aprovada será assinada pelos presentes.